DIA DA MULHER: OS CAMINHOS DO FEMINISMO NO BRASIL. Página 5

EM TEMPO

SEMANÁRIO NACIONAL NÚMERO 4 Cr$ 10,00 6 A 20 DE MARÇO DE 1978

ESTUDANTES

Protesto: morte de Édson Luiz em 1968, no Rio de Janeiro.

O retorno às aulas, agora em março, ao possibilitar o reencontro dos estudantes, possibilitará também o retorno de suas manifestações: desde já, anuncia-se o Dia Nacional de Protesto, em memória do estudante Édson Luiz (baleado e morto no Rio de Janeiro, há dez anos, durante uma passeata). As manifestações programadas fazem parte de um esquema mais amplo a ser desenvolvido em 1978, visando a criação de uma nova União Nacional dos Estudantes (UNE) – entidade extinta pelo governo em 1964. Que querem os estudantes, suas divergências e suas convergências: Págs. 6/7.

Hélio Silva

O acidente que vitimou o brigadeiro Eduardo Gomes em 1971 não foi um acidente e sim um atentado; Stuart Angel, um dos "desaparecidos", foi torturado e morto por pessoas ligadas ao brigadeiro Burnier. revelações de Hélio Silva a EM TEMPO

O atentado contra Eduardo Gomes

Em declarações exclusivas a EM TEMPO, prestadas no Rio de Janeiro, dia 26 de fevereiro último, o historiador Hélio Silva relatou vários desdobramentos do caso PARA-SAR, inclusive um atentado contra o brigadeiro Eduardo Gomes, em 1971, com o propósito de deter a campanha realizada pelo brigadeiro contra o crescente envolvimento da Aeronáutica na repressão política.

Segundo o historiador: "No início de 1971, o carro em que viajava o brigadeiro Eduardo Gomes sofreu uma colisão. Acidentado, o brigadeiro foi internado no Hospital da Aeronáutica no Rio, onde fui visitá-lo. Ele ficou todo o tempo calado, mas sua irmã Eliane estava indignada. Disse a mim e a outras pessoas que ali estavam que não tinha sido um acidente, mas um atentado. Chamou então o chofer que conduzia o carro e este confirmou sua versão. Eduardo ouviu tudo e não confirmou nem desmentiu".

As razões do atentado podem ser facilmente deduzidas. Em 1968, Eduardo Gomes tornou-se um dos maiores adversários da utilização da 1ª Esquadrilha Aeroterrestre de Salvamento (PARA-SAR) com finalidades terroristas contra os opositores do regime. Esse plano tinha como principal mentor o Brigadeiro João Paulo Moreira Burnier, chefe de gabinete do Ministro da Aeronáutica. Na época, o brigadeiro Gomes tentou levar essa questão ao Presidente Costa e Silva, buscando a revisão das punições, aplicadas pelo Ministro da Aeronáutica, contra os oficiais daquela arma que se opunham ao emprego do PARA-SAR em funções repressivas. Mas, revela Hélio Silva, "tudo foi silenciado dentro de um clima de negaças e evasivas."

Entretanto, o envolvimento repressivo de setores da Aeronáutica não cessou com a denúncia do caso PARA-SAR, mas intensificou-se, especialmente após 1970, tendo como maior incentivador o brigadeiro Burnier, então comandante da Zona Aérea sediada no Rio de Janeiro. As instalações do CISA, Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica, na Base do Galeão (que os militares denominavam ironicamente, "paraíso") transformaram-se num centro de torturas, por onde passaram centenas de presos políticos. Muitos deles foram ali assassinados.

Entre estes, o estudante Stuart Edgar Angel Jones, que também tinha nacionalidade norte-americana, e que recebeu pressões e denúncias por parte do governo dos Estados Unidos. "Nessa ocasião, diz Hélio Silva, Zuzu Angel, a mãe do estudante Stuart, me prestou um depoimento gravado e me deu seu arquivo, do qual consta a carta de Alex Polari de Alverga que assistiu e narrou toda a tortura e morte de Stuart. Acusa nominalmente elementos ligados àquele grupo, a começar por Burnier."

Se em 1968 as denúncias contra a perversão das finalidades do PARA-SAR não tiveram efeito, em 1971 a situação tornou-se diferente, e foram as repercussões dentro das Forças Armadas do atentado contra o brigadeiro, conjugadas à pressões norte-americanas por causa da morte de Stuart, que levaram ao afastamento temporário de Burnier, do comando da Zona Aérea, sua reforma em março de 1972 e a demissão do ministro da Aeronáutica, Márcio de Souza e Mello. (do PARA-SAR ao AI-5 – pág. 3)

EXCLUSIVO

O embrulho de março

O general Geisel esclareceu definitivamente, em sua mensagem ao Congresso, o que o governo pretende com suas reformas políticas. Elas serão inspiradas no "pacote de abril", que ampliou o autoritarismo e reduziu as já limitadas liberdades públicas. O senador biônico continua; a Lei Falcão continua; as eleições indiretas continuam. Mas pode ser que não continue o AI-5, desde que seja substituído por um mecanismo "eficaz" de proteção do regime. Ou seja: a exceção vai virar regra. Com essas revelações nuas e cruas, o presidente Geisel partiu para uma política de confronto com as oposições e com a dissidência burguesa de Magalhães Pinto. E todos se perguntam: porque Geisel decidiu provocar abertamente tanto as oposições quanto dissidências próximas ao governo? Pag. 3

CARESTIA

"O salário sobe pela escada; o custo de vida pelo elevador". A frase consta de um boletim de Movimento do Custo de Vida (MCV), de São Paulo. Iniciado em 1973, através dos Clubes de Mães da periferia paulista, o MCV cresceu de tal forma que espera reunir dez mil pessoas numa próxima concentração pública contra a carestia. Que dimensão política têm esses movimentos de periferia, onde as populações pobres criam suas próprias formas de organização para enfrentar o cotidiano? (Pág. 4)

NICARÁGUA LEVANTA A CABEÇA

A queda da ditadura de Anastasio Somoza está na ordem-do-dia. Iniciou-se a insurreição armada, liderada pela Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN). A Guarda Nacional está reprimindo a insurreição popular com armas de guerra, jogando os seus últimos trunfos na defesa do regime. A ditadura agonizante faz mais mortos, na hora em que se prepara a vitória de todos os mortos e espoliados durante mais de quatro decadas de exploração e opressão. Os trabalhadores da Nicaragua caminham para tomar em suas mãos a construção de sua história (Pág. 2).

Casos de Polícia: Fleury 12

França: Esquerda, Volver! 9

Eleições. Que fazer? 8

Calouro, Fera, Bicho: Trote. 7

A sucessão na paulicéia 3

gerais

CURTO CIRCUITO

apresenta

PLANOS DE TRABALHO OU, NINGUÉM COME PARAFUSOS

Com excertos da entrevista do General João Batista de Figueiredo, candidato à Presidência da República, concedida ao jornalista Elio Gaspari e publicada no Jornal do Brasil de 23/2/78.

I. ANISTIA?
"O artigo 185 da Constituição,
que torna os cassados inelegíveis,
pode ser mudado.
Isso pode ser uma primeira etapa.
Outra etapa seria sem dúvida
a revisão de punições.
Eu acho essa idéia boa.
Tenho a informação de que tecnicamente
essa alternativa é inviável.
Vamos ver o que é possível fazer".

II. DIREITOS HUMANOS?
"Mesmo países que hoje são vistos
como a pátria dos direitos humanos
estão repletos, a cada dia,
de casos onde a autoridade exorbita.
Toda polícia exorbita.
Trata-se de evitar essa exorbitância."

III. CORRUPÇÃO?
"Luta-se contra a corrupção e a incompetência
mas deve-se saber que nunca existiu um país
formado só por pessoas eternamente competentes
e honestas.
As que o são
devem vigiar para que as outras
não atrapalhem a vida do país."

IV. FIM DO ATO?
"Não vejo maior problema
desde que apareça outro conjunto de mecanismos
capaz de oferecer as garantias necessárias
sem criar uma suspeita de personalismo
sobre quem o usa
e uma noção de eterna injustiça
para quem sofre a medida,
às vêzes não só justa como necessária."

V. ECONOMIA?
"O Governo
deve fazer o que sempre fêz:
defender a livre iniciativa
e o privativismo."

AVI. ESTATIZAÇÃO?
"Devemos privatizar as empresas estatais
que pudermos
mantendo as necessárias à segurança nacional
e sem dúvida aquelas que não tiverem capitais privados
interessados e habilitados para adquirí-las.
Precisamos assegurar a empresa privada nacional
uma posição de vanguarda
no processo de desenvolvimento."

VII. ESTUDANTES E SINDICATOS?
"Veja só: eu não condeno
a realização de um simpósio
para que se debatam assuntos políticos
numa Universidade ou num sindicato.
Condeno, isso sim, o aparecimento de políticos
nas universidades e nos sindicatos
sem intenção de fazer outra coisa.
que não seja propaganda pessoal.
Nos quartéis, por exemplo,
não entra ninguém para fazer discurso
de propaganda política".

VIII. AGRICULTURA?
"Hoje a nossa balança comercial
é salva pela agricultura.
Nós aprendemos a comercializar nossos produtos
no mercado internacional.
Então podemos tirar partido
da nossa extensão territorial
das nossas terras virgens.
O Brasil é um dos poucos países do mundo
que dispõe de novas fronteiras agrícolas.
Além disso, em toda a estrutura complexa
de comércio internacional
ninguém come parafuso.
Se uma empresa brasileira vende parafusos a outro país
nada impede que apareçam taxas sobre as importações do parafuso
e restrições ao seu consumo.
Alimentos, porém, não podem ser restringidos.
(...)
E se toda essa argumentação
fosse insuficiente ou discutível
um só argumento basta para que haja preocupação
com a produção de alimentos:
dezenas de milhões de brasileiros comem mal
e nós temos que alimentar melhor o país."

Seleção e intertítulos: Flávio Aguiar

A ditadura perto do fim

(na Nicarágua)

O início da insurreição popular na Nicarágua estabelece o fim próximo da ditadura da dinastia Somoza, que oprime e explora a maioria do país há 42 anos. A oposição política e armada da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) assume hoje a liderança real do processo de derrubada da ditadura, congregando e armando, dentro do possível, os mais diversos setores oposicionistas do país. A própria burguesia, que não se encontra diretamente ligada à rede de exploração da família Somoza, acha-se neutralizada diante das formas avançadas de luta que as circunstâncias fazem possíveis hoje na Nicarágua.

Há muito que está afastada qualquer hipótese de diálogo das forças de oposição com a ditadura. A conquista de liberdade de organização e expressão para a maioria do povo nicaraguense tem trilhado o caminho da luta direta contra os sustentáculos do regime. A derrubada da ditadura, por força do nível real de consciência e organização dos trabalhadores, estabelecerá um processo inicial de exercício das liberdades democráticas, a livre organização sindical e política, a livre organização de partidos e o fim de toda repressão. Alterará a correlação de forças da luta de classes não só dentro da Nicarágua, mas também ao nível da América Central. E, sem dúvida, tornará mais concreta a perpectiva do amadurecimento dos trabalhadores do país em direção à alternativa socialista.

A ditadura de Anastasio Somoza, o Tachito, começou a cair no último "outubro sandinista". A FSLN lançou o último ataque guerrilheiro, com repercussão nacional e internacional, no dia 12 de outubro de 1977, tomando cidades e realizando combates em Dipilito, Cárdenas e Masaya. Nessa última região, estourou agora o processo de insurreição, reprimido com armas de guerra pela Guarda Nacional. O assassinato do jornalista e diretor de **La Prensa**, Joaquim Chamorro, no dia 10 de janeiro deste ano, generalizou a luta aberta contra o regime e abriu condições para a radicalização política e armada do processo ao nível nacional.

A legitimidade política e ideológica da FSLN tem crescido amplamente. A ordem de prisão decretada pela ditadura contra Ernesto Cardenal, sacerdote e poeta, obrigando-o a deixar o país, levou a um desgaste internacional do regime e a um fortalecimento maior da FSLN, na medida em que Cardenal declarou publicamente ser militante consciente da Frente Sandinista, recordando e homenageando o exemplo histórico de Camilo Torres.

A FSLN, fundada em 1961, traz o nome do general Sandino – "General de homens livres" –, que organizou um exército com armas roubadas de marines por prostitutas, liderando durante sete anos, de 1927 a 1933, a luta contra os invasores norte-americanos. Depois de expulsar os imperialista, Sandino foi assassinado no dia 21 de fevereiro de 1934. **(C.T.)**

O povo atrás das cordas

Quando um jornalista, que assistia ao lado do general Dilermando a inauguração da nova praça da Sé, comentou sobre a grande assistência popular que estava atrás das cordas, o general corrigiu: "eu não diria que eles estão atrás das cordas, mas que as cordas é que estão na frente deles. Assim fica mais elegante." Alguns dias depois, o líder da Arena no Senado completou a tabelinha: "eleições diretas para presidente nunca mais deverá haver no Brasil, porque o povo não reclama mais isso. Alguns setores é que reclamam, o povo mesmo, não. O que o povo deseja é a eleição direta para governador, mas também acho que essa não será restabelecida.". Frases significativas do momento político que vivemos. As reformas – pretende o regime – não vão tirar o povo de trás das cordas. Vão tentar dar a aparência de que as cordas – assim, naturalmente, – é que estão na frente deles. Mas infelizmente para o regime, a questão não poderá ser resolvida em termos de geometria linear, tanto assim, que, são necessárias as cordas... Enquanto os ideólogos do regime discutem se é o povo que deve ficar atrás das cordas ou se estas devem ficar na frente dele, vai ficando claro, como foi afirmado em diversos artigos de EM TEMPO, que as reformas, embora visem consolidar a hegemonia burguesa sobre a sociedade, abrem o espaço político para a atuação das classes populares. Sua extensão, só o curso da luta poderá determinar. Para o povo, a discussão não é sobre a localização das cordas, mas como acabar com elas.

Eduardo Abramo

JORNALISTAS

David, o eleito

A defesa de liberdade e autonomia sindicais é o ponto-chave da plataforma da chapa única, que concorre à diretoria do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo. As eleições ocorrerão entre 7 e 9 de março. Em entrevista concedida a EM TEMPO, David de Morais, candidato à sucessão de Audálio Dantas da presidência da entidade, faz uma convocação aos jornalistas paulistas: "É preciso que a categoria ratifique a atuação que teve em episódios como o da morte de Vlado (Wladimir Herzog, jornalista morto no DOI-CODI em 1975), quando a diretoria foi sensível à pressão das bases e levou o sindicato a uma posição de dignidade".

Em 1975, após onze anos de luta, a oposição elegeu Audálio. Hoje, candidato da chapa única, David teme que a ausência de outra chapa a leve um grande número de jornalistas a deixar de votar. Como é necessária a maioria absoluta dos sindicalizados para a confirmação da chapa pela Delegacia Regional do Trabalho, David chega a confessar que "estava torcendo para que a antiga situação concorresse, mas eles tiraram completamente o time de campo, nem às assembléias compareceram mais".

Para David, a antiga situação não está concorrendo por duas razões:
1) "Uma indiscutível eficácia da diretoria atual em relação às anteriores. Mesmo que ela tenha cometido erros ou não tenha cumprido tudo o que prometeu, desencorajou o surgimento de outra chapa. Antes o sindicato era mais o órgão assistencial; depois, e principalmente após a morte do Vlado, passou a ser efetivamente um órgão de luta". 2) "O tipo de processo escolhido para a formação da chapa, inédito nos últimos anos: fez-se uma convenção com 158 delegados (de um total de 190 delegados eleitos) por todas as redações, representando 1.580 jornalistas. Foi um processo bem aberto e esperamos melhorá-lo ainda mais nas próximas eleições, assegurando a participação de todos".

Essa forma de participação está sendo desnvolvida pelo sindicato. Os novos estatutos, inclusive, prevêem a criação de **conselhos de redação,** inspirados na atual campanha. "Eles irão garantir a participação de toda a categoria, sindicalizados ou não, na defesa de seus interesses ante o sindicato".

David vincula diretamente a questão da participação à defesa da liberdade sindical. "E preciso libertar o sindicato da tutela do Estado – que vai de salários até o processo de sindicalização (este poderia ser mais fácil) – para obter, por exemplo, a livre negociação de salários com os patrões, um objetivo político que tem um efeito prático nas lutas econômicas: sem liberdades democráticas não se pode nem discutir o pão de cada dia.

A liberdade sindical condiciona o restante: luta contra a censura, participação democrática da categoria, exercício de plena liberdade de imprensa (em benefício, evidentemente, de toda a sociedade brasileira; imaginemos, por exemplo, que houvesse liberdade de imprensa na época da Transamazônica...), direito de greve, etc.".

Finais

PRESOS-POLÍTICOS / Uma carta-manifesto, assinada pelos presos políticos da Penitenciária Barreto Campelo, na Ilha de Itamaracá (PE), deverá ser divulgada na próxima semana. O documento faz parte de uma série de protestos daqueles presos, dadas as péssimas condições carcerárias em que se encontram, incluindo o isolamento rigoroso (apesar de parecer contrário da Auditoria da 7ª-CJM) a que estão submetidos dois condenados à prisão perpétua: Rholine Cavalcanti e Carlos Alberto Soares. Em novembro último, bem como em 1975, os presos políticos em Pernambuco realizaram greves de fome na defesa de seus deireitos elementares e, agora, anunciam a necessidade de continuarem resistindo, utilizando "as formas de luta ao alcance".

METALÚRGICOS – RJ/ A primeira frente a ser aberta pela nova diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio é a criação de comissões de reivindicações e delegações nas fábricas e oficinas, como única forma de organização sindical representativa. "Abrir o sindicato e fortalecê-lo através das fábricas é o melhor caminho na luta pela liberdade e autonomia sindical".

SOCIOLOGIA / "O sociólogo é, por força de sua própria atividade profissional, um desmistificador de um crítico da sociedade, na medida em que põe a Nu as estruturas de exploração e de dominação. E bom que se recorde que a imagem do sociólogo, desde os fundadores mais eminentes até nossos dias, está ligada a idéia do reformador social, do socialista, ou, em poucas palavras, do agente de transformação social" Trecho do discurso de posse do novo presidente da Associação dos Sociólogos de Pernambuco, Silvio Maranhão, eleito pela chapa "Construção", de oposição.

ROUBO / Joaquim Andrade, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, admitiu ter cobrado 27 mil cruzeiros dos trabalhadores que moveram um processo contra a Feigenson Indústria e Comércio, contrariando os estatutos dos sindicatos que prevêem a gratuidade dos serviços jurídicos. Mas isso não é tudo: ex-funcionários da empresa acusam o sindicato de ter ficado com 900 mil cruzeiros, correspondentes a 30% da indenização recebida.

ESTUDANTES / Ao voltarem às aulas, para mais um semestre letivo, os estudantes da Universidade Católica de Minas Gerais foram surpreendidos com uma saraivada de aumentos: 37% na matrícula geral e até 60% em alguns cursos: mais três cruzeiros no preço do bandejão: trinta cruzeiros de taxa de manutenção de práticas esportivas, entre outros. A insatisfação gerou um movimento unificado de reivindicação dos mais significativos nos últimos anos, naqueia instituição, a segunda do estado, com cerca de nove mil alunos. Na quarta-feira de manhã, em assembléia de mais de mil estudantes, resolveram fazer piquete na porta do banco que serve à universidade e, recolher os carnês de pagamento, e recusar os aumentos.

METALÚRGICOS - B.H. / Na luta dos metalúrgicos mineiros pela reposição salarial uma nova forma de debate será agora introduzida: a reunião por fábrica ou grupos de fábricas, convocada para a sede do Sindicato da categoria.

Esta a principal deliberação da Assembléia Geral do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem em que as propostas do presidente João Soares Silveira foram derrotadas pelas de seus opositores.

MDB - RS / O proprietário da fábrica Artes Metais de Garibaldi, RS, não gostou do jornal "Quem Cala, Consente", do setor Jovem do MDB local, e chegou a Brigada Militar para prender os dois estudantes que o distribuíam na porta de sua empresa. No dia seguinte repetiu a dose: mais dois jovens foram presos e os jornais recolhidos. Liberdade sindical, lutas de trabalhadores e acidentes de trabalho na cidade eram os temas do "Quem Cala, Consente" que ele considerou impróprios para os seus operários.

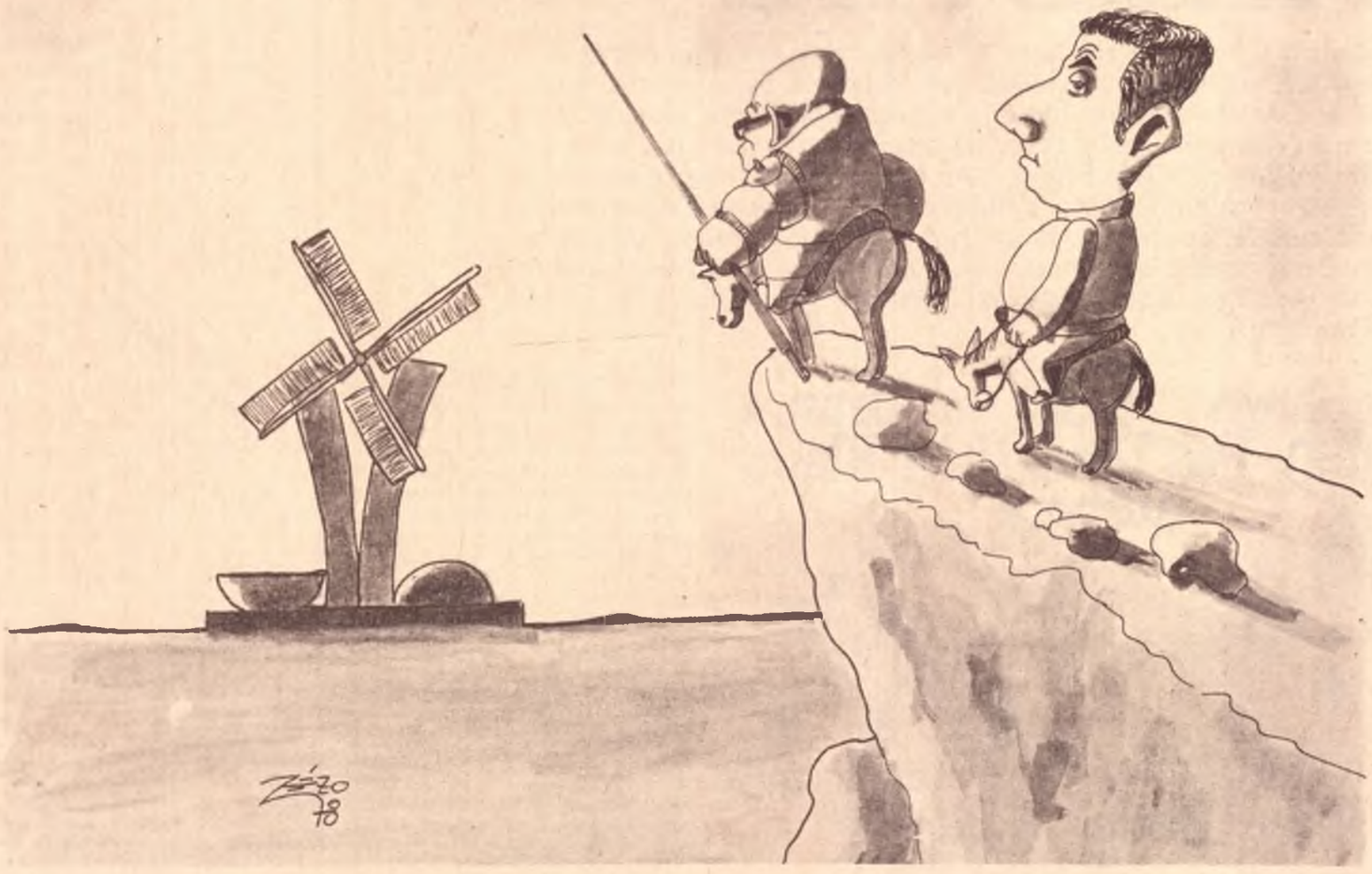
SINDICATO RURAL / Os trabalhadores rurais de Vitória de Santo Antão, PE, confirmaram a liderança do presidente Manoel Santos da Silva frente ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vitoria de Santo Antão, que reúne associados de oito municipios da Zona da Mata.

A campanha da chapa vitoriosa (1.239 votos) ganhou força e importância política por ter sido organizada e financiada pelos próprios trabalhadores de usinas, sitios, engenhos e fazendas.

A chapa derrotada (143 votos) financiada e orientada por políticos arenistas, acusou os líderes vitoriosos de "subversivos", tentando, sem sucesso, impugnar as eleições.

EM TEMPO:
CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO: Aluísio Marques, Álvaro Caldas, Antônio Carlos Carvalho, Antônio de Pádua Jr., Bernardo Kucinski, Fausto Brito, Gilseone Cocenza, João Batista Mares Guia, Jorge Batista, Maria Moraes, Maria Rita Kehl, Otto J. Mattas Filgueiras, Raul Anglada Pont, Robinson Ayres, Ronaldo Mota, Tibério Canuto
DIRETORES: Antônio de Pádua Jr., Jorge Batista, Robinson Ayres, Tibério Canuto, Bernardo Kucinski (Chefe de Redação)
EDITORIAIS: Internacional: Carlos Tibúrcio (editor), Marion Frank, Lionel Almeira, Altair Moreira, Eliezer Rizzo; **Nacional:** Jorge Baptista (editor) Maria Moraes, Eduardo Fernandes, Carlos Savério, Carlos Moreira, Paulo Sérgio, Geraldo Nascimento, Otonni Fernandes Jr., Benedito Carvalho, Cecília Garçoni, Flávia Resende; **Cultura:** José Arrabal, Maria Rita Kehl, Sérgio Squilandi (editores) Paulo Nassar, Ethel Leon, Cláudio Camargo, Fátima Diniz, Nadine Habert, Sérgio Rodrigues, Demétrius Magnoli, Gilberto Morgada.
Arte: Eurico Ugaya, João Bosco L. Brandão, José Ramos Neto, Niels Andreas, Paulo Roberto M. Borges, Sérgio L. Papi.
Arquivo-Pesquisa: Silvestre Prado, Vela L.L. Soares, Gilson Andrade, Márcia Albuquerque, Maria Quinteiro, Roberto Peixoto, Celso Lellis, Laerte Sodré Jr.
SUCURSAIS: Brasília: (S.C.S. – Edifício Maristela, s/1103): Marco Antônio, Marina Juarez, Rita de Cássia; **Recife** (Rua Anibal Falcão, 127 - Graças): Orlando Mindelo, Paulo Magalhães, Sérgio de Souza (administração e coordenação), Fred Navarro, Paulo Santos, Rebeca Scatrut, Virgínia Botelho (redação), Alzira Medeiros, Cecy Prestello, Hilton Almeida, Marina Lima, Pedro Moreira, Riva Nogueira (distribuição); **Belo Horizonte** (Rua Bernardo Guimarães, 1884): Alberto Duarte (chefe de sucursal), Edgar de Mata-Machado, Ernesto Passos, Fernando Miranda, Flemínio Fantini, Flávio Andrade, Henrique Oliveira, João Antônio de Paula, João Machado, Lélio Santos, Maizé Trindade, Maurício Godinho, Paula Régis, Paulo Barcala, Paulo Vilara, Ricardo Rabelo, Sérgio Aspahan, Virgílio Guimarães, Virgínia Pereira (redação), Maniza Araujo (administração); **Curitiba** (Rua José Loureiro, s/1203 - Edifício Mauá): Carlos Huggi, Elza de Oliveira, Reinoldo Atem; **Porto Alegre** (Av. Osvaldo Aranna, 1407 - Loja 20): Ana Barros Pinto, Gérson Shimer, Jandira César, Jorge Garcez, Letânia Menezes, Marcelo Matto, Marcelo Lopes, Paulo Fogaça, Rejane Fernandes; **Salvador** (Av. 7 de Setembro, 202 - s/501): Adelmo Oliveira, João Henrique, Antônio Dias Emiliano José, Daiton Godinho, Oldack Miranda; **Rio de Janeiro** (Rua da Lapa, 200 - s/408): Adauto Novaes, Ana Maria Mandim, Antônio José Mendes, Bernardo Karan, Berta Sichel, Clotilde Hasselmann, Ênio Brauns Filho, Luiz Arnaldo Campos, Marcelo Beraba, Marcos Aarão Reis, Margarida Autran, Maria Helena Malta, Paulo César Araújo, Ricardo Lessa, Ruth Jóffily, Sérgio Sbragia, Sely Caldas (redação), Alan de Albuquerque, Cláudio Câmara, Jorge Ricardo Gonçalves, Olga de Assis, Orlando Quilhano, Raimundo Teixeira, Regina Braga.
ESCRITÓRIOS: Vitória (ES): Joaquim Nery, Luiz Rogério Frabino, Pedro José Mansur, Victor Martins; **Campinas (SP):** Fátima Barbosa, João Roberto Martins Filho, Reinaldo Barros; **Aracaju (SE):** David Dantas, Fernando Sávio, Sebastião Figueiredo, Valdomiro Júnior.
ADMINISTRAÇÃO (São Paulo): Anilton Pinheiro, Aparecida Barbosa da Silva, Edmur Gomes, Edvard Luiz Silva, Elvira Oliveira, João Carlos Leme, José Nadal, Nilo Sérgio Diniz.
Assessoria Jurídica: Luiz Eduardo Greenhalgh Márcia Ramos de Souza (São Paulo), Adelmo Oliveira (Salvador).
DIRETOR RESPONSÁVEL: Robinson Ayres
EM TEMPO – Nº 4 – março de 1978 – publicação da editora Aparte S/A. – Rua Bernardo Guimarães, 1884 - Lourdes (Belo Horizonte). **Redação:** Rua Álvaro Annes, 43 – Pinheiros (São Paulo). Composto e impresso nas oficinas da PAT – Publicações e Assitência Técnica Ltda., rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 412 - Pinheiros (SP) fone: 853-7461. Distribuição: Fernando Chinaglia Distribuidora S/A., Rua Teodoro da Silva, 907, Rio de Janeiro: fone: 368-9112. Os artigos assinados não representam necessariamente a opinião do jornal.

Apostando na crise



O senador Magalhães Pinto sempre foi o "candidato da crise" à presidência da República. Jogava no agravamento das lutas intestinas, primeiro entre as várias correntes do estabelecimento militar, depois ou não tão depois, entre os vários grupos da oligarquia político-financeira -mercantil-exportadora- etc., em disputa pelas fatias do bolo do poder. Dos destroços da batalha, Magalhães emergeria ao fim como o Patriarca de 31 de março, homem acima de qualquer suspeita, capaz, de fazer o compromisso, a paz.

Mas o poder se fechou e fechou a sucessão em torno de um grupo minoritário, porém extremamente coeso, que instrumentalizou a nível nacional e com intensidade sem precedentes, os aparelhos dos serviços secretos. Com as fichas e os dossiês, os relatórios e as fitas magnéticas, esse sistema forçou facilmente a adesão das oligarquias. Forçou ainda a adesão subitamente entusiasmada, de alguns dos assim chamados "liberais", retirando da movimentação de Magalhães a possibilidade de obter a massa crítica necessária à dissidência burguesa com alguma chance de vitória. No processo de emergência desse novo "estado policial", encolheu-se e fragmentou-se, sem lideranças autônomas, sem um Norte claro fragmentado na horizontal e na vertical, o estabelecimento militar propriamente dito. E as esperanças de uma crise no interior desse estabelecimento também se esvairam, ou melhor, os conflitos já por sua natureza secundários e entre personagens inexpressivos, não ofereceu o potencial que Magalhães imaginava.

Mas Magalhães continuou a jogar na crise – agora a crise dos espasmos tardios das oligarquias ainda não conformadas (ver artigo abaixo sobre a sucessão em São Paulo), à reboque de uma eventual cooptação de sua candidatura, pela oposição institucional – o MDB. Magalhães nunca esclareceu – ou talvez nunca soube e nem se preocupou – como chegaria a uma legenda, ou sub-legenda ou sem legenda alguma ao colégio da eleição indireta, pedindo os votos do MDB e somando-os aos votos dissidentes da ARENA. De novo, jogando na crise, que faria desses detalhes meras curiosidades de um passado recente. É esse o duplo sentido – cooptar o MDB e botar lenha na fogueira – do programa que Magalhães acaba de anunciar, muito mais avançado do que ele mesmo vinha aceitando, quando rebatia as sugestões do setor "a esquerda" de sua entourage, preferindo sempre a segurança dos conselheiros mais pessedistas. Se até há pouco Magalhães trabalhava a crise tentando rachar o sistema de dentro para fora e portanto aceitando certos contornos supostamente impostos por esse sistema (anistia ampla não, por exemplo), agora ele trabalha de fora para dentro, tentando arrombar os portões do castelo com o arriete do MDB. Seu programa é, com colorido semântico diferente, uma variante do programa das oposições e já não uma variante dos "pacotes".

Magalhães propõe em primeiro lugar um plebiscito nacional para acabar com as eleições indiretas – mecanismo que implicaria numa tal reconstrução do sistema eleitoral envolvendo tamanha movimentação e contendo uma carga da transformação, que se aproxima, como dinâmica, da idéia de um governo que toma o poder com o fim, por exemplo, de promover uma Constituinte. Propõe ainda (a) a reintrodução plena do Habeas Corpus (b) a liberdade de organização sindical e (c) a supressão de uma tacada só, do 477 (já revogado na prática pelo movimentoi estudantil, mas obviamente pairando como constante ameaça), e do artigo 185 da Constituição, aquele que transformou em perpétuas as penalidades políticas do AI-5. E mais: Magalhães propõe respeito aos direitos humanos e a anistia política como condição essencial para a reorganização da vida insticional do país. Tudo isso no que são apenas os prolegomenos do seu programa, ainda não detalhado mas, que se sabe, incorporará ao nivel das propostas sociais o que está disposto no documento da CNBB – "Exigências Cristãs para uma Nova Ordem," – convenientemente bonito e vago. Um detalhe importante: ao divulgar seus prolegomenos , Magalhães quase não usou adjetivos ou reservas. Anistia é anistia, liberdade sindical é liberdade sindical. O caminho aberto para o detalhamento, à esquerda ou à direita, conforme convier e der.

Nunca se deve desprezar a importância que tem historicamente uma primeira dissidência burguesa no interior de um regime autoritário. A primeira, em geral, não leva a nada de imediato - mas é a que pode abrir o caminho para o agravamento das contradições no interior das coligações que mandam e não pedem. Essa dissidência de Magalhães, já está tendo o mérito, empurrada pela não explicitação da crise, de ter que construir aos poucos o que já quase chega a ser uma ideologia, que diverge daquela do regime dominante.

O embrulho de março, que o general Geisel acaba de anunciar, esclarecendo sem dúvida de forma definitiva, que as (indevidamente chamadas) reformas políticas, visam de fato aperfeiçoar o regime autoritário, pode ser interpretado, em primeiro lugar como uma resposta direta à dissidência Magalhães e tudo o que ela já passou a representar em termos de desnudamento da roupagem ideológica do regime. Uma resposta que coloca o presidente como o organizador direto de uma proposta de agravamento da própria crise. Ao auto-elogiar sua Constituinte do Riacho Fundo e seu "pacote de Abril" e ao dizer que é isso aí, o que vier será do mesmo tipo – ressalvadas as necessidades de fazer da exceção agora uma regra – Geisel usou a velha técnica de aterrorizar o adversário-interlocutor. No caso, esclareceu que o poder permanece onde sempre esteve e que quem quizer uma fatia dele ou, ao menos, quiser fugir de suas represálias, deve também permanecer onde sempre esteve. Um recado para as disidências burguesas. Ao mesmo tempo, sacrificando de forma sublime o diálogo de Portella (o sacrifício é gozo para os que servem ao poder) Geisel aplastrou os apaziguadores pertinazes do MDB, que ficaram mudos de espanto. Todos sabiam o que seriam as reformas. Mas havia um jogo de cena, e Geisel, deliberadamente jogou serragem no ventilador.

Aí se coloca a pergunta essencial Se por um lado isso assusta os vacilantes do não-sei-se-vou-não-sei-se-não-vou com Magalhães, é, acima de tudo, uma declaração de crise. Fecharam-se as portas da negociação, mesmo aquela de mentirinha, e escancarou o caudal da crise. O que o levou a isso? E a que isso levará? Talvez nunca se saberá o que o levou a isso. Mas cada vez mais está pintando que todos esses pacotes e embrulhos, representam o começo do fim da embrulhada. *(Bernardo Kucinski)*

CASO PARASAR

Como se armou um golpe dentro do golpe

A proposta de uma repressão adicional num regime que já era repressivo, nasce necessariamente nos porões do próprio poder.

Para entender o caso PARA-SAR, que agora volta à cena política, é preciso entender seu tempo – Brasil, 1968. E então, a ação de um pequeno grupo de homens que foi treinado para salvar vidas e passou a ser usado para eliminar vidas, emerge com chocante naturalidade.

O episódio em si é conhecido. No dia 4 de abril de 1968, 15 militares do PARA-SAR, armados e em trajes civis, receberam ordens para se colocarem nos telhados dos edifícios próximos da Igreja da Candelária, no Rio de Janeiro. Missão: agir como franco-atiradores e eliminar as lideranças da manifestação de protesto contra o governo, realizada a propósito da missa de sétimo dia em memória do estudante Edson Luis, morto durante uma repressão policial. O comando do PARA-SAR, contudo, limitou-se a prender alguns dos manifestantes.

Mas o plano articulado pelo Brigadeiro Burnier, previa o cumprimento de várias outras ações pelo PARA-SAR: sequestro e assassinato de líderes oposicionistas, entre eles os articuladores da Frente Ampla, Juscelino Kubitschek e Carlos Lacerda, que seriam colocados em aviões e jogados ao mar; consta ainda, que, no momento do enterro de Edson Luiz, o Brigadeiro Burnier pretendia enviar aviões para bombardear o cemitério com napalm; atentados terroristas, como, por exemplo, a explosão do gasômetro do Rio de Janeiro, contribuindo para a criação de um clima favorável ao desfecho do golpe dentro do golpe, o que afinal se deu com o AI-5. O governo acuado pela onda crescente de manifestações oposicionistas, enfrentava o dilema clássico: atendê-las parcialmente, ou reprimir com intensidade ainda maior.

As condições, principalmente econômicas, da época apontavam a saída: reprimir. Sustentando as modificações introduzidas no Brasil, depois de 1964, o grande capital avançava progressivamente e cobrava agora medidas políticas finais que garantissem a realização plena de seu potencial. A proposta de repressão adicional, num regime que já era repressivo, nasce, como sempre, nos porões do próprio poder. Uma gestação necessariamente espasmódica, composta de inúmeros lances, aparentemente desarticulados e nunca assumidos pelo governo.

O caso PARA-SAR representou apenas um desses lances, indicativo das modificações em curso. De outro lado, a repressão aberta, assumida, chegava a um impasse: a violência policial contra as manifestações estudantis cresce durante o ano, mas é, por exemplo, impotente frente à passeata de cem mil estudantes, em junho, no Rio de Janeiro. Era gente demais para reprimir. Em outubro, o saldo trágico somava nove vítimas mortais da repressão às manifestações estudantis – inclusive uma da própria polícia e centenas de prisões.

Durante greves operárias de Contagem (em abril) e Osasco (julho) – as últimas grandes tentativas de resistência dos operários à nova política de super-exploração da força de trabalho – a repressão precisou ser ainda mais dura: os sindicatos fechados, as fábricas em greve invadidas, os cinturões industriais virtualmente sob estado de sítio, dezenas de operários presos.

Essa repressão esgotou a questão do enfrentamento com o movimento operário nessa época, mas os planos subterrâneos destinados a preparar o clima de golpe continuavam em curso. Em agosto ocorreram atentados terroristas em São Paulo, inclusive a explosão de bombas fortíssimas, uma delas na frente do Departamento de Ordem Política e Social. Dias depois a polícia civil prende o cabeça do grupo terrorista: Aladino Felix, psicopata e estudioso de discos voadores, amigo do general reformado Paulo Trajano, por sua vez amigo íntimo do General Meira Mattos, coordenador das Polícias Militares de todo o país.

Perante um dos juízes que o interrogaram, Aladino apontou a Casa Militar da Presidência da República como inspiradora dos atentados.

Ainda no segundo semestre, outros atentados a bomba ocorreram no Rio de Janeiro, visando carros policiais e a política. O cabeça do grupo, o único que não foi preso, era o ex-combatente da FEB, sargento Manes, que tinha muitas ligações com o Centro de Informações do Exército.

Aparentemente, o caso PARA-SAR serviu como lição para os articuladores do golpe. Para que envolver diretamente uma unidade militar, com o risco de comprometer a unidade e a imagem das Forças Armadas, se era possível contar com grupos para-militares, como é o caso, também do Comando de Caça aos Comunistas, CCC, empregado várias vezes contra os estudantes?

Finalmente, em dezembro, surge o AI-5. Para decretá-lo foi preciso criar um incidente específico. O pretexto: a negativa do Congresso em conceder licença para que fosse processado o deputado federal Márcio Moreira Alves, acusado de ofender as Forças Armadas em discurso proferido na Câmara. O projeto do golpe é assumido e sobe dos subterrâneos ao palco aberto do Congresso.

Com a supressão formal das garantias públicas e individuais, cresceram as violências praticadas contra presos políticos nos órgãos de segurança: prisões ilegais, torturas, assassinatos.

Percebe-se então que o plano arquitetado pelo Brigadeiro Burnier, atribuindo missões repressivas ao PARA-SAR não era apenas "produto de um cérebro enfermo", como qualificou recentemente o general Pery Bevilácqua, mas uma faceta apenas de um projeto de âmbito muito maior.

Já em 1970, no comando da Zona Aérea com sede no Rio de Janeiro, Burnier não precisava temer residências entre seus comandados, quanto ao emprego de unidade da aeronáutica na repressão política. Denúncias veiculadas por prisioneiros políticos afirmam que o próprio Burnier participava das torturas e que teria usado helicópteros da FAB para atirar ao mar vários presos políticos, entre eles o ex-deputado Rubens Paiva. Da lista dos prisioneiros políticos que passaram pelo CISA, no Galeão e desapareceram, constam os nomes de Carlos Alberto Soares e de Stuart Angel Jones.

O caso de Stuart foi motivo de amplas denúncias nos Estados Unidos, principalmente por causa da intensa atividade de sua mãe, Zuzu Angel.

"Quando Kissinger veio ao Brasil – diz Hélio Silva - Zuzu Angel consegiu furar a barreira e entregar a ele, no hotel, meu livro contendo um relato sobre a morte de Stuart no Galeão e uma carta. As reclamações foram de tal ordem que o governo brasileiro resolveu agir, interpelando o Ministro da Aeronáutica, Márcio de Souza e Mello".

Zuzu Angel morreu num acidente de automóvel, em 1975. Pouco antes de morrer, deixou por escrito que estava sendo seguida, recebendo telefonemas ameaçadores e que qualquer coisa que lhe acontecesse seria obra dos órgãos de segurança. *(A.G.)*.

SÃO PAULO

SUCESSÃO LENTA, GRADUAL E INSEGURA.

A crise na sucessão paulista é a crise da "democracia relativa": lenta, gradual e segura. Até agora, parece que o ex-governador Laudo Natel, amigo do candidato do presidente, o general João Baptista Figueiredo, joga sua indicação para um novo mandato contra uma reunião apressada das demais forças da Arena. Nesse pacto, acertado nominalmente por inspiração do atual governador, Paulo Egydio Martins, estão alinhados representantes do populismo rasteiro (o secretário do Interior, Rafael Baldacci), o bloco técnico-financeiro do "milagre" (Delfim Netto e Olavo Setúbal) e da máquina administrativa (Murilo Macedo, atual secretário das Finanças). A escolha final ainda é desconhecida, o que multiplica especulações a respeito do peso que tem cada um dos padrinhos acionados pelos diversos candidatos. Mas, é a dificuldade notória para se resolver o inesperado confronto que sugere uma observação mais detalhada dos grupos em luta – e de suas verdadeiras ligações com o que se convencionou chamar "reformas políticas".

A primeira questão é simples: se a fórmula inventada no fim do ano passado por Brasília apoia-se na necessidade de uma vitória eleitoral em 15 de novembro, como escolher, em São Paulo o futuro governador mais habilitado a fazer uma boa campanha? Os comandantes da "reforma política" sabem que o MDB vai ganhar as eleições paulistas. Mas desejam que a Arena mostre um desempenho superior ao de novembro de 1974. Para tanto, Laudo Natel se apresenta como dono de muitos votos; e o grupo de seus adversários insiste que, em conjunto, sua ala pode apresentar um resultado melhor. Acontece que a "democracia relativa" vive a questão eleitoral de cabeça para baixo. Querem descobrir os políticos bons de urna antes que o povo vote. E, como isso não é possível, fica muito complicado escolher um nome, sem desagradar o restante dos candidatos – que poderiam fugir da campanha eleitoral, tornando ainda pior a situação da Arena.

As duas facções, avisadas por Brasília, já conhecem essa armadilha. O governo mandou avisar aos candidatos, logo depois do carnaval, que espera um acerto entre os grupos em luta aberta. E tenta evitar de todas as maneiras que o confronto se transforme numa cisão irreversível. Para isso, procura acrescentar um novo critério para a escolha do governador: as atitudes de cada postulante frente ao desdobramento das próprias reformas políticas. Isso quer dizer que é muito importante saber, por antecipação, como se distribuiriam os atuais candidatos paulistas quando o sistema bipartidário acabar.

Essa é a segunda questão de um enigma que Brasília ainda não sabe como tratar. Laudo Matel, um cacique ao velho estilo, moveria suas ligações eleitorais de acordo com as instruções superiores. Mas, saberia ele instruir os superiores com notícias abalizadas e sugestões pertinentes quando a atividade política não estiver tão controlada? Em outras palavras, se o governo pretende abrir gradualmente o sistema representativo, com a segurança de que não vai perder, não terá problemas com a falta de iniciativa de Natel?

Na facção oposta – o resto da Arena – surge com destaque a figura do ex-ministro da Fazenda, Delfim Netto. Como ele não tem bases eleitorais e, por azar, não conseguiu acertar com os grandes padrinhos, já comprometidos quando o antigo embaixador em Paris desembarcou de volta à cena política brasileira, o principal candidato da coalizão procurou rapidamente se alinhar como o cérebro capaz de somar as forças da Arena em torno de sua habilidade para fazer raciocínios instantâneos e seu decantado futuro político. Mas, faltou a Delfim explicar como conseguiria com as forças que não se compõe naturalmente com a Arena – e que constituem forte maioria em São Paulo.

Mais uma vez, a tentativa de antecipar os fatos criou um impasse ao próprio governo que determinou as regras da "democracia relativa". Em Brasília vive-se o pânico de errar em São Paulo. Mas, ninguém sabe como acertar, porque ninguém sabe como vão ser as eleições de 15 de novembro e, mais importante, como o país vai se articular depois do bipartidarismo.

E os arquitetos da atual fórmula de recomposição política estancaram precisamente no ponto que deveria ser o começo de tudo: quem representa quem em São Paulo? *(Marcos Aguiar)*

CONTRA A CARESTIA!

No próximo dia 12, no páteo de um colégio da Vila Mariana, em São Paulo, o Movimento do Custo de Vida promoverá uma concentração popular contra a carestia. Espera-se que ao ato deverão comparecer cerca de 10 mil pessoas. E o tema central da concentração será o texto de um abaixo-assinado (para o qual se prevê até um milhão de signatários), a ser encaminhado ao presidente da República e ministros, reivindicando: congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade; aumento dos salários acima do aumento do custo de vida; abono salarial imediato e sem desconto para todas as categorias de trabalhoadores. Como surgiu o Movimento do Custo de Vida? Quais suas implicações ao nível político?

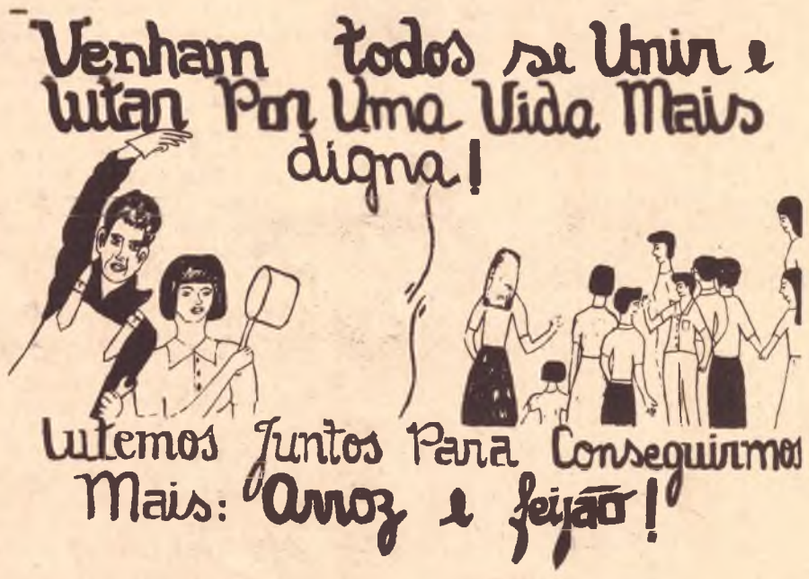
Inicialmente eram apenas alguns grupos de mulheres da Zona Sul, de São Paulo, ligados aos Clubes de Mães, que ao enfrentar os dramas do cotidiano, particularmente os altos preços das feiras e supermercados, deliberaram propor uma forma de protesto contra o elevado custo de vida.

Aos poucos, desde 1973, a semente lançada por aquelas mulheres se alastrou por vários lugares da periferia paulista, constituindo-se no embrião do atual Movimento do Custo de Vida (MCV) – uma espécie de entidade máxima que hoje reúne cerca de 40 organismos populares empenhados em combater a carestia.

No próximo dia 12, no páteo do Colégio Diocesano, em Vila Maria, às 14 horas, o MCV de São Paulo pretende realizar o ato mais marcante desde sua criação, reunindo cerca de 10 mil pessoas para dar maior força às suas reivindicações.

Já em 1975, após fazer uma pesquisa com duas mil famílias, para obter dados concretos sobre as condições de sobrevivência das classes populares, o MCV – contando com apoio de vários setores – promoveu a sua primeira grande assembléia geral, esta reunindo perto de 5 mil pessoas.

Refletindo sobre o problema central que enfrentam, os participantes do movimento colocam sempre a relação entre alta do custo de vida e baixos salários. Um boletim do MCV comenta: "O salário sobe pela escada e o custo de vida pelo elevador".



Passo a passo...

Depois do crescimento experimentado entre 1973 e 1976, o Movimento do Custo de Vida passou a mobilizar menor número de pessoas. "Isso aconteceu pela falta de um grupo que cobrasse das autoridades o controle do custo de vida e porque o MCV estava restrito à Igreja e aos clubes de mães", explica um membro do movimento na Zona Sul de São Paulo. Em 1977, porém, o movimento teria entrado numa nova etapa: "a partir do abaixo-assinado e da Coordenação definidos na assembléia do Colégio Diocesano".

Hoje a Coordenação é composta por membros de entidades estudantis, de diretórios do MDB, da Pastoral Mundo do Trabalho, de Clubes de Maês e, na sua maior parte, por pessoas que lutam na periferia por melhores condições de saúde, educação, transporte, habitação. Ao todo, são mais de 40 representantes.

As formas de luta e organização utilizadas estão muito ligadas aos problemas específicos de cada bairro ou região. Na região Sul, além dos "grupos de rua" formadas para discutir e passar o abaixo-assinado dirigido a Geisel reivindicando o aumento salarial e congelamento de preços, há formação de grupos de discussão dos problemas do bairro e organização de equipes de compra de gêneros alimentícios no atacado. Nas últimas semanas, toda essa atividade organizada tem convergido para as assembléias setoriais, reunindo bairros ou grupos de bairros, onde tem sido lançado o abaixo-assinado publicamente.

A todo custo

Qual é a causa da alta do custo de vida? Por que ele sobe tanto e o salário diminui? "Ao meu ver, a causa é a política salarial mesmo, a falta de negociação livre entre patrão e empregado. E pra combater isso, é preciso ter liberdade sindical", afirma o membro do MCV na Zona Sul.

A Coordenação do Movimento de Custo de Vida, porém, parece afastar-se um tanto desta análise. No momento, ela não tem admitido em seu interior a participação das oposições sindicais, hoje uma das principais frentes organizadas de luta pela autonomia dos sindicatos e contra o arrocho salarial. Um membro da oposição sindical dos gráficos confirma que as oposições têm ficado de fora e que "isso é prejudicial ao movimento e que precisa ser revista e discutida imediatamente, porque senão a luta vai ficar só no nível da denúncia da alta do custo de vida e não vai resolver. E os trabalhadores jogam um peso muito importante, pois hoje a luta salarial está ainda vinculada ao sindicato. E isso não pode ser deixado de lado".

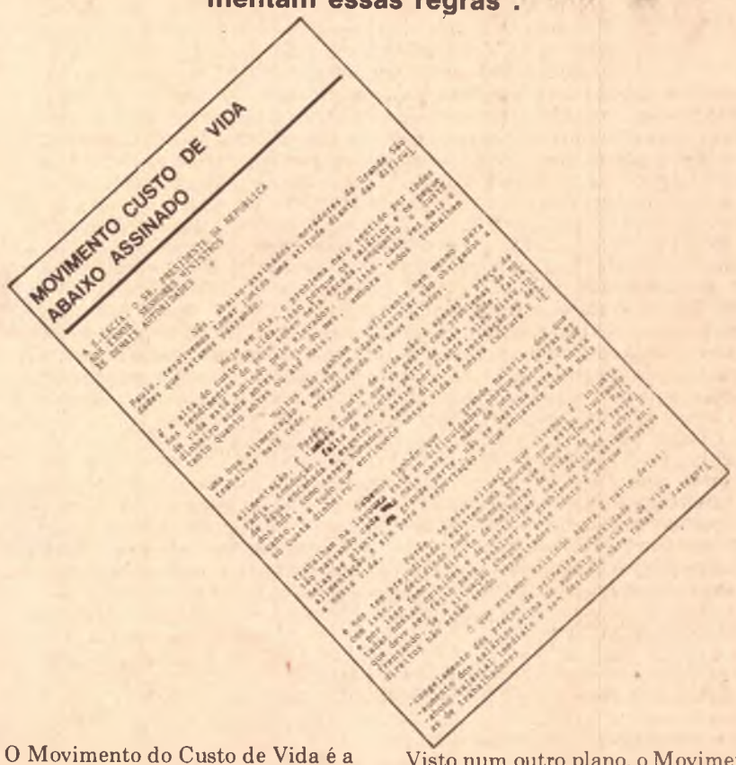
De outro lado, a Coordenação se justifica ao afirmar que "ficou difícil de precisar quais as oposições sindicais que tinham um trabalho representativo, com amplas bases. Nós vamos começar a ampliar agora, e se está discutindo a entrada a princípio dos sindicatos e depois das oposições representativas".

É dentro desta perspectiva de questionamento que a direção do MCV pretende enfrentar os múltiplos problemas que ainda marcam o estado atual do movimento, a exemplo do medo que leva muitas pessoas a não subscreverem o abaixo-assinado; a insuficiente divulgação dos objetivos do movimento (especialmente por rádio e televisão), e de resto – a participação direta ainda pequena. *(F.R.)*

Em Tempo: os desenhos desta página foram feitos por habitantes da periferia de São Paulo, em outubro último, para funcionar como propostas de um cartaz do Movimento do Custo de Vida. A última ilustração (pé da matéria) é o anúncio da concentração do próximo dia 12.

Custo de vida e democracia

"... as massas populares só conhecem os limites das regras do jogo quando elas de alguma forma experimentam essas regras".



O Movimento do Custo de Vida é a expressão de certas necessidades próprias das populações da periferia dos grandes centros urbanos brasileiros. O caso do movimento de São Paulo, que nasceu a partir de 1973, cresceu em 1975, demonstrando a sua vitalidade na grande assembléia de cerca de 5.000 pessoas, realizada na Zona Sul, mostra que estes setores sociais tendem a colocar questões políticas fundamentais a partir de problemas que surgem no seu **cotidiano.** É importante demarcar isto, porque as oposições democráticas e progressistas brasileiras vivem neste momento um desafio que é de saber como poderá ser feita a ligação entre as questões políticas gerais e as questões que afetam as condições de sobrevivência das massas populares.

No caso do Movimento do Custo de Vida, o que os Clubes de Mães da periferia de São Paulo fizeram foi indicar, como – na prática –, fazem aquela famosa ligação que os teóricos indicam "entre a vida privada e a vida pública". Neste sentido o Movimento do Custo de Vida é a expressão de um movimento social que existe potencialmente nas classes populares e que se concretiza quando encontra temas capazes de mobilizar a partir da vida concreta.

A questão a saber é se este movimento social que se articula, em parte espontaneamente, em parte estimulado por uma multiplicidade de ativistas, é capaz por si só de dar o salto para uma dimensão política mais ampla. Todo movimento social coloca necessidades que são próprias a determinadas classes. Entretanto, o fato de que esse movimento coloque este tema não quer dizer, necessariamente, que ele esteja preparado para resolver seus problemas organizatórios, ou seja: a forma como a base desse movimento participa da sua direção, e se ele pode ganhar as condições de um canal político, ou mesmo de se expressar como partido político. Tal movimento por si só não dá resposta às necessidades de representação dessas massas no plano propriamente da política.

Visto num outro plano, o Movimento do Custo de Vida representa uma aspiração de participação. No fundo, quando um certo número de donas de casa se organizam na periferia e resolvem partir para um movimento, o que elas estão colocando é também sua aspiração de intervir de alguma forma nos rumos da sociedade. Há quem diga que essa intervenção é muito pequena em face das contradições postas pelo desenvolvimento capitalista. Talvez seja pequena agora, mas se esta participação ganhar continuidade e suscitar uma capacidade de enfrentar adversários específicos, ela pode representar o ponto de partida para um amplo movimento democrático. Ou seja, as massas populares só conhecem os limites das regras do jogo quando elas de alguma forma experimentam essas regras. Assim elas sentem necessidade de romper com essas regras. Mas nada disso elimina a importância de gestar líderes e de ligar as questões do cotidiano com as questões políticas mais gerais.

Assim, a questão da participação que leva a criação de um grande movimento democrático torna-se uma questão central para a própria emergência desses setores sociais como **atores históricos.** Pois, participar para estas massas significa de alguma maneira reivindicar o seu lugar ao sol. Mas, para que as massas possam reivindicar o seu lugar ao sol têm de passar por todo este processo. Porque só uma perspectiva democrática, que signifique **controle democrático na base,** pode permitir uma efetiva incorporação desses setores sociais na sociedade. Claro que não adianta nós defendermos isto como um simples princípio abstrato. Na medida em que, pela prática, esses setores compreendem como conquistar o seu espaço político e compreendem a importância dessa conquista, um movimento democrático profundo começa a ser criado. E esse movimento democrático profundo, na medida em que não significa simples "incorporação", significa arrebentar os limites do atual sistema político autoritário.

José Alvaro Moisés

OSASCO: OPOSIÇÃO PERDE MAS NÃO SAI DE CAMPO

Hoje, em vários Estados, os chamados *pelegos* (ou amaciadores das contradições entre patrões e empregados) têm perdido noites de sono por conta de um adversário bem próximo: as oposições sindicais. Desenvolvendo-se a partir de grupos de base e contestando o atrelamento dos sindicatos ao Estado, as oposições têm reivindicado o fim do arrocho salarial seguido de reajustes que acompanhem o custo de vida, melhores condições de trabalho, autonomia sindical e democratização de suas entidades. Assim, no Rio de Janeiro, por exemplo, a oposição conquistou recentemente a direção do Sindicato dos Metalúrgicos. Agora, em Osasco, São Paulo, aparentemente ia acontecer o mesmo: a oposição sindical lançou-se na disputa das eleições realizadas na última semana com chances de vitória. Porém, foi derrotada. Por que?

O entussiasmo da jovem oposição do sindicato dos metalúrgicos de Osasco não foi suficiente para vencer as artimanhas, a experiência e as poderosas alianças dos pelegos da situação. Na primeira votação, de 20 a 24 do corrente, a chapa 1 (da oposição) não passou dos 3.377 votos, contra 4.522 dados à chapa 2. Apesar das novas eleições que se encerram hoje (03) - uma vez que nenhuma das chapas alcançou maioria absoluta - dificilmente a situação poderá se inverter.

A primeira derrota eleitoral, entretanto, não arrefeceu o ânimo do movimento de oposição que, logo após a divulgação dos resultados, fazia uma reunião com cerca de 80 pessoas para discutir a continuidade de seus trabalhos. E já dava mostras de haver aproveitado os ensinamentos dessa derrota, propondo medias para evitar, durante o novo escrutínio as trapaças de que foram vítimas na primeira votação.

Constituída a partir de 1976, essa é a primeira oposição que chega a disputar as eleições com a atual diretoria desde a intervenção sofrida pelo sindiccato em 1968, quando o atual candidato a presidente pela chapa da situação foi nomeado interventor. Nesses 10 anos, Henos Amorina teve tempo suficiente para montar uma potente máquina sindical, contando com as simpatias do Ministério do Trabalho, dos patrões e das autoridades municipais. O poder dessa Santa Aliança se fez sentir mais uma vez, agora sobre uma inexperiente oposição sindical, durante todo o processo eleitoral.

As denúncias

São muitas as acusações de fraude que partem de associados do sindicato, embora nem todas de fácil comprovação, principalmente porque a ausência de uma maior assistência jurídica impediu a oposição de registrar nos devidos termos uma série de denúncias feitas por seus fiscais. Uma das mais escandalosas: a existência de 814 votos numa urna que possuía apenas 804 votantes inscritos. As suspeitas em torno desses "erros de cálculo" aumentaram pelo fato de que os fiscais da oposição foram impedidos de acompanhar as urnas volantes nos carros em que eram transportadas.

É bem verdade que muitas das falcatruas existentes nas eleições estavam perfeitamente respaldadas pela legislação em vigor, que permite, por exemplo, que a diretoria atual nomeie todos os mesários responsáveis pela condução dos trabalhos. Isso propiciou desde a propaganda aberta na boca de urna para a chapa da situação até tentativas de suborno de fiscais da oposição por parte desses mesários. Enquanto os primeiros não dispunham de qualquer proteção legal (nem mesmo dispensa do dia de trabalho), os últimos possuíam todas as facilidades, chegando alguns a ganhar até mil cruzeiros por dia.

Também várias empresas deram sua contribuição para a vitória da chapa 2, incumbindo seus chefes de seção de uma missão especial nos dias das eleições: pressionar seus subordinados na boca de urna para votar na situação. Outras empresas permitiram o livre trânsito de cabos eleitorais e mesários favoráveis à chapa 2 pelas suas instalações, enquanto vários integrantes da chapa 1 e simpatizantes eram ameaçados de sanções profissionais. Alguns foram obrigados a sair de férias uma semana antes do pleito.

As limitações

Mas não só às pressões e artimanhas pode ser atribuída a derrota da oposição. Cabe destacar também a ausência de um maior enraizamento da chapa 1 na categoria, devido ao seu reduzido tempo de existência e às dificuldades de se desenvolver um sindicalismo combativo nas condições dos últimos 14 anos. Isso é particularmente verdadeiro no caso de Osasco, que teve toda uma geração de lideranças operárias praticamente destruída pelas prisões e perseguições que se seguiram à greve de 1968. A atual chapa de oposição não poderia deixar de refletir esse quadro, sendo constituída por pessoas de pouca experiência e formação política incipiente, embora com enorme disposição.

Essas limitações evidenciam-se no próprio programa da oposição que, apesar de repleto de definições sobre as questões sindicais, refere-se pouco a problemas políticos mais gerais. Essa lacuna foi bem aproveitada pela situação, que dizia assumir todas as palavras de ordem dos seus adversários, lançando o slogan "chapa 2 também é oposição". Dessa forma, a diferenciação entre as duas chapas, para muita gente passou a ser uma mera questão de nomes, lançando grande confusão entre a categoria.

Nas fábricas maiores, de operários mais familiarizados com a vida do sindicato, ganhou a oposição mas a situação venceu nas fábricas menores e mais distantes de Osasco. O eleitorado da oposição constituia-se basicamente da parcela que acompanhou as assembléias de dissídio e da reposição salarial, estando capacitada, portanto, a distingui-la dos pelegos a partir de sua própria prática, uma vez que através dos programas isso se tornava difícil.

As perspectivas

"Um trabalho a longo prazo é a única saída para a classe", diz Zé Pedro, candidato a presidente pela chapa 1. E enumera os ganhos obtidos nesse processo eleitoral: "A nossa oposição é uma oposição recente e vai sair disso com um gráu muito maior de consciência. Eu mesmo agora é que estou vendo claro como funciona um sindicato pelego".

Para a segunda votação, a chapa 1 já coloca em prática as lições recebidas. "O nó está na fiscalização", conclui Waldir Piantoni, outro integrante da chapa 1, "por isso vamos organizar comissões de fiscalização por fábrica para vigiar as urnas". Ele acha que uma boa fiscalização pode até virar o resultado, embora reconheça que isso é difícil. De qualquer maneira, não é só isso que importa. Como diz Zé Pedro, o trabalho é a longo prazo.

Carlos Savério Ferrante
Paulo Sérgio Muçouçah

Hoje, as lutas do Movimento Operário e Popular, ainda que limitadas, centradas principalmente em reivindicações econômicas, são um dado concreto na conjuntura.
Como o feminismo interfere nisso? Qual a plataforma de lutas? Apontando que rumo para a solução dos problemas da mulher?

Como organizar as mulheres?

Sérgio Squilanti

"A gente discute muito o que é o feminismo. O nosso jornal – NÓS MULHERES de uma certa forma tem esse mérito. Ele definiu muito simplesmente o seu feminismo como sendo uma forma específica da mulher lutar dentro da luta conjunta. Isso aí de tão simples que é, as pessoas ficam sempre buscando uma significação mais profunda. A Associação que a gente formou, trabalha intimamente com vários grupos de mulheres e nenhum deles é feminista. Nunca se colocou uma discussão sobre o feminismo. Não é por aí que divide. As mulheres quando vêem discutir com a gente, quando ela vem fazer o trabalho junto com a gente, ela vem discutir e trabalhar em cima de coisas muito objetivas. É importante ver o feminismo mais no sentido de desfazer a imagem do ponto de vista ideológico do que no sentido de fazer com que as mulheres se declarem feministas. O movimento das mulheres que tem essa consciência, do que é o feminismo, se partisse daí, ou seja, "vamos unir em função do feminismo", tava frito. Porque é claro, a gente ainda representa um movimento bastante embrionário, não tem força suficiente a nível da própria prática prá poder colocar a todas as mulheres a questão do feminismo como a questão fundamental – o programa máximo, vamos dizer assim. O importante dessa discussão é você ver prá que lado está caminhando a questão da mulher, e não ver se é feminista ou não. Essa discussão fica sendo falsa. O feminismo é justamente isso, é você ver a questão da opressão na perspectiva da organização da mulher em função da luta pelas reivindicações, contra sua opressão específica. Os grupos feministas que se organizaram, são grupos de intelectuais pequeno-burgueses. Por que? Porque foram essas mulheres que tiveram os instrumentos, as condições objetivas de poderem estudar, aprofundar. Pensar essa coisa de uma forma mais acabada. E esses mesmos grupos chegaram à constatação que a vanguarda social do feminismo é necessariamente formada pelas mulheres trabalhadoras. Porque elas são mais exploradas enquanto trabalhadoras. Além disso tem a dupla jornada de trabalho ou seja, a opressão sexual, o trabalho doméstico. Então, essa é a vanguarda social que todas nós definimos. Vejo também que chegamos aos mesmos problemas e aos mesmos impasse. Na hora em que se define isso, no caso do NÓS MULHERES, que desde o início se define como feminista, mesmo assim o problema se mantém. Quando se vai vender o nosso jornal prá periferia ou em porta de fábrica, supõe-se que as mulheres tivessem um mínimo de organização pro jornal não ficar com o papel de organizador, mas se percebe que se termina fazendo um pouco das duas coisas e isso não dá, é fogo.

Um trabalho mais voltado a clubes de mães, enfim, movimentos de periferia.

Por outro lado, é ter contato com as mulheres prá perceber que elas têm nível de consciência muito baixo ainda. Nosso impasse é esse, prá quem o jornal se volta? Se ele for se voltar prá esse nível de consciência supõe-se uma modificação ao nível dos artigos. Ou então é um público diferenciado? Um pouco de cada coisa?

Nós tendemos sempre a fazer um trabalho mais voltado a clubes de mães, enfim, movimentos de periferia. Alguma coisa de movimento sindical, bancárias, metalúrgicas, mas menor. Se você parte da periferia, você trabalha principalmente com as mulheres donas de casa, que é um nível de consciência mais baixo ainda. No entanto a questão feminista ja estava colocada de uma certa maneira, mesmo antes do aparecimento dos clubes de mães. Ela foi é ganhando força. Por exemplo, na discussão da rearticulação partidária, o papel específico da mulher está se colocando. O Almino Afonso é obrigado a dizer no VERSUS que ele entende o feminismo. Acha que é importante. Mas, seria contra a criação de um departamento feminino dentro do Partido Socialista. Essa questão, não é uma questão que está na cabeça de um grupo de intelectuais iluminados. Ela existe concretamente. Porém, o que se encontra de movimentos organizados de mulheres? O que existe está muito aquém ainda do desejado. Estamos tentando criar uma Associação de Mulheres que é outro nível de trabalho. Prá cada setor tem um dos aspectos da opressão que é aquele que é o eixo a partir do qual você deve trabalhar. Por isso é que não dá prá ter uma plataforma especificamanete econômica. E nem trabalhar com essa perspectiva. A trabalhadora tem um papel fundamental no feminismo porque estamos falando de uma classe em que as mulheres são exploradas enquanto classe e oprimidas enquanto sexo. O problema delas é o mais amplo, tanto que nós consideramos que a mera socialização dos meios de produção não resolve o problema delas.

Ao mesmotempo é necessária uma organização de mulheres que combata no sentido de suas reivindicações específicas porque, existe socialismo, – sem entrar no mérito de quanto socialista é este ou aquele pais –, e isso não garantiu a libertação da mulher, o fim da opressão feminina. Há países em que, bem ou mal, os meios de produção foram socializados. Podemos chamar de socialismo deformado, burocrático, não importa, grosso modo você tem socialismo, você tem transformação. Isso porque o socialismo é um período de transição. Não é um fim em si. Necessariamente no socialismo, em certo sentido, a questão da mulher não precisa ter sido resolvida. Ou seja, a tomada do poder pela classe operária não significa de imediato a superação da opressão da mulher. Porém, quanto mais estiver avançado o movimento feminista anteriormente, mais rapidamente essa questão será superada.

Qualquer luta feminista nesse sentido vai ser uma luta progressista, na medida que aponta para o socialismo. Se você vai lutar por uma reivindicação, você precisa de Liberdades Democráticas prá lutar por ela, por creches, pela liberdade de manifestar suas reivindicações e prá isso é necessário se organizar. A luta feminista é uma luta pela liberdade de expressão e organizacão. As coisas não se separam. Sem Liberdades Democráticas você não luta, você não consegue nada, você não consegue nem colocar suas reivindicações mínimas"

***1910 DINAMARCA** – No Segundo Congresso Internacional de Mulheres Socialistas em Copenhague, CLARA ZETKIN propõe que o 8 de Março seja escolhido para DIA INTERNACIONAL DA MULHER em comemoração da greve das operárias da indústrias têxtil, realizada em 1857, nos Estados Unidos, por igualdade de salários e pela redução da jornada de trabalho para 10 horas.*

***1978/Março/BRASIL** – Reunião em São Paulo, da maioria dos grupos organizados de mulheres, com a participação inclusive de bancárias, operárias metalúrgicas, gráficas, têxteis, etc, que atuam no estado. Fazem um balanço de suas atividades, troca de experiências, tendo em vista a elaboração de uma plataforma de lutas conjuntas para o ano.*

"Voltando um pouco. É por volta de 1974 que a gente vê surgir na periferia, organizações femininas, organizações de mulheres – clube de mães, associações de donas de casa e outras. Enfim, novas formas de organização encontradas prá que se expressassem o descontentamento, as reivindicações da classe trabalhadora em geral, já que os sindicatos não eram mais veículos dessas expressões. E porque entidades de mulheres? Mulheres porque enquanto os homens trabalhavam, elas iam lutar pela legalização de seu loteamento clandestino, lutar por creches, por vagas nas escolas. Isso mais ou menos a partir de 1973/74 e que atualmente ganha força. Quando o BRASIL MULHER se aproxima mais desse movimento é que se coloca de forma mais viva a questão do feminismo para nós. Foi a participação no I CONGRESSO DA MULHER METALÚRGICA que ajudou a definir algumas coisas. O potencial da mulher trabalhadora, da mulher operária, é muito grande porque ela sente na carne exatamante a especificidade da situação dela que é a dupla jornada de trabalho. Situação essa que não é vivida pelas donas de casa, dos clubes de mães. O que é a dupla jornada de trabalho você não precisa nem explicar, é só reunir várias operárias que elas imediatamente falam, na lata, o que é a dupla jornada, que é o dia-a-dia delas.

Me parece que o setor fundamental que teria possibilidade de vir a organizar o movimento feminista e de puxar setores mais atrasados é realmente o setor que está ligado a produção – as operárias, justamente elas que sentem na carne a dupla exploração.

As operárias, é que teriam mais possibilidade de vir a organizar o movimento feminista.

No Congresso, a plataforma que elas levantaram nas resoluções por grupos foi estremamente rica. Salário igual prá trabalho igual, reuniões nos fins-de-semana prá que o serviço doméstico possa ser dividido, indo até médico ginecológico. Uma plataforma que na verdade, pro nosso feminismo, era o que a gente tinha como principal. O grupo do qual faço parte no BRASIL MULHER, chegou à conclusão que o feminismo tem um papel importante. Papel de mostrar a exploração específica da mulher e que ele mobiliza as mulheres. Se bem que no Congresso foi muito interessante que a palavra feminista foi totalmente amassada, pisada. E foi lamentável que nós – feministas, não tivemos nem condições de recuperar a palavra e explicar que feminismo, que aquilo que tinha sido feito lá, tinha muita coisa de feminismo. A questão da dupla exploração não aparece por exemplo num clube de mãe. A questão feminista aparece de forma mais acabada, mais potencialmente revolucionária, entre as operárias pelo próprio papel que elas ocupam na produção. Só um levantamento das condições de vida delas, onde justamente ela é mais diferenciada em relação ao homem, mostra que pelo mesmo trabalho, recebem metade do salário, além do trabalho doméstico que têm que fazer.

Elas tiveram condições de levantar uma plataforma de luta feminista sem o saberem justamente porque são operárias e vivem na carne a questão da dupla jornada, da descriminação salarial. Num clube de mãe você fica sem uma perspectiva feminista clara, você fica eternamente nas lutas gerais. Não significa isso que agora devemos abandonar o trabalho da periferia.

Os grupos feministas até hoje não atuaram dentro das organizações existentes com uma plataforma feminista clara. O próprio Congresso da Mulher Metalúrgica não surge de um avanço do que é o feminismo, da importância da mulher participar e do porque que ela não participa. Ele surge em cima de um problema concreto que é o trabalho noturno, tanto é, que foi organizado e dirigido prá isso. Porém ao reunir as mulheres se descobriu outras coisas.

No movimento de reanimação da oposição operária e popular, as lutas específicas da mulher só irão adquirir um caráter feminista a partir de todo um trabalho que ainda deve ser desenvolvido. Eu acho que a gente tá no início. O Congresso mostra que as mulheres são "contra" o feminismo mas, no entanto, levantam grande parte das reivindicações que constam dos nossos programas. As mulheres não têm é clareza de sua exploração e opressão específica.

Eu inclusive defendo a palavra feminismo. Se você parte do ponto de que é importante nesse exato momento se travar uma luta ideológica pela organização – estou falando da mulher trabalhadora – e que ela deve desde já não se diluir nos movimentos gerais, mas participando nos movimentos gerais, desde já cabe levantar os pontos que lhe dão características específicas dentro do capitalismo. Isso é realmente organizar um grupo de mulheres nessa perspectiva. É perceber que existe toda uma luta ideológica a ser travada com os próprios homens, com os próprios sindicatos que não entendem isso. E, por isso mesmo, a necessidade de uma forma de organização própria dentro das Entidades de Classe. Talvez um departamento feminino.

É fundamental que paralelamente se trabalhe ideologicamente os homens denunciando a visão burguesa que vê a mulher como algo a ser "protegido", que não passa de uma visão machista. Eu acho que o feminismo busca mostrar a exploração específica da mulher, qual o papel que ela desempenha na sociedade capitalista, como isso interessa a manutenção desse próprio sistema e que só o fim do do capitalismo é que vai libertá-la da exploração e opressão enquanto trabalhadora e também enquanto mulher.

TRABALHADORAS E LEIS

"A noite é feita para dormir, descansar o corpo. Ninguém devera trabalhar de noite, nem homem nem mulher".

Nesta frase, está a posição das metalúrgicas que participaram do 1º Congresso da Mulher Metalúrgica em São Bernardo sobre as modificações na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) em relação ao trabalho feminino.

As principais modificações são:

– Liberação da mão-de-obra feminina para o trabalho noturno nas indústrias, até às 24 horas, por portaria ministerial e além desse limite por decreto presidencial.

– Liberação da mão-de-obra feminina para a prorrogação da jornada de trabalho (hora extra).

– Liberação da mão-de-obra feminina para o trabalho em certas atividades antes proibidas como, por exemplo, na indústria de construção civil.

As modificações na CLT encaminhadas pelo Executivo já foram aprovadas pelo general Geisel e dirigem-se ao Congresso. Mas dependerá da mobilização das mulheres e homens trabalhadoras e sua efetiva aplicação. Por essas e outras é que este ano promete ser importante também para a mulher trabalhadora.

Em fevereiro, promovido pelo sindicato, realizou-se o Congresso das Metalúrgicas de São Bernardo e Diadema (ver Em Tempo nº 3). E já existem encontros semelhantes para março em Osasco e Santo André.

A participação das mulheres na luta por melhores condições de vida e de trabalho é pequena e recente. Esta mobilização se explica não só pelo aumento da exploração de toda a classe – e da mulher em maior grau – mas também pelas lutas da classe nos últimos tempos.

Mulher e trabalhadora

A questão da mulher trabalhadora apresenta-se sob duas formas ao mesmo tempo. Uma como mulher, outra como trabalhadora. Numa sociedade que ainda não se libertou das relações de exploração, as duas funções acumulam-se na vida da mulher. Pois foi no processo de formação desta sociedade que basicamente couberam à mulher as tarefas domésticas e familiares. E estas tarefas assumiram a feição de atividades inferiores e exclusivamente femininas.

No entanto, um dado hoje é indiscutível: nos últimos 20 anos cresceu a presença da mulher na composição da mão de obra industrial. De um lado, o arrocho salarial obrigou a mulher a entrar na produção para aumentar a renda familiar. Do outro lado, para aumentar seus lucros, os patrões estimularam a utilização da força de trabalho feminina. Pelo papel da mulher até então na sociedade; pela visão depreciativa que se tem dela; pelo baixo nível de consciência para lutar contra a exploração do seu trabalho, por tudo isso, os salários pagos à mulher são inferiores aos dos homens.

Este duplo papel acumulado pela mulher como trabalhadora e como mulher coloca-lhe uma série de problemas específicos e gerais. Mas o fato de estar cada vez mais presente na produção altera a qualidade de suas reinvindicações específicas jogando-as no conjunto da luta dos trabalhadores homens e mulheres. Por exemplo, algumas metalúrgicas disseram em depoimento que não só querem que seus companheiros participem das tarefas domésticas e familiares como também não querem trabalho noturno tanto para mulheres como para homens.

Leis: para quem?

O processo de elaboração da Consolidação das Leis do Trabalho (tomando como marco 1930 até hoje) expressou a necessidade da classe dominante racionalizar o trabalho produtivo e controlar o movimento operário. Mas também refletiu o nível das conquistas dos trabalhadores nesse processo. Se não atingiram em seus benefícios toda a classe, ao menos proibiam por lei determinada forma de espoliação do trabalho das mulheres, embora seja fato patente que estas mesmas leis sejam desrespeitadas na prática. Apesar das proibições, muitas mulheres trabalham à noite, fazem horas extras, recebem salários inferiores por trabalho igual, trabalham em locais insalubres....

O Ministério do Trabalho avisou que mandará agora fiscalizar os "maus patrões", mas foi sem estardalhaço que encaminhou ao Congresso modificações que amenizam certas proibições na CLT. Quase todas as "vantagens" das modificações como o aumento da fiscalização, o amparo à gravidez, a proibição do rebaixamento do salário feminino, etc... não são inovações mas confirmações de leis que já existiam na CLT. Alega o governo que a sua intenção é liberar a mulher trabalhadora de dispositivos patriarcais e obsoletos para que possa competir, no mercado da força de trabalho, em pé de igualdade com o homem.

Mas a pergunta é inevitável: mulheres libertas por quem? Para que? Para alguns, o arrojo, democratizante da iniciativa governamental pareceria anunciar dias melhores para a mulher trabalhadora. Na realidade, a justificativa oficial encobre, sob um manto paternalista, o real significado dasleis.

Parte das modificações da CLT consolida conquistas que a classe dominante obteve **de fato** sobre a classe trabalhadora durante os últimos tempos (trabalho noturno, hora extra, arrocho salarial...) Além disso, ao legalizar o que a lei proibia antes, a iniciativa governamental esvaziou algumas reivindicações trabalhistas que apareceram nas recentes mobilizações sindicais (por exemplo: o cumprimenro de certas leis relacionadas ao trabalho feminino). Finalmente, entre a lei e a prática existe um abismo. Não havendo mobilizações em contrário, o salário pago à mulher continuará mais baixo que o do homem (apesar da lei) colaborando no rebaixamento geral dos salários e no aumento do exército de trabalhadores disponível. Pode-se até prever um aumento do desemprego masculino. A mulher trabalhadora poderá ser responsabilizada por isso: os patrões contam com a discriminação existente entre os próprios trabalhadores, reflexo da ideologia dominante.

Se a liberação legal da mão de obra feminina – nessas condições – para o grande mercado de trabalho pode ser considerada uma derrota da classe trabalhadora em relação às lutas anteriores e atuais por melhores condições de vida e trabalho; por outro lado – e este é um dado fundamental – ela aponta no sentido da transformação da realidade existente. Com a entrada massiva da mulher na produção e com o aprofundamento do grau de sua consciência e participação política no desenvolvimeto das lutas operárias que ora se efetuam, muda a qualidade dos problemas específicos da mulher trabalhadora. Não deixam de existir repentinamente mas colocam-se de forma diferente no conjunto da luta dos trabalhadores. Na medida em que participa do trabalho produtivo e da vida política, abre-se um caminho importante no processo de superação política e ideológica das relações sociais de dominação.

A luta das mulheres sai de seu isolamento e se inclui na luta geral dos trabalhadores.

N. H.

Em CAMPINAS (SP)
assine EM TEMPO
pelos telefones
51 4927 e 51 0658

tablóides em off set
282-2523

OS ESTUDANTES

Os estudantes estão de volta. Reinício das aulas e reinício (provável) das articulações das entidades estudantis. Já durante as férias, em alguns Estados, foram feitas várias discussões sobre o **que fazer** no próximo ano letivo. Ao que tudo indica, um tema deverá se colocar na ordem-do-dia: a reconstrução da União Nacional dos Estudantes (UNE), entidade dissolvida por ato do governo em 1964. Que fará o movimento estudantil em 1978? Quais as lições aprendidas em 77? Para tratar destes assuntos, EM TEMPO entrevistou 20 lideranças do setor em diferentes Estados.

(Reportagem: sucursais de Brasília, Rio, Recife, Porto Alegre, Belo Horizonte e São Paulo)

Estudantes de Norte a Sul.

Um panorama nacional do movimento estudantil: as semelhanças e as diferenças de Estado para Estado; pontos fortes e pontos fracos.

As manifestações de rua não se limitaram, no ano passado, aos dois tradicionais palcos de movimentação estudantil – Rio e São Paulo. Em Belo Horizonte, Brasília, Porto Alegre e Salvador, alguns milhares de estudantes também compareceram a atos públicos e sairam às ruas, em passeatas e comícios relâmpagos, ainda que numa intensidade desigual e não simultâneamente. Mesmo em cidades menores, os jornais registraram pequenas concentrações, paradas de aulas, promoções de debates – prisões e violências. A ampliação e repercussão das lutas estudantis, a nível nacional, e a tentativa de reconstrução da UNE trouxeram à tona, no entanto, a fragilidade da organização do movimento na maior parte do país.

Apenas São Paulo e Rio devem reconstruir, ainda neste semestre, suas Uniões Estaduais de Estudantes (UEE). Em São Paulo, o Conselho Estadual de Entidades, criado a partir de um Congresso realizado em fins do ano passado com a presença de 150 diretórios e centros acadêmicos da capital e do interior, marcou para a segunda quinzena de abril a escolha da primeira diretoria da UEE-SP. Um novo Congresso, ainda sem data marcada, deve votar um estatuto, montar as secretarias regionais e definir sua ligação com as entidades de base. Além disto, os estudantes pretendem que a diretoria seja escolhida através de voto direto, incluindo secundaristas.

AQUI, ALI, ACOLÁ.

No Rio, a UEE deverá ser criada a partir do Encontro Regional dos Estudantes, marcado para o final de maio. Apesar das lutas em 77, quando os estudantes do Rio realizaram quatro atos públicos e chegaram a esboçar manifestações de rua, só nestes meses de férias é que os estudantes conseguiram avançar na construção do que deverá ser uma ampliação da antiga União Metropolitana (a UME, liquidada em 68): só que agora com a proposta de ultrapassar os limites do Grande Rio e chegar até onde o movimento está fraco e desarticulado, como no norte do Estado.

Em Brasília, após um semestre inteiro com o campus da UnB ocupado por tropas da Polícia Militar, os alunos preparam-se para retomar suas atividades. As comissões pró-entidades livres, criadas ano passado, pretendem de início mobilizar os estudantes para as primeiras eleições de centros acadêmicos, desde 1968. O passo seguinte é reconstruir o DCE-Livre, que substituirá ao atual, atrelado às normas da reitoria. Dos 31 alunos expulsos e processados na Lei de Segurança Nacional, por participarem da greve de 1977, 14 já tiveram seus processos arquivados pelo juiz da 11ª Circunscrição Judiciária Militar, que considerou não ter havido infração à LSN e, que, além do mais os estudantes já tinham sido punidos com a expulsão da faculdade.

Em Minas, onde o polo principal do movimento estudantil é a Universidade Federal (18 mil estudantes matriculados, 19 diretórios acadêmicos e DCE) todos de oposição, ainda está difícil uma rearticulação a nível estadual. A própria PUC de Belo Horizonte ainda tem entidades na mão de chapas conservadoras. No interior, apenas Juiz de Fora e Viçosa acompanharam as manifestações de 77 e suas universidades têm diretórios acadêmicos e DCEs abertos. Em Juiz de Fora, a reitoria tem bastante influência e consegue, vez ou outra, eleger a diretoria do DCE.

No Rio Grande do Sul o Movimento Estudantil, apesar de ter-se fortalecido com as manifestações do ano passado, cujos reflexos chegaram até algumas cidades do interior, enfrenta um inimigo de peso: o Diretório Estadual dos Estudantes (DEE), entidade pelega, criada pelo governo do ex-presidente Castelo Branco, para substituir a extinta União Estadual dos Estudantes (UEE). Congregando 105 entidades estudantis de todo estado, o DEE é dirigido por setor "liberal" da ARENA Jovem do Rio Grande. Em recente documento intitulado "Contribuição ao Diálogo", esta entidade propôs ao senador Petronio Portela a inclusão de "salvaguardas estudantis" aos regimentos internos das Universidades.

No mais, a situação no Rio Grande do Sul é semelhante à de Minas e Bahia: um nível relativamente grande de mobilização e organização nas capitais e muita dificuldade na articulação do movimento a nível estadual. De qualquer modo, Bahia, Rio Grande do Sul, Minas e Brasília formam, com Rio e São Paulo, a linha de frente do movimento, hoje a nível nacional. Já a situação no resto do país é diferente.

Apenas em 76, com as eleições de novembro, o movimento estudantil se reanima em Pernambuco e, de lá, se alastra, de forma ainda incipiente, para o resto do Nordeste. Antes disso, apenas os estudantes de Alagoas tinham reconquistado, em 1973, o DCE e os diretórios acadêmicos da Universidade Federal. Neste mesmo ano, no entanto, os órgãos de segurança prendem vários estudantes e são fechadas quase todas as entidades. Em 76, ainda, a partir de greves na Bahia e de eleições livres e diretas para o DCE da UFBa, os estudantes das universidades federais de Pernambuco, Paraiba, Rio Grande do Norte e Sergipe retomam ou reabrem seus DCEs.

No ano passado, o movimento estudantil no nordeste da grande avanços em parte decorrente da influência das Jornadas Nacionais de Lutas. No Maranhão são realizadas assembléias e o DCE é reaberto. No Ceará, é criada uma comissão Pró-Reabertura do DCE e DAs. No Rio Grande do Norte, a oposição estudantil retoma o DCE. Entretanto, durante o ano, três DCEs (Federal e Federal Rural de Pernambuco e Federal do Maranhão) sofreram intervenções na Reitoria e da polícia.

Dentro deste quadro, a recente realização, em Recife, da Primeira Reunião Regional das Entidades Estudantis, com a participação de 21 entidades de Pernambuco, Bahia, Paraíba, Rio Grande do Norte, Sergipe, Alagoas e Ceará, foi o passo mais concreto para a criação de uma entidade que abranja todo o Nordeste.

Por outro lado, a fragilidade do movimento estudantil é evidente por exemplo, em Florianópolis. O DCE da Universidade Federal de Santa Catarina, ainda foi eleito por votação indireta, de acordo com a Lei Suplicy e a reitoria tem imposto nomes para ocuparem cargos nos diretórios acadêmicos. Só recentemente posições mais consequentes começam a se organizar. Apenas 200 estudantes, por exemplo, participaram do Dia Nacional de Luta, no ano passado – quase o mesmo número de policiais que acompanharam as manifestações.

A situação do movimento estudantil em Santa Catarina é o que, em parte, explica a transformação do Estado em laboratório ideal para as experiências ditas educacionais do MEC. Assim, é lá que estão sendo implantados dois dos projetos mais controvertidos da política educacional do governo: o pagamento de taxas progressivas e a transformação da Universidade Federal em Fundação. Concretamente, dois passos importantes para a privatização do ensino – afinal, a grande meta do governo.

Universidade em tempo de eleições, no Rio de Janeiro (1977).

Concentração na Faculdade de Medicina de Belo-Horizonte (maio de 1977).

Volta às aulas. Volta às ruas?

Quais os rumos atuais da luta dos estudantes? Um balanço: as experiências de 77. Perspectivas: que ocorrerá em 1978?

No 1º de Maio do ano passado, em São Bernardo do Campo, nove estudantes e operários foram presos sob a acusação de terem distribuido um manifesto nas fábricas locais. Inicialmente apenas mais um ato arbitrário dos órgãos de segurança, o acontecimento serviu de marco para o reaparecimento do movimento estudantil no cenário político nacional, em manifestações que tiveram ampla repercussão. Imediatamente a Universidade de São Paulo, a maior do país, entrou em greve, seguida de um Ato Público e de passeatas. No Rio, a primeira manifestação de protesto reuniu 7 mil pessoas, no campus da PUC, desencadeando várias outras de "repúdio à repressão". O governo, pego de surpresa, logo demonstrou o temor de um "novo 68", através da proibição de passeatas, na tentativa que se revelou frustrada, de isolar o protesto dentro da Universidade. As camadas populares, entretanto, demonstraram uma inegável simpatia aos estudantes, através de chuvas de papel picado e aplausos durante as manifestações.

Apesar de sua aparição súbita, o movimento estudantil já vinha crescendo há vários anos, resistindo à falta de verbas para a Universidade, à má qualidade do ensino e buscando recriar seus centros acadêmicos fechados em 1969. A partir de 1975, com a reabertura do DCE-Livre da USP, o movimento estudantil ganhou um novo ímpeto, desencadeando uma série de ações, que teve na reivindicação por "mais verbas", levada intensamente com greves na PUC-RIO e na USP, o seu ponto mais alto. Paralelamente, foram realizados os dois Encontros Nacionais dos Estudantes (ENE), em 75 e 76, primeiras reuniões estudantis a nível nacional, com ampla participação, realizadas depois do frustrado Congresso de Ibiúna em 1968.

Nos dias 19 de maio a 23 de junho do ano passado foram realizados o 1º e 2º "Dia Nacional de Luta" contra as prisões de Maio e as 800 prisões ocorridas durante a tentativa de realização do III ENE em Belo Horizonte. (O encontro havia sido proibido na véspera pelo ministro Ney Braga. Mesmo assim, milhares de estudantes dirigiram-se à capital mineira, procurando furar um bloqueio policial estendido desde as rodoviárias dos diversos estados até BH. Lá, em meio a grande tensão, os policiais ocuparam a Faculdade de Medicina, cercaram uma igreja, e conseguiram impedir a reunião.)

Contudo as manifestações do ano passado atingiram quase todas as capitais brasileirias, dando ao movimento estudantil uma dimensão nacional. Os estudantes foram manchetes em toda grande imprensa, transformando-se num dos principais pontos de preocupação dos órgãos de segurança. Efetivamente, as manifestações de clara oposição política ao regime, até então, salvo algumas exceções, confinadas às paredes do Congresso, ganhavam as universidade, as ruas, e as páginas dos jornais. Durante o período de mobilização (maio-junho), o governo foi questionado a níveis que não eram formulados desde 1968. A tortura e a opressão policial foram denunciadas como práticas sistemáticas de governo. Reivindicações como a Anistia, Liberdades Democráticas, Liberdade de Manifestação e Organização e Constituinte Livre e Soberana, ganharam o espaço do noticiário antes dedicado às discussões institucionais entre o general Geisel, ARENA e moderados do MDB.

BALANÇO, PERSPECTIVAS.

Para os estudantes o processo resultou pelo menos em dois ganhos políticos: o reconhecimento, por parte das autoridades, do seu direito à reunião (mesmo que limitada dentro do campus) e o apoio de setores da pequena burguesia, inclusive liberais, que viram neles, os porta-vozes de seus anseios de melhoria de vida e mais liberdade.

Depois de junho, as manifestações e atos começam a refluir, registrando se ainda mobilizações em São Paulo, durante o lançamento da Carta aos Brasileiros, e, as reuniões na PUC em comemoração a realização do III ENE (finalmente realizado em SP, furando o forte aparato policial). Na primeira reunião, o campus da Universidade, foiinvadido por policiais, dando origem à formação de uma Comissão Especial de Inquérito pela Assembléia Legislativa Estadual, que ao final condenou o cel. Erasmo Dias, chefe do Serviço de Segurança Pública, pelas violencias e depredações, então cometidas. Em Brasília, um prolongado processo de greve na UnB, contra as punições decretadas pelo reitor para alguns alunos, que participaram do Dia Nacional de Luta, terminou com a invasão do campus, expulsão e processos da Lei de Segurança Nacional contra vários estudantes.

Sobre o refluxo, os estudantes apontam dois motivos básicos: a necessidade de organizar melhor o movimento e o esgotamento gerado pela continuidade das lutas mais gerais. Para o DCE da Universidade Federal Rural de Pernambuco, o descenso que ocorreu no segundo semestre do ano passado é explicado pela necessidade de um novo estágio de luta mais organizado. "As manifestações decresceram porque se fazia necessário capitalizar os saldos das lutas travadas, criando uma estrutura que comportasse um avanço do movimento o que não foi feito." Para o DCE da Universidade Federal de Pernambuco entretanto, o movimento se "desligou das questões específicas e as seguidas manifestações acabaram cansando os estudantes".

Nesta nova etapa, o debate estudantil centrou-se sobre os pontos que polarizaram o movimento durante todo processo de lutas do 1º semestre: como reorganizar o Movimento Estudantil e que posições políticas devem ser assumidas. Dentro das discussões sobre reorganização, a principal questão colocada foi a de "como construir entidades democráticas com amplos canais de participação, que integrem o conjunto dos estudantes nas lutas". Houve experiências práticas durante o segundo semestre: a abertura de seis centros acadêmicos na UFRJ e UERJ, a construção da União Estadual dos Estudantes (UEE) de São Paulo e a formação da Comissão Pró UNE. Mas, segundo os estudantes, o debate de maneira alguma está encerrado.

Embora a concepção de democracia interna varie de entidade para entidade, a criação de formas de organização estudantis mais amplas (DCEs, Uniões Metropolitanas, Uniões Estaduais e UNE) deve avançar bastante este ano, por serem consideradas pelos estudantes, necessidades concretas de seu movimento. Segundo o DCE da Universidade Federal Fluminense, "faltou ao movimento uma estrutura orgânica mais sólida e bases para desdobrar e consolidar o avanço dado Faltaram lideranças experientes, e ao mesmo tempo uma liderança política clara". Para o DCE da PUC Rio, gestão 77, (que no Rio liderou as lutas no ano passado) o movimento também não avançou nas formas de organização tanto quanto era possível: "Se por um lado vários Centros Acadêmicos foram abertos e, a nível nacional, um importante passo foi dado com a Comissão Pró UNE, tirada no III ENE; vemos no Rio, por exemplo, sem um mínimo de organização regional, sem uma entidade coordenadora que dirija de forma estável o movimento na região".

A nível mais geral, a preocupação é demonstrada pelo Diretório Universitário da UnB: "A desorganização do movimento estudantil a nível nacional, originada pela ausência de um órgão centralizador de suas lutas, impediu que se canalizasse a vontade dos estudantes de intervir na conquista de objetivos dirigidos e coordenados nacionalmente. Por exemplo, as manifestações de apoio à greve da UnB, apesar de combativas, não ofereceram, por não estarem unificadas, pressão suficiente para impor suas reinvidicações."

Como é consensual entre todas as entidades estudantis, a necessidade de se criar organismos mais amplos - a Comissão Pró-UNE, por exemplo, foi aprovada por unanimidade no III ENE, as discussões tendem este ano a se dar no campo político, embora isto não deva significar o abandono de questões específicas, como má qualidade do ensino e necessidade de mais verbas. Centralizada no ano passado na discussão sobre palavras de ordem ("liberdades democráticas, sim ou não" "Constituinte, sim ou não"), o debate agora deve ganhar maior substância, no momento em que outros setores, particularmente os trabalhadores, começam a formular suas reivindicações políticas e econômicas. Sendo apenas um setor de classe, os estudantes não têm uma posição específica na estrutura produtiva da sociedade e portanto acham-se desprovidos de uma alternativa própria de transformação social. Assim, têm como fundamental para a definição de seus rumos o debate a respeito do quadro de alianças políticas a ser construido.

DOIS BLOCOS

E, aos poucos, dois blocos de posições vão aparentemente se formando quanto ao caráter das alianças a serem desenvolvidas pelo movimento estudantil.

Como, em última instância, a maioria das entidades parecem concordar que o movimento estudantil deve ser "uma força auxiliar dos trabalhadores", as divergências se dão a nível das hipóteses de alianças com os liberais (que desiludidos de suas esperanças distensionistas e marginalizados com a radicalização das lutas, voltaram-se ao movimento com propostas como a Carta aos Brasileiros e "Estado de Direito Agora Já"!), além de outros setores, como trabalhista, sociais-democratas e até mesmo "militares progressistas". Para algumas entidades é necessária a integração dos estudantes numa "ampla frente democrática", como forma de avançar as lutas pela democracia. De acordo com o Diretório Universitário da UnB "o ME deve se mobilizar por uma ampla frente de intelectuais, artistas, clero progressista, militares democratas e, centralmente por uma aliança operaria-estudantil-camponesa que dirija o ensino para as soluções dos problemas da população, defenda o direito de participação política de todos através de sindicatos e associações, a melhoria de condições do povo e a defesa das riquezas nacionais".

Segundo o Centro Acadêmico de Física da UFRJ "o papel do ME, hoje, nas questões gerais da sociedade, é o de contribuir para o crescimento da oposição democrática e popular, cujo interesse principal seja a resolução dos problemas mais imediatos e a garantia de plenas liberdades democráticas para os trabalhadores e o povo brasileiro".

Para outras entidades, entretanto, o importante é unir os estudantes a um bloco formado pelos trabalhadores e os setores oprimidos, que nas lutas atuais, já defendam uma perspectiva de transformação radical de nossa sociedade: "Trata-se de conseguir consolidar um solido movimento de bases massivas, conduzindo-o no sentido da construção do poder dos trabalhadores. Assim ao mesmo tempo, que se evita o "canto das sereias" das reformas políticas, ou alianças espúrias com setores descontentes do bloco dominante que se julgam "representantes do povo", vai-se aproveitando dos espaços políticos abertos para a organização das massas" (DA de Economia da UFMG).

"Expressando em suas bandeiras as aspirações de todos os oprimidos e explorados, desmascarando o caráter do regime e exigindo melhores condições de vida e trabalho e liberdades democraticas, os estudantes cumpriram um importante papel no avanço das lutas rumo à transformação radical de nossa sociedade" (DCE-UFMG)

"Longe de se tornar uma base de apoio dos liberais, que hoje lideram a oposição ao regime, o ME no seu todo engajou-se no movimento de resistência popular, diferenciando-se dos liberais, tanto na qualidade das lutas, como na forma de defendê-las. Nós jogamos nossas esperanças numa participação massiva dos estudantes no movimento de resistência, onde, com apoio dos trabalhadores e outros setores comprometidos na conquista de uma sociedade sem miseria e opressão política, enfrentaremos melhor as idas e vindas da conjuntura, ate que, unidos, conquistemos a efetiva liberdade de manifestação e organização para trabalhadores, estudantes e oprimidos" (CA de Medicina UERJ).

Na medida em que 1978 é previsto por todos como um ano político, por excelência, com importantes redifinições ao nivel do poder, e facil ver que o debate andara acirrado. E que certamente contribuira para os rumos da oposição brasileira e o avanço das lutas populares.

ESTÃO DE VOLTA

Invasão da Universidade de Brasília e prisão de estudante (1977)

UNE Ásperos tempos e (agora) o tempo de reconstrução.

Em 1939, a praça não era do povo, mas os estudantes estavam nas ruas. Com a "Campanha pela Paz", a União Nacional dos Estudantes – UNE, criada em dezembro do ano anterior, assume um caráter menos corporativo e lidera consideráveis camadas da população pela participação do brasil na guerra, junto aos Aliados; a natureza autoritária e centralizadora do regime, mais suas características fascistizantes, determinam as palavras de ordem do movimento estudantil que, rapidamente, se politiza: anistia, liberdades democráticas e retorno ao Estado de Direito, eleição de uma nova Constituinte. Os estudantes marcam sua presença na luta contra a ditadura.

Reuniões de estudantes por todo o país já aconteciam desde 1910, mas é só às vésperas do Estado Novo que se dá a eleição do Conselho Nacional dos Estudantes, órgão representativo da Casa dos Estudantes do Brasil. A casa promove o Iº Congresso dos Estudantes, mas já no segundo, em 1938, a UNE surge com um corpo político e orgânico próprio. Sem nenhum apoio oficial, num primeiro momento, a UNE logo começa a atuar como entidade autônoma, defendendo os interesses específicos dos estudantes e promovendo atividades culturais e recreativas. A conquista de uma sede própria, embora seu reconhecimento pelos estudantes já fosse antigo, só vai se dar perto de 1945, com a invasão do Clube Germânia, na praia do Flamengo, no Rio.

DE 1945 a 64

Nos anos seguintes à queda da ditadura, em 1945, a UNE acaba caindo numa prática assistencialista. Abriu-se o campo para a estruturação da direita, principalmente a partir da "Campanta pelo Monopólio Estatal do Petróleo", apesar de ao curso desta luta a ala nacionalista ainda predominar na direção da entidade. A direita "entreguista" organiza as "Coligações Acadêmicas Democráticas": seus expoentes são Célio Borja (hoje deputado federal da Arena-RJ) e Paulo Egydio Martins (atual governador de São Paulo). No auge de sua influência, as "Coligações" elegem uma diretoria que permanece até 1956. Os setores mais consequentes do movimento estudantil vão reagir, sob a liderança da União Metropolitana dos Estudantes – UME –, do Rio, e, após um movimento contra o aumento das passagens de bondes, reconquistam a direção da entidade. Aos poucos, a UNE recupera sua tradição política, aprofundando sua linha claramente nacionalista.

Sob a orientação nacionalista, aliás, a UNE ingressa na chamada fase do populismo, na qual se dá, afinal, de uma forma mais ampla e profunda, a integração dos problemas específicos dos estudantes com aqueles mais gerais sentidos pela maioria da população brasileira. A UNE adere então ao projeto de transformação da estrutura econômico-social do país, dito "Projeto das Reformas de Base" (agrária, eleitoral, administrativa, educacional, etc). A defesa da Reforma Universitária é compreendida como parte da campanha pelas Reformas de Base.

A "UNE Volante" e os Centros Populares de Cultura (CPCs) são criados na gestão de Aldo Arantes (hoje preso político em São Paulo). Os CPCs difundem, nacionalmente, cinema e peças populares; a diretoria volante amplia possibilidades de participação das bases estudantis e prepara, juntamente com a UEEs e diretórios estaduais, a deflagração da "greve nacional de um terço", a primeira greve nacional estudantil, em maio de 1962, e que teve a duração de quatro meses. A "greve do terço", como ficou conhecida, reivindicava 1/3 de participação estudantil nos órgãos colegiados, mas ao fim e ao cabo, representou apenas a adoção de novas formas de luta pela Reforma Universitária.

O crescimento do nível de consciência dos estudantes buscaria correspondência num maior desenvolvimento de suas formas de organização. Assim., a UNE integrará a Frente de Mobilização Popular, criada no bojo das lutas pela posse de Jango, unificadas sob a bandeira da "emancipação nacional".

As posições políticas tornam-se mais abrangentes e o conteúdo das plataformas estudantis passa a centrar-se mais no anti-imperialismo de cunho nacionalista, de forte influência na época. Já como força expressiva no processo político nacional a UNE tem participação ativa na preparação do Comício de 13 de março de 1964, "pela concretização das reformas e pelas liberdades democráticas e sindicais". É o momento de maior acirramento das contradições.

Os acontecimentos se precipitam e – dado o golpe militar – os rumos do movimento estudantil, como, de resto, de todos os movimentos sociais mais ou menos estruturados, vão sofrer um forte abalo. Um incêndio se alastra no interior da sede da UNE, na noite de 31 de março de 1964, por iniciativa do "Comando de Caça aos Comunistas" (CCC). Anuncia-se para os estudantes uma nova etapa de lutas. Ilegal, a partir de outubro de 1964, a UNE terá o mesmo destino das entidades representativas dos setores populares, como o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e os sindicatos. Com base exclusivamente na mobilização estudantil, entretanto, a UNE resistirá.

NOVOS CANAIS

A partir de 1964, a criação de canais eficazes para a participação das bases estudantis torna-se uma questão de sobrevivência para a UNE. Lideranças novas, surgindo debaixo para cima, trazem um alento de renovação em todos os níveis: o movimento estudantil propoê-se a entrar numa fase de contestação do próprio sistema, como desdobramento da contestação ao regime militar.

Os Congressos da UNE são então realizados na clandestinidade: o 28º, em 1966, em Belo Horizonte, num convento de padres franciscanos; o 29º, em 1967, em Valinhos – São Paulo –; e o 30º também em São Paulo, no sítio de Ibiúna. Em tais encontros, a participação das bases era cada vez maior. As propostas de resoluções eram discutidas antes da realização das reuniões nacionais, em diferentes locais, de turma em turma, em salas-de-aula, desembocando em assembléias gerais universitárias. O auge do ascenso/participação foi exatamente o Congresso de Ibiúna, em outubro de 1968, onde mais de mil estudantes estiveram presentes. Este Congresso, o 30º da UNE, foi diretamente reprimido, sendo presos todos os seus participantes.

Meses antes, quando do assassinato de Édson Luiz, no Rio de Janeiro, em 28 de março, os estudantes respondem à violência indo às ruas em passeatas que se realizam em quase todo país, ocupando as faculdades e radicalizando suas palavras-de-ordem e suas reivindicações políticas: as "velhas canções" são postas de lado e o grito de "o povo organizado derruba a ditadura" ecoa pelas esquinas, onde as forças policiais se entrincheiram, protegendo-se dos sacos d'água que, das janelas de edifícios, são lançados por populares – em clara atitude de adesão ao protesto.

As reivindicações específicas, ao mesmo tempo, não são abandonadas: na Passeata dos Cem Mil, no Rio, entre as bandeiras levantadas, estão aquelas por mais verbas, pela reabertura do restaurante do Calabouço, pela legalização da UNE.

É nesse contexto de profundo acirramento da crise política que sobrevem o AI-5, em 13 de dezembro de 1968, e em seguida o Decreto-Lei 477. E, no combate ao que considera "subversão", o regime tentará justificar a concessão de plenos poderes ao arbítrio.

A conjuntura que se inaugura em 1969 caracteriza-se pela repressão sobre o movimento estudantil, atingindo os estudantes não apenas de forma individual, com prisões, assassinatos políticos (como foi o caso de Honestino Guimarães, último presidente eleito da UNE), mas, fundamentalmente, enquanto força social. A desarticulação orgânica do movimento torna-se então inevitável.

A delação institucionalizada imobilizada as bases e retira a sustentação das entidades superiores, regionais e nacional.

As condições para defesa dos interesses estudantis, mesmo os mais específicos, tornam-se cada vez mais precárias, e as poucas entidades sobreviventes recaem numa atividade meramente assistencial, quando muito de caráter cultural. Toda a experiência política acumulada durante mais de 30 anos, parece então apagar-se da memória de um movimento estudantil desarticulado e sem voz.

TEMPO DE RECONSTRUÇÃO

Entretanto, em 1973, quando já estão sendo retomadas pequenas lutas, é morto o estudante Alexandre Vanuchi Leme, nas dependências da "Operação Bandeirantes" (OBAN) órgão da repressão em São Paulo.

Este fato, denunciado em manifestações como "mais um crime da ditadura", marcará a reanimação política do movimento estudantil, acuado desde o AI-5. O culto ecumênico, realizado na capital paulista, e a posterior criação do Comitê de Defesa do Preso Político, representação importantes saltos e assinalarão a retomada da mobilização de massas dos estudantes. Tal retomada, inicialmente desenvolvida em termos locais, ganharia depois um campo mais abrangente, a ponto de colocar – nos dias atuais – "a urgência de reconstrução das entidades estudantis superiores (UEEs e UNE)".

A marcha dos estudantes, mesmo na fase inicial – dita "localizada" –, teve como vitória a ocupação de espaços abertos através das denúncias de arbitrariedades do regime, além da ampliação da participação desde as salas-de-aulas, passando pelos Encontros Setoriais (por áreas de estudo, mas reunindo estudantes de todo país), para chegar a uma primeira alteração mais profunda, já em 1975, com as greves da ECA-SP e da UFBA. A greve dos 30 mil universitários da USP, em protesto contra a morte do jornalista e professor Wladimir Herzog, em 1976, terá expressão nacional e, embora não traduzindo uma característica de conjunto do movimento estudantil, trará um novo vigor às entidades menores, impulsionando o processo de reconstrução das de nível superior, a partir dos DCEs.

Nesse quadro, surge o DCE-Livre da USP, ostentanto o nome de Alexandre Vanuchi Leme, resultado da dinâmica das lutas e do crescimento da consciência estudantil. Compreende-se, assim, o papel que jogaram os ENEs (Encontros Nacionais): eles constituiram um passo inicial para a articulação característica de uma fase embrionária no desenvolvimento nacional do movimento. Nos ENEs os interesses estudantís localizados se aglutinavam; neles se tentava uma primeira forma de globalização de campanhas comuns a serem levadas, na medida do possível, através de ações unitárias.

No primeiro semestre do ano passado, o surgimento, em quase todas as capitais e em várias cidades do interior do país, de manifestações pela libertação de estudantes e operários presos na região do ABC paulista, demonstrariam o grau de unificação atingido. O movimento estudantil ressurge no cenário político nacional. A primeira tentavia de realização do IIIº ENE é reprimida por vasto aparato policial, em junho. Mas as condições objetivas da conjuntura e o nível de consciência e organização alcançado nas lutas travadas nacionalmente, acabam por garantir a efetivação do Encontro, apesar de todo o bloqueio. Avançando, os estudantes conseguem realizar o IIIº ENE, no interior da PUC, em São Paulo, em 22 de setembro. Dele sai a Comissão Pró-UNE, integrada por DCEs de todo país. Sua tarefa: – "resgatar, com apoio dos estudantes em todas as Faculdades e Universidades do Brasil, a história da UNE; reconstruir a entidade máxima, livre e independente, contra todas as formas de opressão e exploração".

A sede da UNE, no Rio de Janeiro, incendiada em 1964

O Globo

Niels Andreas

O trote

(CRISTINA DO PRADO)

Todo começo de ano estão nas ruas os carecas pintados pedindo dinheiro. A universidade mantém firme a tradição do trote e de modo muito mais fácil do que muitas outras tradições importantes. Na maioria das escolas grupos de veteranos se organizam espontâneamente e dão trote nos calouros, dos quais muitos aguardam ansiosos por andar carecas nas ruas.

Por muito tempo o trote foi considerado uma brincadeira, uma comemoração, apenas isso. Homens vestidos de mulher, tinta, pinga e cerveja, jogos e bailes de gala em clubes granfinos. Hoje qualquer participante das comissões de recepção aos calouros conta a importância que tem o processo de politização por que vem passando o trote, ressaltando sempre a preocupação de integrar o calouro à vida, universitária ou não, e de discutir com ele as questões mais importantes.

O trote brincadeira é hoje um trote discutido, com sentidos precisos, tem sempre debates sobre conjuntura, política e problemas educacionais. Ninguém mais fala em comemorar, mas também comemorar o que?

Os veteranos dispõem-se a discutir com o calouro, saber sua opinião, dar-lhe uma chance de participar, de se informar. Tentam suprir no que for possível falhas alienantes da educação que receberam e que continua assim na universidade. O calouro é chamado a se posicionar sobre tudo desde o problema na classe ao Partido Socialista.

O Trote quer romper com o individualismo, com a alienação, com o medo, quer questionar valores e preparar para a luta.

"QUANDO EU DEI TROTE, BATI NO CALOURO, QUANTO MAIS EU BATIA, COM MAIS RAIVA DE MIM EU FICAVA. TIVE MEDO QUE MAIS TARDE ELE FOSSE SENTAR DO LADO, ME PASSAR PRÁ TRAZ COMPETIR".

Nem sempre o trote foi assim politizado. Distingue-se o trote tradicional do trote de comissões. Esse trote tradicional, que conta ainda com muitos adptos é chamado reacionário. Faz do ingresso na universidade uma festa. Aliás, uma festa muito estranha, violenta e agressiva, cheia de murros, ovos e farinha, com gente pelada, careca, cheirando a mijo e saindo às ruas prá pedir dinheiro prá cerveja dos veteranos. Tradição que muitos se orgulham. Até em morte ouvi falar! E pasmem, há quem goste. Isso não aconteceu em todas as faculdades, mas de certo esse foi o trote que mais expressão teve no milagre brasileiro.

As comissões invariavelmente se opunham a esse tipo de trote. Não encontrei nenhum corredor polonês organizado por comissão. A esse tipo de festa as comissões de trote opunham: denúncia de prisões, falava-se no fortalecimento das entidades localizadas, na integração na universidade e na necessidade de reconstruir as entidades gerais. Discutia-se AI-5, 477 e ensino pago, bailes e shows, campanhas de fundos para os Centros Acadêmicos e beneficentes. Nada de farra, algumas vezes silêncio, outras grupos de defesa aos calouros.

O primeiro trote unificado da USP foi em 1976. Em 77, com o DCE-Livre eleito, a USP arrecada fundos para ele nas ruas; os mesmos carecas pintados, vendendo posters pela liberdade de expressão e organização.

"O BICHO É BURRO SIM, MAS NÃO BURRO PORQUE NÃO SABE AS COISAS, MAS PORQUE NA ÉPOCA DO CURSINHO A GENTE SE SUJEITA A MUITA COISA. PASTA PRÁ ENTRAR NA FACULDADE QUE... É BURRO SIM, É BURRO POR SE SUJEITAR".

"O trote aqui na Geologia da USP, é famoso por ser violento. É violento mas não é prá desrecalcar. É violento porque violenta o individualismo do cara, o moralismo... O trote tem uma forma semelhante há muito tempo, mas mudou de intenção. Passou por uma crise em 74, até aí a função era destacar as pessoas mais ativas... Comparavam o trote com o tratamento na OBAN. A turma de 74 se revoltou contra isso e em 75 deu um trote muito bom. Já em 76 o trote foi unificado em toda a USP, às vésperas das primeiras eleições para o DCE-LIVRE. Tentamos acabar com a violência e virou um madureza de política. Quase não se considerou o calouro, isso tem a ver com o desenvolvimento do movimento: surgiram as tendências políticas na universidade, a prioridade era fortalecer cada uma sua posição e decidir a hegemonia. A coisa foi mudando, em 77, a Geologia entrou com força, o trote teve um grande avanço. Só que a gente unificou tudo, 30.000 mil pessoas tinham que fazer tudo junto. As pessoas são diferentes, quem entra aqui na GEO é diferente de quem entra na Poli. Nos debates, da GEO, não foi ninguém, mas todo mundo foi no show e no pedágio. Este ano se entendeu isso, o respeito pelo trote por escola mostra um amadurecimento do movimento".

Quem esteve na universidade até 1968 não entendeu a pergunta. O trote era politizado? E acabou sempre me contando da luta por mais vagas e a questão dos excedentes, ressaltando sempre que naquela época os secundaristas tinham suas próprias organizações independentes.

E se hoje o calouro 78 é esperado ansiosamente, por ter tido mais chance de se informar, de discutir, e até de participar de manifestações nas ruas; é porque tudo cresceu e a participação é maior na sociedade toda. E agora, trote pode ser apenas um dos acontecimentos na universidade, não mais tão sobrecarregado no seu papel. "Contar o histórico do movimento estudantil, já não é o mais importante no trote. Informar pode assim passar para um plano secundário, o estudante pode ser chamado a se integrar na sociedade participando de movimentos populares como o Custo de Vida".

Leia e Assine EM TEMPO

Nome ..... Profissão .....

Idade ..... Endereco ..... Bairro .....

Fone ..... Cidade ..... Estado ..... CEP .....

End. Comercial ..... Horário ..... Fone .....

Estou enviando cheque nº ..... do Banco .....
em nome de Editora Aparte S. A. Rua Bernardo Guimarães, 1884 Lourdes Belo Horizonte (MG). CEP 30.000

Anual Cr$ 450,00 Semestral Cr$ 230,00

PREÇO ESPECIAL PARA OS PRIMEIROS ASSINANTES (ATÉ ABRIL)

EM TEMPO!

Frente Popular
As eleições vêm ai. Que fazer?

Ao invés de mais uma fria reunião preparatória para as eleições de novembro, o evento terminou se convertendo num dos mais importantes encontros da oposição popular do Rio de Janeiro dos últimos tempos. O tema em discussão: a formação de uma frente dos setores populares para as próximas eleições que, preservando a autonomia das diversas oposições na campanha, também abra caminho para uma unidade mais perene.

Contando com aproximadamente 400 pessoas, a reunião realizou-se no último dia 19, no modesto auditório do MDB de Niterói. Presidida pelo vereador Antonio Carlos de Carvalho (MDB-RJ), estavam presentes as mais expressivas correntes de opinião que participam do movimento estudantil, membros das oposições sindicais e associações de bairro. A escritora Heloneida Studart, o professor Raimundo de Oliveira, o advogado Modesto da Silveira, e vários parlamentares do grupo autêntico: os vereadores José Frejat, do Rio, e Coimbra de Melo e Ricardo Oberlander, de Niterói; os deputados estaduais Délio dos Santos, Alves de Brito, Edson Khair e Francisco Amaral; o deputado federal J. G. de Araújo Jorge, e Manoel Luiz, presidente do MDB de Campos, todos estes juntamente com o presidente compuseram a mesa.

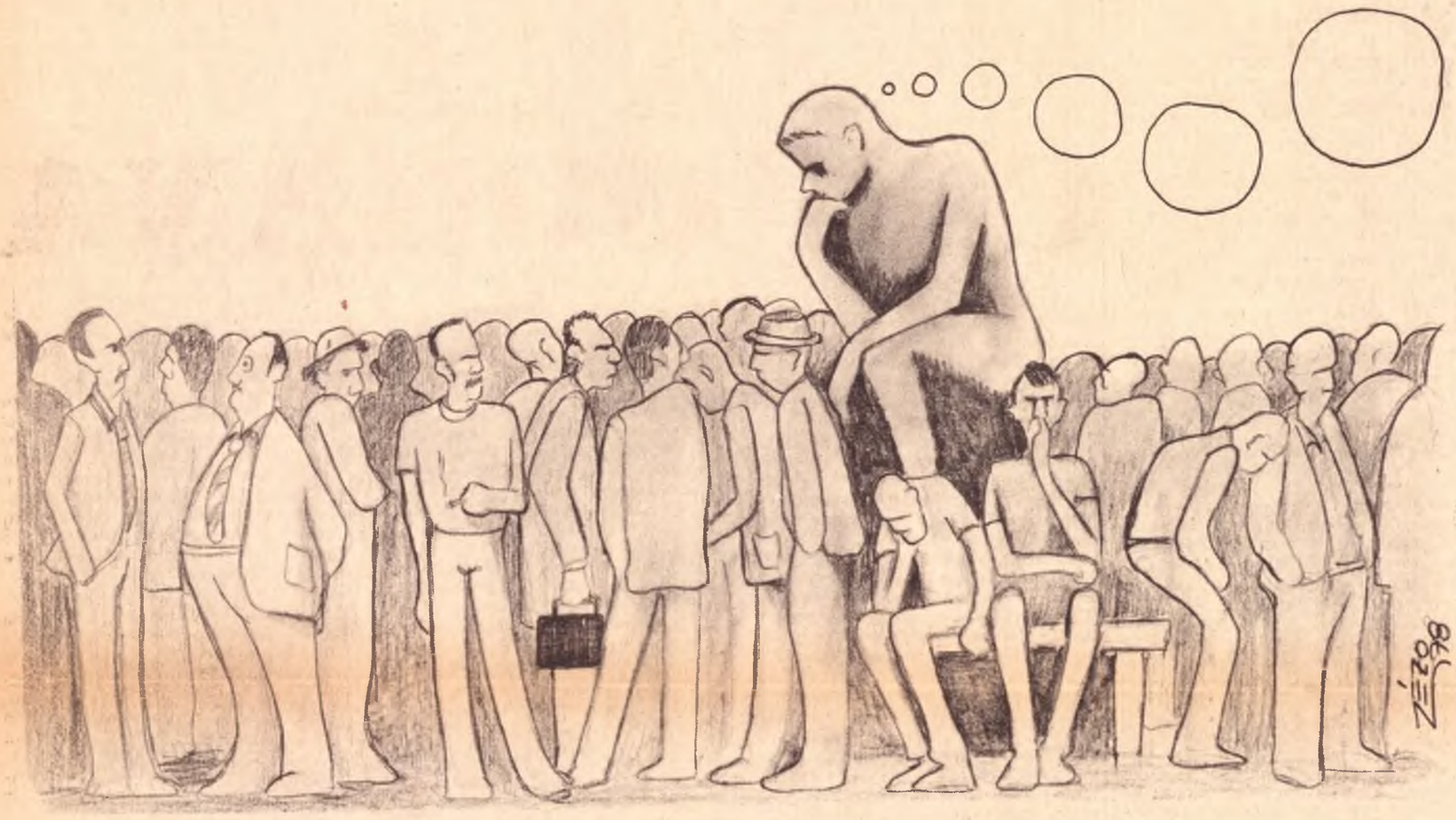
O vereador Antonio Carlos historia a convocação da reunião: num encontro dos diversos participantes de sua campanha de 1976, foi tirada a proposta dese convidar os vários setores da oposição para se debater a formação de uma frente da oposição popular para as próximas eleições. Desse encontro nasceu uma comissão para convocar e organizar esse debate e apresentar uma proposta de pontos de unidade a ser discutida.

A proposta, dividida em vários sub-ítens, tinha como temas centrias: fim do regime repressivo, luta por melhores condições de vida para os trabalhadores e para o povo, pelas liberdades democráticas, pela anistia ampla, geral e irrestrita, esclarecimento do povo sobre as limitações de qualquer oposição parlamentar e estímulo, à sua organização nos locais de trabalho e moradia.

Com isto não se pretendia a busca de unidade sobre todas as questões políticas da atualidade, mas sobre um conjunto de pontos que permitisse certo nível de intervenção conjunta durante a campanha eleitoral. Ficaria garantida, portanto, a autonomia naquelas questões em que não se conseguisse unidade. Além disto, tal política poderia permitir a apresentação de uma sublegenda para o senado, representativa dos setores populares, o que ampliaria em muito o alcance da campanha das oposições mais consequentes, possibilitando uma denúncia mais eficaz da falta de liberdade e das condições de vida do povo. No mais, tal articulação poderia ser um primeiro e importante passo no sentido de uma maior unidade também na luta extra-parlamentar, que não excluisse o confronto das diversas opiniões.

Os demais participantes da mesa, numa clara concordância com a iniciativa da reunião, aprovaram, no geral, a plataforma apresentada. No entanto, quase todos reivindicaram que a plataforma se referisse explicitamente à "questão da Constituinte", ponto que não chegou a figurar no conjunto apresentado porque na comissão que elaborara a proposta não houve acordo a respeito de como tratar o problema. Posto isto, o debate foi aberto.

Desde o plenário, vários oradores também criticaram a não inclusão da Constituinte na plataforma, tendo em vista a importância que viam nesta proposta como ponto de unidade e mobilização da oposição. Em contraposição, um dos presentes, por sinal muito aplaudido, embora deixando desde já patente sua concordância com a necessidade de uma Constituição verdadeiramente democrático - ponto que deveria ser incluído na plataforma – por outro lado ponderou que este não era um objetivo imediato, pois hoje a única Constituinte possível é a partir do regime, e não da sua supressão.



Frente Popular ou Partido Socialista?

Empolgando o debate, entrou em cena a questão do socialismo. Para o professor Raimundo de Oliveira é incorreta a divisão da oposição parlamentar popular em dois partidos: um socialista e outro trabalhista. É uma divisão artificial, na medida em que hoje não há espaço legal para um verdadeiro partido socialista. Assim, propõe como alternativa de rearticulação partidária a formação de uma Frente Popular, que contemple no seu interior espaço para a atuação dos setores da oposição identificados com o movimento operário. O partido verdadeiro e independente dos trabalhadores somente poderá vir a se constituir num estágio mais avançado do movimento popular. Em resposta, alguém disse: a oposição popular somente poderá ser consequente se levantar desde já a perspectiva do socialismo, caso contrário será totalmente arrastada pelas diferentes oposições burguesas ao regime.

Concordando na defesa da perspectiva do socialismo desde já, um outro orador, com certo apoio do plenário, volta a insistir: não será a defesa do socialismo, que hoje coesionará o movimento popular. Uma frente popular única em torno da supressão completa do regime de repressão, e admitindo no seu interior uma tendência identificada com os interesses do proletariado, é que com o seu desenvolvimento definirá o tipo de governo e Estado capazes de garantir liberdade para os trabalhadores e o povo, e precisará cada vez mais a sua perspectiva socialista. De resto, uma tal frente não deverá se denominar Partido Socialista, pois do contrário semeará ilusões, abrindo campo para uma articulação meramente social-democrata.

A construção da unidade

Finalmente após a eleição de uma comissão articuladora, vieram as propostas: 1) sublegenda para o senado: até que ponto seria possível obtê-la sem assumir acordos inaceitáveis? Por sugestão dos parlamentares presentes tirou-se uma comissão especial para estudar a questão. 2) Uma próxima plenária para debater exclusivamente a questão da Constituinte e do imperialismo.

Apesar do clima acalorado, e por vezes até exaltado de várias intervenções sobre os pontos candentes hoje suscitados pela conjuntura, a preocupação para com a unidade norteou praticamente todos os participantes. Neste sentido alguém lembrou: "devemos estar conscientes de que apenas começamos a trilhar a longa estrada até a unidade (...) depois de todo um período de sectarismo e dogmatismo (...) para atingi-la precisaremos de muita paciência, perseverança, humildade e trabalho. E, entusiasmado, o advogado Modesto da Silveira proprôs que a reunião se transformasse em Assembléia Permanente da Oposição Popular.

Cobertura de Cláudio Cardoso

Socialismo, uma questão inoportuna?

(...) para alguns sim, pois a luta pelas liberdades democráticas requer exclusividade. Para outros, ao contrário, esta luta se combina com a questão do socialismo, e sua desvinculação pode levar a graves equívocos.

À primeira vista nada poderia parecer mais intempestivo na presente conjuntura do que a abertura de uma discussão sistemática sobre a questão do socialismo. É isto por que a luta pelas liberdades democráticas, parece não deixar espaço ao tratamento de outros temas, como se sua importância maior estivesse indissoluvelmente associada à regra mor do bom-tom da política atual, a que manda sejam evitadas quaisquer referências aos interesses históricos dos grandes setores sociais sobre e em torno dos quais se arma e desenrola o jogo político.

Nem tudo é erro nesta atitude restritiva pois é inegável que cada conjuntura – segundo os interesses das forças políticas que nelas se enfrentam, as alianças entre estas estabelecidas e os termos dos conflitos nela processados – determina certas questões como lhe sendo próprias e adequadas, ao mesmo tempo em que circunscreve um campo de impertinência política e ideológica.

Assim, em circunstâncias como as que vigem atualmente no Brasil, onde a contradição principal é definida pelo antagonismo entre autoritarismo e democracia e na qual o processo político parece passar necessariamente pelo isolamento completo do centro do poder do conjunto das forças sociais, se poderia presumir que a questão do socialismo – porque necessariamente rachando a frente anti-governista não poderia deixar de ser inoportuna.

No entanto, esta é uma maneira excessivamente simplista de compreender o sentido da conjuntura. A fiar-se nela, tudo se passaria como se a contradição referida, em razão de sua principalidade óbvia, tornasse automaticamente diversionista e nocivo qualquer esforço para introduzir na cena e no debate político nacionais quaisquer questões não imediatas e diretamente ligadas à luta pela redemocratização do país.

Do ponto de vista prático, tal postura redunda em tentar isolar a cada momento a contradição presumidadmente essencial, de modo a separar, por exemplo, a luta pela democracia da reivindicação das reformas econômicas e sociais; ou a apartar o debate em torno da Constituinte das propostas de alteração substantiva na atual configuração do sistema produtivo nacional. Em qualquer caso, trata-se de impor ao processo político um princípio de seleção de pertinências que implica em achatar a complexidade, natural e inelidível, dos diferentes instantes históricos.

1 – Uma contradição principal não a torna exclusiva, ela apenas define uma hierarquia.

A esta maneira de encarar a dinâmica das lutas sociais é preciso opor a idéia de que em toda conjuntura política é possível distinguir algo que lhe é como que a espessura, um princípio de organização intrínseca que alastreando com as inércias do passado, abrindo-a às alternativas futuras e internamente a diferenciando segundo os níveis e instâncias em que se articula o todo social, a impede de determinar-se univocamente.

Aplicado a nossa questão particular, esse princípio antigo permite concluir que se a luta contra o autoritarismo é principal na atual conjuntura política, disto não decorre o desvanecimento das demais contradições que a estruturam e que, cada uma a seu modo, continuam a sobre ela incindir e a conformar-lhe os traços.

Assim, se admitirmos que em nossa situação presente as questões políticas últimas são determinadas pelas polarizações entre dependência/ autonomia nacional, capitalismo/ socialismo, autoritarismo/ democracia, e se admitirmos, também, que a última é indiscutivelmente prioritária, disto não se haverá de seguir a segregação indiferenciada, automática e total das duas outras linhas de antagonismo distinguidas. Ou por outra: a identificação de uma contradição como sendo principal numa conjuntura qualquer, longe de torná-la exclusiva, apenas define um princípio de hierarquização a ser introduzido entre as tarefas a serem cumpridas em umas e outras frentes da luta de classes.

Consequentemente – e voltando à situação brasileira – se é certo ser inoportuna colocação dos problemas do socialismo no centro da luta política em sentido estrito, não menos certa parece ser a conveniência de se passar a discutí-los em âmbito ideológico, neste terreno singular onde se contrapõem os batalhões mais avançados das forças sociais antagônicas e sobre o qual convergem, dentro da frente oposicionista, todos aqueles que nela se inserem reclamando-se do marxismo.

A procedência política da questão da democracia não exclui, portanto, a discussão sobre os problemas do socialismo. O que faz, diferentemente, é assinar-lhe uma posição determinada relativamente secundária, é certo – no conjunto das questões políticas do momento. Neste lugar que lhe é reservado, entretanto – e que é duplo, posto que inclui o debate ideológico com as forças oposicionistas e o trabalho de reagrupamento das forças anti-governistas – a questão do socialismo é indiscutivelmente atual, seu esquecimento e recalque constituindo-se num obstáculo importante ao desenvolvimento de uma alternativa de oposição mais consequente no país

2 – Neste lugar que lhe é reservado, a questão do socialismo é atual. Por que?

Tal atualidade não se define, contudo, abstratamente. Fosse outro o estado de organização das esquerdas brasileiras e outra, a nível internacional, a imagem histórica de socialismo e certamente não haveria razões a tornarem premente a abertura de uma discussão aprofundada sobre estes pontos estratégicos.

Ocorre, porém, que matura o processo político nacional sem que amadureça, proporcionalmente, a organização das forças oposicionistas. E ocorre, igualmente, que o movimento socialista internacional atravessa a mais séria crise de sua história.

Nestas circunstâncias, a pressa em conseguir que as oposições brasileiras passem a assumir formas orgânicas novas se conjuga à necessidade de reabrir a discussão sobre que tipo de sociedade socialista se preconiza.

O primeiro destes pontos, a necessidade de modificar as formas de estruturação do movimento oposicionista, é uma decorrência direta das características assumidas pelo processo político nacional nos últimos anos.

Este último, com efeito, depois das grandes derrotas sofridas pelas forças oposicionistas a partir de 68 e até os primeiros anos da década presente, foi marcado por novas e sutis formas de resistência e protesto que surgiram sem outro impulso que a rejeição natural ao despotismo vigente, florescidas como que da própria desorganização das forças e interesses derrotados.

Neste período, que vai de 68 às eleições de 74, os oposicionistas fizeram da necessidade virtude, não só transformando o estado de molecurização forçada a que haviam sido reduzidos num recurso defensivo que os tornou simultaneamente onipresentes e ilocalizáveis, mas também convertendo as franjas do restrito e rarefeito espaço ideológico que lhe restava num imenso cochicho nacional de repúdio ao autoritarismo.

3 – É necessário um trabalho de reorganização das forças oposicionistas.

A consequência foi que, graças a esta ação espontânea, difusa e serializada, levada a cabo por meio de práticas essencialmente discursivas – cada uma delas precária e instável mas cujo conjunto formou uma malha extremamente resistente – foi possível não só impedir a consolidação hegemônica do bloco no poder como, em relação ao Governo propriamente dito, destruir inteiramente suas bases de legitimação.

Na medida, porém, em que o processo político avança, passam a aparecer os limites destas formas serializadas de manifestação oposicionista. De um lado, ao nível estratégico fundamental, porque torna-se a cada dia mais evidente que não há maneira de vir a estabelecer-se uma alternativa concreta de poder sem que o movimento de oposição adquira formas orgânicas diferenciadas, defina lideranças nacionais que lhe marquem a figura pública e, assim, consiga transformar o frentão de todos os descontentamentos em que hoje nos agregamos, numa coalizão de forças políticas organizadas. Por outro lado, a nível tático, porque torna-se também cada vez mais claro que a estagnação das oposições só tende a favorecer a hegemonia daqueles grupos que nelas se incluem defendendo os interesses dos setores burgueses economicamente insatisfeitos e politicamente dissidentes.

E manifesta, portanto, a importância que há em empreender-se o trabalho de reorganização das forças oposicionistas e, especialmente, de construção de um instrumento orgânico de propaganda, defesa e luta de uma alternativa socialista para o desenvolvimento do país.

É fundamental, no entanto, que não se confunda tal trabalho com a criação de micro-organização auto-proclamadas representativas das classes sociais estruturalmente comprometidas com estes rumos históricos. E é da maior importância, igualmente, entender que o processo de construção de um tal instrumento político – se o que se quiser ter é não um veículo de propaganda, ou mesmo um aparelho de agitação, mas um autêntico partido de massas – não se pode fazer senão em prazos longos, cumprindo múltiplas e variadas etapas históricas de construção e amadurecimento, dentre os quais se haverá de incluir necessáriamente a clarificação do que se entenderá por socialismo na teoria e na prática de um tal partido.

4 – O socialismo vive atualmente uma "crise de sua imagem histórica".

Além disso, seria conveniente não esquecer e não abandonar, no trânsito de uma etapa a outra, as conquistas feitas, mas que foram deixadas para trás. De modo que atualmente, por exemplo, é necessário que se reconheça como fundamental o trabalho de preservação das alianças feitas na conjuntura passada, ou o de integração na luta política das ricas análises sobre a formação social brasileira realizadas por intelectuais independentes. Do mesmo modo é preciso não subestimar as aquisições especificamente políticas consubstanciadas no reconhecimento e no prestígio público de alguns destes últimos que os transformaram em autênticas lideranças nacionais.

Seja como for, e retomando as observações anteriores, conviria lembrar que fosse outra a situação do socialismo a nível internacional e certamente o trabalho de organização de uma alternativa socialista para as oposições brasileiras não necessitaria passar pela discussão preliminar acerca do modelo de sociedade que se propugna construir.

A situação efetiva e concreta, no entanto, é esta: esboroaram-se não só as referências admissíveis para uma política a ser empreendida nos marcos da velha doutrina internacionalista, como comprometeu-se radicalmente a imagem histórica do socialismo, que se vê a cada dia mais comprometida com a revelação interminável – e sempre mais irretorquível – de suas deformações e tragédias.

Nestas condições, crucialmente marcadas pela séria maculação dos velhos ideiais revolucionários, torna-se impossível continuar a tomar as velhas referências doutrinárias, ou as imagens inaugurais do socialismo histórico, como um norte político satisfatório, intocado pelos fracassos dos ensaios de realização que foi objeto.

Ao contrário, a mais imediata conclusão a tirar desta traição das idéias socialistas pela experiência, é a importância de se levar adiante um trabalho de reavaliação cruzada dos princípios antigos e das tentativas concretas e históricas de construção de sociedades socialistas.

5 – É necessário preparar-se para o período histórico que está por se abrir.

Este esforço de reavaliação é um requisito de toda prática política que se quiser a altura da experiência contemporânea e que não pretenda fazer dos velhos clássicos um breviário de elisão de fatos históricos incômodos. Tarefa, ademais, irremissíveis para aqueles que assim, descomprometidos com o dogmatismo, continuam a crer – a despeito das desilusões – que nas idéias socialistas depositam-se algumas das melhores esperanças humanas.

De onde – e retornando aos problemas de reorganização das oposições brasileiras – a importância de introduzir-se entre nós a discussão destas questões de princípio.

Recusar-se a abrir o debate sobre estes pontos decisivos a nada nos levará senão a inconsequência de querer proceder como se a história não tivesse acontecido, como se não nos tivesse ela imposto, peremptoriamente, por força das intoleráveis perversões geradas precisamente em nome da velha doutrina, a tarefa de reiventar o aquebrantado ideal histórico lenta e seguramente gerado na experiência operária do século XIX e nas obras dos teóricos que em cima delas trabalharam.

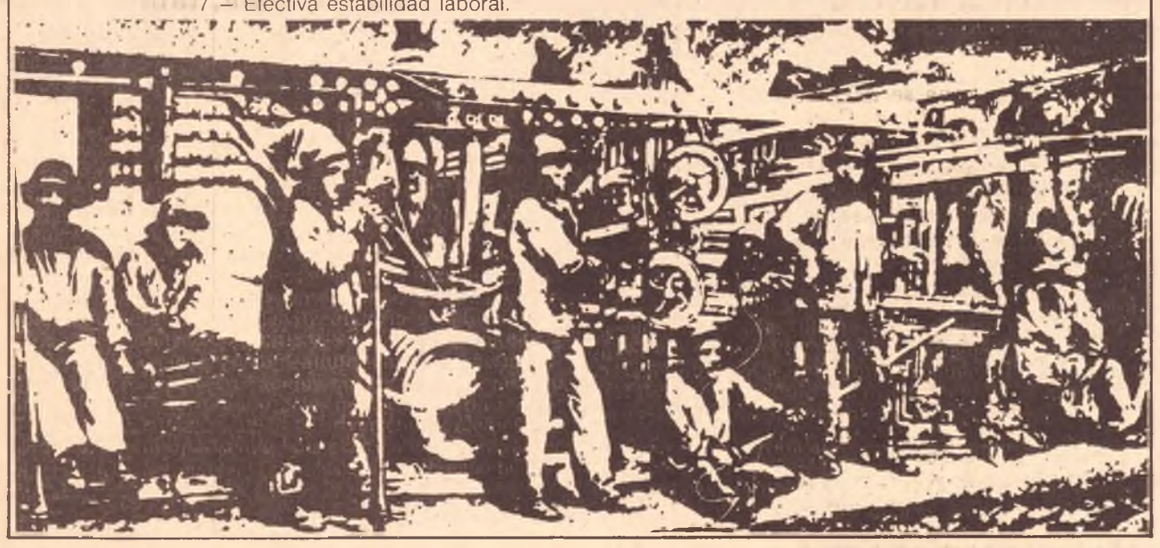
Nesta medida, aprofundar a discussão sobre as questões de princípio postas pela concepção de uma sociedade alternativa não é artificiosamente antecipar-se à maturação do processo histórico – como certamente pensarão, alguns – mas sim preparar, no calor da conjuntura presente, os pontos de sustentação do que deverá ser uma conduta mais eficiente e sólida no período histórico novo que está por se abrir.

João Carlos Brum Torres

(*) O autor, gaúcho, tem vários trabalhos publicados, entre eles "Referências teóricas para a análise da estatização", incluído na coletânea "Estado e Capitalismo no Brasil", recém editada pela HUCITEC.

LAS JUSTAS DEMANDAS DE LOS TRABAJADORES

1 – Reposición de los despedidos del Paro del 19 de julio.
2 – Aumento de sueldos y salarios que compense el alza del costo de vida.
3 – Liberdad de dirigentes detenidos y córte de juícios.
4 – Pleno respeto a las liberdades sindicales y derecho de huelga.
5 – Repatriación de luchadores deportados.
6 – Pliego de reclamos sin limitaciones.
7 – Efectiva estabilidad laboral.



"Via Peruana" para onde?

Mais uma vez, o povo peruano saiu às ruas em protesto. Desconsiderando a ameaça de repressão prometida pelo governo de Francisco Morales Bermudez, uma greve de 48 horas foi decretada pela Confederação Geral de Trabalhadores do Peru, a 27 e 28 últimos. Considerada ilegal por reivindicar a readmissão dos líderes sindicais despedidos na greve de 19 de julho do ano passado, esta nova mobilização popular paralizou setenta por cento das atividades de Lima, forçando as forças governamentais a agirem com cautela.
De Lima, exclusivo para EM TEMPO, **Carlos Aveline** analisa o turbulento quadro político peruano.

Com um virtual monopólio sobre as notícias internacionais que se publicam em todo o "mundo ocidental", as agências Associated Press (AP) e United Press Internacional (UPI) têm determinado, na prática, o que é ou não notícia, o que aparece e o que não aparece nos jornais. A cena internacional, assim, acaba sendo apenas a movimentação de grandes personalidades que viajam, visitam, se entrevistam, fazem declarações, dizem e se contradizem.

Neste contexto, resulta até natural que a grave crise política, social e econômica do Peru seja praticamente desconhecida. A três meses das eleições de 4 de junho para a Assembléia Constituinte, a situação social no Peru é das mais explosivas do continente latino-americano. O país deve ao exterior 4 bilhões de dólares, o que equivale a 32% do produto interno bruto (PIB). Para amortizar essa dívida, gasta anualmente 40% de todas as exportações. O produto bruto cresce menos de 0,5% ao ano, enquanto a população cresce a 2,9%. São 16 milhões de peruanos, 63% dos quais vivem nas cidades, onde 50% da população economicamente ativa está desempregada ou subempregada. O resultado dessa situação é um só: longas greves de milhares de trabalhadores nas fábricas e minas vêm se sucedendo nos últimos anos, desafiando repetida e crescentemente a dura repressão policial militar.

Contudo, "haverá eleições", garantem os militares. Em junho próximo deverão votar perto de 5,2 milhões de maiores de 18 anos e alfabetizados. Os 100 deputados que serão eleitos elaborarão uma nova constituição, "com a qual o país chegará à democracia em 1980".

Eleições: uma cartada militar

A "reforma das instituições" foi anunciada no ano passado, apenas dez dias depois da greve geral nacional de 19 de julho, promovida unitariamente por todos os setores populares.

A repressão policial-militar causou então uma dezena de mortos; toda a liderança sindical do país foi presa ou exilada, incluídos os líderes da central sindical democrata-cristã, e o governo demitiu imediatamente quase cinco mil trabalhadores por terem participado do movimento. O saldo, no entanto, foi positivo para o bloco popular: a greve havia constituído uma demonstração inédita de força e havia provado quer era possível na prática, a união dos mais amplos setores em torno de reinvindicações concretas.

A convocação de eleições surgiu, deste modo, como uma nova manobra do governo, visando ganhar espaço político a curto prazo e tentando despertar no povo, mais uma vez, uma atitude de espera.

A esse respeito, o historiador Pablo Macera, em entrevista à revista limenha "Marka" dizia: "Antes de mais nada, não acredito que esta convocação a eleições seja uma verdadeira abertura democrática. Já é suspeito que esta abertura seja um processo continental aconselhado pelos Estados Unidos. O seu propósito óbvio é evitar uma radicaliação no Brasil, no Chile, Peru e Bolívia, entre Forças Armadas e Forças Desarmadas. Sua intenção secundária é deter o desprestígio e a hibernação dos políticos civis tradicionais e permitir que se restabeleça o jogo pendular entre eleições e golpes de estado. As eleições peruanas são parte de um modelo continental que foi formulado pelos politicólogos da metrópole" ("Marka", nº 52, 15/12/73. A advertência vale portanto, para mais de um país onde hoje existe a expectativa por "mudanças institucionais". O francasso da revolução peruana.

Com o chamado às eleições, as reivindicações populares – aumento salarial, readmissão dos despedidos, anistia aos presos e exilados políticos, congelamento dos preços dos artigos de primeira necessidade – se ampliam e reivindicam eleições livres e liberades democráticas. A campanha eleitoral pode inclusive ser convertida, na prática numa campanha maciça de educação política do povo, cujo nível de informação geral, apesar da combatividade de operários e camponeses organizados, é ainda extremamente baixo.

O movimento convergente que se observa no campo popular é, no entanto, relativamente recente. Entre 1968 e 1975, os anos da "primeira fase da revolução", o governo do general Velasco Alvarado promoveu uma reforma agrária bastante controvertida e com intenções modernizadoras: nacionalizou bancos e minas; expropriou jornais, falando de sua socialização; e deu formalmente, se não de fato, participação aos operários, nos lucros e na administração das empresas.

Tais medidas, claramente nacionalistas, aceleraram o processo de industrialização – mínimo até então – dando um papel decisivo ao Estado na economia, o que colocou a necessidade de um "populismo militar", capaz de canalizar politicamente a participação econômica e social das massas na vida do país. Esta "revolución" era "humanista, libertária, nem capitalista nem comunista" – e autoritária ao extremo.

Como em todo populismo, o governo era um pêndulo que oscilava entre uma e outra classe social – entre um e outro projeto histórico – obedecendo a cada alteração na correlação de forças e impondo sempre a conciliação. Foram os anos em que as principais alternativas da burguesia pareciam supor a aceitação do governo populista, enquanto que a esquerda socialista também considera que as suas principais cartadas se jogavam na luta de tendências **dentro** do regime militar.

A nova mobilização popular

Isso passou. Hoje em dia existem nas forças progressistas peruanas basicamente três setores. Um setor populista, representado pelo PSR (Partido Socialista Revolucionário), oriundo das reformas da primeira fase do regime militar. Outro, representado pelo PCP (Partido Comunista peruano) que controlava, até janeiro passado, a principal central sindical, CGTP. Finalmente o setor mais radical, composto por uns 15 pequenos partidos políticos e com uma crescente expressão operária e camponesa.

Durante os anos de auge do populismo, os dois primeiros setores apoiavam o governo, condicionavam sua estratégia às oscilações do regime e de um modo geral apenas despertavam para as primeiras formas de consciência. Parte da esquerda mais radical também observava com atenção as ambiguidades e contradições da experiência reformista, que assumiu em alguns momentos um forte colorido anti-imperialista.

O jogo pendular do governo Velasco chegou ao fim depois de 1974, quando a "crise do petróleo" caiu com todo o seu peso sobre os países pobres não-petroleiros. Em pouco tempo, a situação de equilíbrio se tornou insustentável. Havia que optar: descarregar a crise dos ombros de uma ou de outra classe. Já não era possível o jogo do pêndulo.

Se desencadeia então a crise do regime. Excessos autoritários francamente fascistizantes precipitam a queda de Velasco (29 de agosto de 1975), reconstituindo-se por breve tempo uma correlação de forças muito mais favorável à esquerda militar. Mas, alguns meses depois, o presidente Morales Bermudez se desfaz dos seus aliados "pró-marxistas" e passa a entender-se abertamente com a APRA, um partido de classe média, o único da direita peruana a controlar com um peso eleitoral importante.

Foi com a "orfandade" em que ficaram após a guinada conservadora do governo Morales, que os setores progressistas se reencontraram com a necessidade de impulsionar decididamente, e com independência, as lutas populares.

Em julho do ano passado houve a greve geral e os 5.000 despedidos. Já em 1978, incidentes armados na fronteira com o Equador fizeram com que o governo conseguisse junto à liderança sindical, a suspensão de uma nova greve nacional que estava programada para 23 – 24 de janeiro. Passada a tensão o Equador, os líderes sindicais chamaram novamente à greve geral nacional, enquanto greves de fome de dezenas de pessoas eram serveramente reprimidas pela polícia.

DEMOCRACIA A LA COLOMBIANA

Lionel de Almeida

"A Colombia é um país democrático". A afirmação muito frequente, encobre a espinha dorsal do regime colombiano: as manobras que permitem que conservadores e liberais governem o país há 20 anos – em nome de sete grupos econômicos – mantendo as aparências de um democracia burguesa sul-americana estável. Para muitos é uma surpresa que a existência de um movimento guerrilheiro forte, de uma corrupção desenfreada, de um descontentamento popular expresso através de greves frequentes, não tenha levado ainda a um golpe militar. É bem verdade que o tradicional estado de sítio, salvo curtos intervalos, permaneceu em vigor durante todos esses 20 anos.

No dia 26 último, foram realizadas eleições parlamentares, que serviram, num arremedo de prévias, para que o Partido Liberal (do presidente Alfonso Lopez Michelsen) vencedor escolhesse seu candidato às eleições presidenciais de julho, entre os líderes de suas funções. Julio Cesar Turbay Ayala é o escolhido.

Essas "prévias" do Partido Liberal ocorreram pela primeira vez. Foram uma saída encontrada por Lopez Michelsen para preservar a fachada de unidade de seu partido. Para impedir uma polarização mais grave entre as facções liberais, ele aplicou um artifício constitucional: separar as eleições, até agora simultâneas, para Conselhos Municipais, Departamentos, Câmara de Deputados e Senado de um lado, e para a presidência, de outro. Mas esse não é o ponto principal dos planos de Michelsen. Ele pretende, acima de tudo, restaurar a aliança liberal-conservadora, isto é, impedir divisões na classe dominante e evitar qualquer risco para a oligarquia do país.

O sistema bipartidário colombiano foi solidificado em 1957, ao final da ditadura militar de Rojas Pinilla, após os anos em que o confronto liberais-conservadores provocou ondas de violência (1946-1953). Então foi estabelecido um pacto um tanto ou quanto ridículo, que previa a alternância no poder de liberais e conservadores, os cargos distribuídos de antemão. O pacto – ou Frente Nacional – perdurou até 1974. A partir desse ano ficou acertado que os dois partidos voltariam a concorrer de fato entre si.

Para que a competição não abra brechas para a esquerda, o principal ideólogo do sistema – o próprio Michelsen – planejou convocar uma assembléia constituinte, de apenas 50 membros, a serem eleitos junto com o presidente, em julho. Essa assembléia terá o encargo de, reformando a administração e justiça, institucionalizar a aliança dos setores da classe dominante, onde entrariam também as Forças Armadas, por motivos óbvios.

Essa tentativa de renovar o pacto, agora em caráter permanente, é mais um dos exemplos da capacidade de sobrevivência da classe dirigente. Lopez Michelsen é outro. Em 1959 ele fundou o Movimento Revolucionário Liberal (MRL), que se opunha à Frente Nacional, mantinha boas relações com o PC, e do qual saíram alguns movimentos guerrilheiros. Mais tarde ele abandonou seus impulsos reformistas e fundiu o MRL com o Partido Liberal. Quando foi eleito para a presidência com 3 milhões de votos, ficou claro que os eleitores ainda acreditavam na sua imagem de reformista.

A esquerda colombiana

As prometidas reformas agrárias não cumpridas, a desvalorização crescente dos salários a par do enriquecimento do país com a valorização do café, se leva a greves, distúrbios e protestos populares por que não se traduzem em votos para a esquerda? As causas apontadas são, fundamentalmente, três: a própria força do bipartidarismo, sua capacidade de manipulação e domínio sobre meios de comunicação; a corrupção generalizada em todos os níveis (que faz com que o contrabando de drogas seja um dos principais negócios do país); e a divisão da esquerda.

"Se os partidos de esquerda se unirem, colocarão em perigo os partidos tradicionais que dominam a vida política da Colômbia", disse o jornalista Gabriel Gutierrez, de El Tiempo. No final do ano passado, o escritor Gabriel Garcia Marques foi convidado a se candidatar pelo PC. Ele, no entanto, condicionou sua candidatura a uma união dos partidos de esquerda. Não se candidatou. Nas eleições do dia 26, a esquerda ficou com apenas 37 mil votos de um total de mais de 1 milhão.

A esquerda colombiana se polariza em torno de dois partidos, de forças eleitorais semelhantes: O Partido Comunista, pró-soviético, e o maoísta Movimento Operário Independente e Revolucionário (MOIR). Em 1973, juntamente com outros grupos, formaram uma aliança que não resistiu muito tempo, devido a divergências sobre problemas internacionais.

Quanto à corrupção, ela é apontada como "estabilizadora" de tensões sociais, mesmo pela esquerda. A revista Alternativa (fundada por Garcia Marques), por exemplo, explica que a "desordem, imoralidade das máfias dão vazão a uma série de frustrações que, se não fossem resolvidas, transformariam a sociedade colombiana em campo de batalha". Em miúdos, trata-se das soluções individuais.

Eleição sem votos

Nessa situação, não é de surpreender, como não surpreendeu, que o índice de abstenção nas últimas eleições repetisse marcas do passado, chegando a 75 por cento. Este é o dado fundamental na interpretação da democracia colombiana. A população não participa do poder sequer através da instituição mínima de uma democracia: os governos são formados sem votos. Não é de admirar, que onde os percentuais de abstenção são maiores – no campo – as organizações guerrilheiras (FARC, ELM) contem com evidente apoio popular; o que, na verdade, se situa dentro da tradição da luta armada os camponeses colombianos.

A Colômbia, como se ve, é exemplar. Além de mostrar o que pode se esconder por trás da fachada de um regime democrático, mostra também, mais cínica e imediatamente, que é possível manter as aparências democráticas sem relativismo ostensivo e sem o apelo fácil e cômodo ao autoritarismo.

A IMPRENSA INDEPENDENTE DEPENDE DO LEITOR A IMPRENSA INDEPENDENTE DEPENDE DO LEITOR
BAGAÇO LEIA E ASSINE
6 NÚMEROS POR Cr$ 50,00
Nome
Rua Nº
Cidade Estado
CEP
Profissão Idade
Envie cheque nominal ou vale postal para
Bagaço Editora Promoção e Publicidade Ltda
Avenida Rui Barbosa 762, térreo, Botafogo, Rio de Janeiro

Números atrasados de EM TEMPO.
Você encontra na Livraria Zapata,
Rua Dr. Cesário Mota Jr. 285,
telefone 222-2861
São Paulo.

Classificados

Iniciamos neste número a seção de classificados. Para colocar um anúncio classificado em EM TEMPO basta mandar o texto completo datilografado para nossa redação, junto com um cheque à Editora Aparte S/A. O preço é de Cr$ 70,00 para até 35 palavras (todos os anúncios abaixo estão nesta faixa de preço). Se o anúncio contiver mais de 35 palavras você paga um adicional de Cr$ 2,00 por palavra
Nossos classificados serão sempre de uma coluna e apenas a primeira palavra terá destaque em negrito

Video Tape National, modelo NV 3082, portátil, com câmera; filma, grava e reproduz em qualquer ambiente, inclusive programas de TV. Cartas e informações para Paulo Prado, rua Padre Garcia Velho, 83, Pinheiros, São Paulo, S.P., CEP 05421.

Mixador, amplificador, Sansui, Modelo PA-100, 6 entradas, sendo 3 para microfones, controle independente para cada entrada, saída 100 watts. Cartas e informações para Paulo Prado, rua Padre Garcia Velho, 83, Pinheiros, São Paulo, S.P., CEP 05421.

Projetor Canon, oito e super oito, modelo S 400. Ofertas para Paulo Prado, rua Padre Garcia Velho, 83, Pinheiros, São Paulo, S.P., CEP 05421.

Fotográfica Canon, EX, automático, 35 mm. Cartas, recados, etc., para rua Álvaro Anes, 43, Pinheiros, São Paulo, SP., para Breno Gustavo.

Rádio para Auto – Blauk Punt, estado de novo. Informações rua Alvaro Annes, 43, Pinheiros, São Paulo, com Flávia.

PCF: se correr um bicho pega, se ficar o outro come.

As atuais disputas entre os dois grandes partidos da esquerda francesa se iniciaram com a tentativa de atualização do Programa Comum que ambos haviam elaborado e defendido para as eleições de 1972.

Naquele ano, a crise economica ainda não havia se anunciado. Tratava-se de uma conjuntura de crescimento acelerado, com inflação e desemprego controlados, salários ascendentes. Portanto, situação bem diversa da dos anos recentes. Uma atualização do Programa era inevitável. Mas, seria possível?

Em setembro último, as divergências (Ver Box) tornaram-se públicas e as negociações, por iniciativa dos comunistas, foram suspensas por tempo indeterminado. Marchais, secretário geral do PC se explicava – "Desde princípios do ano (1977) o Partido Socialista se comprometeu com uma guinada para a direita... Está marcado por um pensamento tecnocrático com traços modernizantes que está a serviço, sob uma fraseologia de esquerda, das exigências da gestão de um capitalismo em crise."

Imediatamente após a campanha de explicações que se seguiu, o PC encontrou algum respaldo entre os trabalhadores não comunistas. O PS tinha dificuldades para dar a seus militantes respostas satisfatórias frente aos argumentos do PC sobre as nacionalizações e o salário-mínimo.

A "unidade a qualquer preço"

Mas o alcance das explicações foi menor do que se previa. Enquanto tudo indicava que o PC estava apenas organizando uma pressão sobre o PS no sentido de negociar um "bom Programa Comum", suas propostas encontraram um eco efetivo entre as massas trabalhadoras. Mas quando a ruptura surgiu como algo mais duradouro a pressão pela "unidade a qualquer preço" tornou-se mais forte. Ainda mais quando o PS, contra-atacando, erigiu-se em campeão da unidade.

No momento seguinte, a tendência dos comunistas foi a de deslocar a discussão dos pontos do programa para a da própria natureza do PS. Cada vez mais frequentes foram se tornando declarações do tipo: "A direita francesa espera encontrar apoio no PS, seguindo o exemplo do que está acontecendo em outros países da Europa." Porém, a eficácia desse tipo de argumento para as próprias bases do PCF são relativamente reduzidas. Ele já não é mais um partido de militantes educados **contra** a social-democracia. Ao contrário, a maioria de seus atuais membros entrou no partido depois de 1968 e inclusive depois de 74 (ano que marca sua maior definição pelo eurocomunismo) tendo como referência política a bandeira da União da esquerda, a colaboração com o PS.

Por outro lado, em fevereiro de 77 era o próprio Marchais quem escrevia: "Nós nos pronunciamos por uma colaboração sólida e duradoura com o Partido Socialista. Organizar, manter, fazer progredir esta união de combate sobre bases cada dia mais avançadas, é uma tarefa que é parte integrante do papel que o Partido Comunista deve assumir".

Assim, o PS ficou numa posição cômoda para retirar a seguinte linha de ação: prescindir de polêmicas inúteis com o PC, renovar o ataque à direita, proclamar sua "fidelidade" ao Programa Comum e o firme compromisso de desistir no 2º escrutínio a favor do PC sempre que este alcançar a primeira posição.

Além do mais, guardava um argumento muito simples contra os comunistas: "seria lógico para o PC, dizia a revista 'Unité', buscar efetivamente um bom acordo com um aliado ao qual ele atribui tão maus propósitos"?

As razões do PCF

De lá para cá, várias tentativas de negociações fracassaram até que em 9 de fevereiro último ficaram definitivamente afastadas até as primeiras eleições (dia 12) quando, em função dos resultados, o PC se posicionará. No entanto, contrastando com a divisão das cúpulas, a tendência unitária das bases se mantém. Dia 13 passado, a revista "Le Point" publicava uma pesquisa realizada pelo maior instituto francês de sondagens (o IFOP) que comprovava a disposição do eleitorado de dar o seu voto à "União das Esquerdas". A análise das divergências em torno do Programa Comum não convence a ninguém sobre a impossibilidade da aliança PC–PS. Que razões mais de fundo teriam os comunistas para não forçarem efetivamente as negociações?

Tudo leva a crer que se trata de uma luta pela hegemonia no seio da União das Esquerdas. O PC tem consciência de que é minoritário frente a um PS cada vez mais seguro de si mesmo e dominante. Sabe que, embora tenha tido um crescimento bastante significativo na última década, o PS cresceu muito mais.

Em março de 67, detinha 22,5% dos votos contra 20,4% dos socialistas e demais grupos de esquerda juntos. Em fevereiro deste ano, conta apenas com 20% das intenções de voto contra 32% dos demais partidos de esquerda (PS. 28%; Radicais de Esquerda, 2%, PSU e Extrema Esquerda 2%). A conclusão é clara: a permanecer a tendência atual, ao PC caberia um **lugar secundário** num futuro governo de esquerda que provavelmente terá de arcar com o ônus de exigir dos trabalhadores que suportem uma política de austeridade econômica para superar a crise. Desse modo, Marchais passa a submeter o apoio aos socialistas a 2 condições: que os comunistas obtenham no primeiro escrutínio no mínimo 25% dos votos e que um futuro governo seja composto também por ministros comunistas. O que equivale a dizer para os eleitores: votem nos comunistas ou nada de governo de esquerda.

O Partido Comunista portanto, está diante de uma "escolha histórica": ou aceita "gerir a crise do capitalismo" junto com os socialistas ou permite que a direita continue gerindo.

O sistema eleitoral francês prevê que, cada candidato a deputado deve concorrer às eleições em apenas uma circunscrição eleitoral. Para ser eleito deverá ter mais de 50% dos votos no primeiro turno, ou vencer o segundo, caso chegue a ele. Para o 2º turno só podem concorrer aqueles que no primeiro obtiverem mais de 12,5% dos votos. Na prática, em função da clara divisão ideológica que caracteriza a França atual, para o 2º turno só deveriam concorrer dois candidatos. Um da direita e outro da esquerda. A direita já se entendeu sobre a questão: caso dois candidatos seus obtenham mais de 12,5% dos votos no 1º turno, o que tiver menos votos desistirá automaticamente em favor do outro. Já à esquerda as coisas se complicaram. Após o rompimento das negociações de um Programa Comum, o PC ameaça não retirar seus candidatos nas circunscrições em que o candidato do PS estiver melhor colocado. O que certamente favorecerá a vitória do candidato da direita.

Extrema esquerda: a hora e a vez de romper o isolamento?

As principais organizações da extrema esquerda francesa passaram a representar um importante fator eleitoral para a chamada esquerda "oficial" – PC, PS, e Radicais de Esquerda. As eleições municipais de 1977 mudaram as perspectivas do quadro eleitoral: a esquerda "oficial" passou a ser eleitoralmente majoritária; e a extrema esquerda – expressão que na França não tem qualquer sentido pejorativo – apresentou-se com candidaturas unificadas sob a bandeira "Pelo Socialismo, o Poder aos Trabalhadores", recebendo centenas de milhares de votos. De meros propagandistas durante os primeiros turnos das eleições francesas, os candidatos da extrema esquerda ganharam votos suficientes para se transformarem num fator eleitoral a ser levado seriamente em conta no jogo político disputado nos segundos turnos das eleições pela direita e esquerda "oficial".

As principais organizações da extrema esquerda – Liga Comunista Revolucionária (LCR), seção francesa da IV Internacional, com 6 mil militantes; outra organização de tendência trotskista, Luta Operária (LO), com cerca de 1.300 militantes; e a Organização Comunista dos Trabalhadores (OCT), com o mesmo número de militantes da LO – , que se apresentaram unidas em 1977, receberam mais de 10 por cento dos votos em várias cidades industriais, como em Lille, e em muitos bairros populares de Paris.

Na verdade, os votos dados à LCR-LO-OCT não representavam, em sua enorme maioria, uma adesão a seus programas, mas sim um recado aos grandes partidos operários no sentido de que existe um apreciável setor popular disposto a lutar por uma alternativa socialista, indo além dos limites do Programa Comum. Se o PC e OCT oferecessem objetivos políticos claros e formas organizativas para este setor popular, a extrema esquerda poderia voltar ao seu isolamento de sempre; em vez disso, em setembro, teve início a espetacular ruptura na União da Esquerda, com o PC acusando o PS de pretender "gerir a crise do capitalismo". O resultado é que um número crescente de militantes de base desses partidos começou a buscar, junto às organizações minoritárias, uma estratégia alternativa à implantação da "democracia avançada" através das reformas previstas no Programa Comum.

Votação diminuirá

É verdade que, em março, o número de votos da extrema esquerda deverá diminuir, em relação às municipais: numa eleição parlamentar decisiva, como esta, há sempre a tendência a "votar útil" desde o 1º turno, ou seja, votar nos candidatos do PC e PS. Embora a desconfiança em relação à estratégia da União da Esquerda aumente a cada dia, observa-se em todo o país uma enorme pressão unitária: é como se a maioria dos franceses estivesse decidida a "fazer passar" a esquerda, independentemente de suas divisões e por mais ineficaz que seja o seu programa. Depois de 20 anos de gaulismo, amplos setores parecem ver numa vitória do PC-PS, mesmo desunidos e brigando abertamente entre si, o passo inicial para "changer la vie", transformar a vida. O que isto significa realmente, ninguém pode definir; mas certamente engloba a intenção de criar poderes alternativos em todos os níveis de uma sociedade que se tecnocratizou.

No plano político, "changer la vie" implica empurrar para a frente o PC e o PS, levando-os a romper com a camisa de força do Programa Comum - e todas as análises (e esperanças) da extrema esquerda mais lúcida partem deste transbordamento em relação aos grandes partidos operários. Em resumo, seria preciso: 1 - mostrar às massas as vacilações do PC e do PS; 2 - desviá-las de suas lideranças tradicionais, colocando-as sob influência "dos revolucionários"; 3 - organizar as massas para o enfrentamento com a ordem burguesa. Uma estratégia delicada, sinuosa, que deveria evitar tanto o isolamento sectário em relação às lutas "reformistas" quanto o seguidismo frente aos partidos do Programa Comum.

De qualquer modo em todos os espiritos permanece viva a lembrança de 1936, quando os operários ultrapassaram os limites da Frente Popular e ocuparam todas as fábricas do país. Resta saber se não seria mais prudente lembrar os perigos de se ingressar numa crise sem uma organização política à altura, devendo-se, ao contrário, partir para sua construção na medida que as massas fossem perdendo suas ilusões quanto aos partidos reformistas. Para este último caso, o Chile da Unidade Popular poderia ser um tema de meditação extremamente útil.

250 CANDIDATOS

Para as eleições de março, a lista "pelo Socialismo, o Poder aos trabalhadores" deverá apresentar 25 candidatos, e desde já anuncia sua decisão de apoiar o PC e o PS no 2º turno eleitoral (quando só permanecem os candidatos que houverem obtido um mínimo de 12,5% dos votos, e a decisão é por maioria simples, e não mais absoluta como no 1º turno). O fato novo é o afastamento de Luta Operária, que apresentará seus próprios candidatos, e a inclusão, na lista unitária, dos Comitês Comunistas pela Autogestão (uma pequena cisão da LCR). O PSU (7500 militantes), mais uma vez confirma suas vacilações entre a esquerda do Programa Comum e a extrema esquerda. Sua direção decidiu apoiar a União da Esquerda, mas em diversas regiões suas bases aliaram-se à LCR-OCT-CCA. É interessante observar que pertencem a esta lista (e, especificamente, à LCR), os candidatos-soldados (8 recrutas) que, para a hierarquia militar francesa, "ameaçavam levar a campanha eleitoral para dentro dos quartéis". A resposta do Alto Comando foi a proibição de algumas candidaturas (mas não de todas) e uma série de declarações inconstitucionais e, sobretudo, infelizes.

Outra novidade é a presença dos dois partidos maoístas, o Partido Comunista Revolucionário e o Partido Comunista (marxista-leninista) da França, que brigam permanentemente entre si pelo "reconhecimento oficial" por parte da China. Desta vez realizaram uma aliança eleitoral, e apresentarão 40 candidatos, sob o slogan "Nem Plano Barre (o plano de recuperação econômica do Primeiro Ministro de Giscard d'Estaing) nem Programa Comum; Ditadura do Proletariado".

Vem, a seguir, as candidaturas "sociais". Além dos "verdes" e dos "esverdeados" - candidatos sobretudo do PSU, e que apresentam algo que se pode chamar de "sensibilidade ecológica - o grupo feminista Choisir (Escolher) apresentará seus candidatos. Aparentemente, o mesmo acontecerá com certos grupos homossexuais, que deverão concorrer às eleições com a lista "Diferença 78".

(Carlos Eduardo)

PROGRAMA COMUM: OS DESACORDOS

PARTIDO COMUNISTA	PARTIDO SOCIALISTA
Propõe a nacionalização de 640 filiais de empresas estrangeiras controladas em mais de 50% por 9 grupos industriais; de 45 filiais nas quais os mesmos grupos têm participação minoritária; de 40 outras sociedades que não têm ligações com as anteriores. No total: 729 empresas com 503.000 assalariados.	*Propõe a nacionalização de 245 filiais controladas em mais de 98% por 9 grupos industriais e de mais uma série de empresas que considera "estratégicas para o futuro industrial da França". No total: 295 empresas com 450.000 assalariados.*
Nacionalização de toda a siderurgia com controle de 100% do capital pelo Estado.	*Controle pelo Estado de 70% do capital de toda a siderurgia, através da transformação em capital dos empréstimos já fornecidos pelo Estado a estas empresas. A nacionalização total se daria ao término de 1 ano.*
Indenização dos pequenos acionistas em 20 anos, com pagamento de juros.	*Propõe três fórmulas alternativas para os pequenos acionistas: 1) Troca das ações por "obrigações participantes" sem direito a voto; 2) Não reembolso das ações; 3) Negociação com os pequenos acionistas estrangeiros para evitar os riscos de processos internacionais.*
Propõe que os bancos regionais permaneçam nas mãos do capital privado.	*Propõe a nacionalização total e imediata de todo o setor bancário.*
Salário mínimo de 2400 F mensais (aproximadamente Cr$ 8.400,00).	*Salário mínimo de 2200 F mensais (aproximadamente Cr$ 7700,00).*
Propõe que os salários sejam distribuídos dentro de uma escala que vai de 1 a 5, ou seja, o maior salário seria igual a 5 salários mínimos.	*Propõe deixar o problema da escala de salários para decisão a nível sindical. Por outro lado, propõe uma escala de* **renda** *(salários, lucros, participação acionária, etc.) de 1 a 8, ou seja, os impostos impediriam que houvesse uma renda 8 vezes superior ao salário mínimo.*
Propõe um imposto sobre fortunas a partir de Cr$ 7 000 000,00 de 1,5% a 8% anuais.	*Propõe que o imposto seja de 0,5% a 8% anuais.*
Não aceita a intervenção estatal sobre o mercado de terras para a agricultura e pecuária.	*Propõe a criação de organismos estatais que aluguem e vendam terra aos camponeses evitando a especulação.*
É favorável à venda do solo público nas cidades dos particulares.	*É contra a venda do solo público urbano.*
Propõe o direito de voto aos trabalhadores imigrantes.	*É contra o direito de voto aos trabalhadores imigrantes.*

Nos bastidores da Comissão Trilateral

O avanço da democracia nas últimas três décadas em diversos países capitalistas, dada a participação cada vez maior de amplos setores da população, a maior mobilização e organização dos sindicatos, CGTs, partidos socialistas e comunistas, têm tirado o sono dos grandes magnatas. Pelo menos é o que se depreende de um relatório confidencial de autoria do célebre ideólogo do autoritarismo e assessor "para assuntos repressivos" do pentágono Samuel P. Huntington, elaborado para a Comissão Trilateral. Esse relatório revelado no livro recém publicado de Maurice Golding "Democracia e crescimento zero" (Edicions Sociales – Paris), deixa entrever que o capitalismo monopolista teria preferência por democracias apáticas. Assim, quando a democracia é assumida pela maioria da população, torna-se incômoda.

Não é difícil achar o remédio para essa "libertinagem" democrática, basta folhear as obras políticas de Huntington, ou mesmo apelar para o **Mein Kampf.** Reproduzimos, em seguida, uma síntese do artigo de François Schlossen, publicado no Nouvel Observateur de 19 de fevereiro de 1978, comentando o relatório de Huntington e as possíveis posições da Trilateral.

O fantasma da democracia

O comitê executivo da Comissão Trilateral julgou necessário colocar na ordem do dia a questão da "governabilidade" dos regimes democráticos. Nesse sentido, foi elaborado um relatório por um conhecido "expert" no assunto, o professor Huntington, de Harvard, cujo título já é muito sugestivo: "A crise da democracia". Segundo o relatório, cuidadosamente mantido em sigilo há quase dois anos, os regimes democráticos correm o risco de se tornarem ingovernáveis, justamente pelo "excesso de democracia", uma vez que os aparatos políticos começam a escapar ao controle das elites tradicionais.

Para a democracia liberal funcionar, diz o relatório, **"exige uma certa dose de apatia e de não participação de certos grupos e indivíduos".** À medida em que estes últimos reclamam o direito de participar no debate político perturbam a "harmonia" do sistema. Portanto, é a irresponsabilidade dos sindicatos, estudantes, das minorias raciais e mesmo dos partidos políticos, que teimam em contrariar a "racionalidade tecnocrática" (esta sim a essência da democracia), que tem inviabilizado os regimes democráticos.

Os intelectuais sabotam a democracia

As ovelhas negras do bem comportado rebanho de outrora são os intelectuais, os professores e a imprensa, que difamam os governos democráticos ao acusá-los de submissão ao capital monopolista e organizam a resistência às **"pressões dos interesses financeiros e governamentais".**

A atividade dos intelectuais provocaria um declínio na confiança atribuída aos governos, fazendo com que o funcionamento dos regimes democráticos em países como a França e a Itália sejam abalados pela "ausência de consenso". Naturalmente, prossegue o relatório, esse é o jogo dos partidos comunistas que tiram proveito da crise econômica.

Se os regimes democráticos não têm mais "racionalidade" em vista da "agitação social", perderam sua legitimidade do ponto de vista dos membros da Trilateral. Os componentes dessa endinheirada comissão, não aceitariam, por exemplo, a ascensão dos comunistas aos postos de ministros e outros cargos importantes, como vem ocorrendo em alguns países europeus, pois isso conturbaria um funcionamento democrático "normal".

O próprio Kissinger, quando à testa do Departamento de Estado, não tinha pudores em por em dúvida a legitimidade de vários regimes da Europa Ocidental que se encaminhava para o Eurocomunismo. Mesmo a administração Carter, que assumiu uma fachada mais liberal que a de seu antecessor, também não esconde sua antipatia pela participação de comunistas nos governos europeus.

Concluindo, o relatório diz que o Estado **"não pode arriscar-se a permitir a participação política de cidadãos que não aceitam certas regras do jogo"**, pois **"há limites desejáveis para a extensão da democracia".**

(*) A Comissão Trilateral é uma organização que congrega os grandes monopólios mundiais. Vide a respeito "EM TEMPO", experimental 1, "Defesa dos Direitos Humanos por obra e graça da Trilateral".

aparte

Magalhães, o sentido da campanha

"Amigos do EM TEMPO: Divulgou-se no interior do jornal que o artigo "A Campanha Magalhães, ou de como envolver os liberais", contendo uma visão um tanto discutível da candidatura Magalhães – e já acerbamente criticada por leitores e colaboradores – devia grande parte de sua pobreza a problemas relativos ao encaminhamento da reportagem, que impediram a chegada em tempo hábil do material solicitado às sucursais.

"Lendo a última Gerais, vejo-me obrigado a discordar. O artigo "Aprendendo com Valadares" é tão pobre quanto o anterior e resvala pelos mesmos descaminhos. O leitor tende a acreditar, portanto, que às propostas deste texto representam certo consenso interpretativo de parte do jornal.

"Segundo T.C. (articulista da matéria), o objetivo de Magalhães é "elaborar um programa capaz de iludir as oposições, e que seja aceito pelos militares". Isto faz com que seus pontos programáticos sejam muito tímidos, bastante aquém daqueles defendidos pela oposição liberal: anistia restrita, reorganização partidária sem todas as liberdades, etc.

"Mais ainda, T. C. considera que o senador representa, em sua campanha, o capital monopolista. Daí seus arrufos para com os empresários e daí seu apoio ao legislativo forte: "é necessário criar novos mecanismos que permitam à classe empresarial influenciar diretamente nas decisões do Governo." Enfim, Magalhães no momento traduz os anseios dos empresários de passarem ao controle direto do poder "se descartando assim dos seus antigos aliados militares, que se tornaram inoportunos".

"Discordo. A analise é tanto simplista como equivocada. Acredito que no desejo de distinguir o preto do branco – fazer ver aos leitores que não cabe embarcar na canoa de Magalhães – T. C. obscurece a questão. Magalhães não representa no momento o capital monopolista ou algumas de suas frações. Seu programa não é mais tímido do que o da maioria dos liberais. O capital monopolista não costuma se valer no parlamento para ter acesso direto ao poder. E os militares, no momento, estão longe de se constituírem em seus aliados incômodos.

"À campanha Magalhães não cabe em um **flash** *estrutural. Seu significado, desde o lançamento até hoje, vem mudando continuamente. Se eventualmente surgiu como tentativa de conciliação entre o sistema e demandas oposicionistas restritas, hoje coloca-se contra o poder, talvez à revelia do próprio senador. Se durante largo espaço tentou atrair as simpatias e o apoio de setores empresariais descontentes, agora é evidente – e Magalhães, como político e empresário sabe disto – que seus pares procuram a proximidade com Figueiredo, ou com qualquer outra alternativa do sistema.*

"Magalhães concorre em faixa própria. Conta com as simpatias e o entusiasmo da platéia oposicionista liberal (e não só dela...), embora no futuro possa se constituir em alternativa ao nível das próprias classes dominantes.

"Abreviando, acredito que no episódio Magalhães, tão rico em novidades, EM TEMPO sofreu um naufrágio analítico. Infelizmente o espaço de uma carta não permite mais que jogar as afirmações, sem desenvolvê-las".

Maurício Coutinho (São Paulo)

Recado ao Leitor

O que são liberdades democráticas do ponto de vista dos trabalhadores? A resposta de EM TEMPO à conjuntura atual é suficiente? Qual a posição correta do jornal diante da Constituinte e do PS em gestação? Qual a natureza real da Frente Jornalística de EM TEMPO?

Esta e outras questões começaram a ser debatidas na última reunião do Conselho Editorial e Administrativo (CEA), que avaliou os seis números do jornal editados até agora (nº "zero", nºs 1 e 2 experimentais, nºs 1, 2 e 3). A assembléia dos acionists ficou transferida para abril do corrente e, antes disso, o CEA terá nova reunião. Em princípio, EM TEMPO deverá passar a semanário (ainda em março) conforme definiu o Conselho.

Comentários de um "out-sider"

A carta de José Sérgio Azevedo sobre o nº 1 chegou tarde - ele mora nos EUA -, mas diz respeito à orientação geral das matérias e, nesse sentido, é atual. Eis alguns dos principais trechos:

"A cobertura internacional me pareceu muito fraca. A semana teve coisas importantes que não foram mencionadas como a situação do Oriente Médio e a própria crise européia com a queda do governo italiano e as rearticulações do governo Soares em Portugal. As discussões sobre Social-Democracia e Eurocomunismo estariam muito mais claras se ligadas diretamente às questões de estratégia para a participação no poder pelo PCI na Itália e as claras guinadas para a direita pelo PSP de Soares em Portugal. América Latina foi mais bem tratada, especialmente o "exemplo" boliviano para a luta pela anistia. As contradições entre Argentina e Chile não receberam o destaque que acho que mereciam, apesar da ligeira referência no meio da matéria sobre a farsa de Pinochet. A análise do resultado do plebicito faltou na denúncia. A repressão é um problema concreto no Chile, porém, devemos considerar também que a burguesia chilena e setores da pequena-burguesia estão apoiando os militares, desde que se sentiram ameaçadas pelo desenvolvimento anterior da luta de classes.

"Quanto à Editora Nacional, não tenho muitos comentários, apesar de ter sentido falta de notícias concretas que indiquem como a crise se reflete nos diversos setores da sociedade brasileira. O destaque para as greves econômicas e para a atividade sindical talvez seja um dos pontos mais fortes do jornal, mas acho que seriam necessárias algumas notícias sobre a situação concreta de outros setores de classe, de uma forma mais ampla principalmente na área urbana, onde o jornal está sendo mais vendido. A cobertura política propriamente dita me parece dar demasiada importância à candidatura Magalhães, mas isto pode ser um resultado do meu afastamento da realidade daí, a minha visão parcial daqui de fora.

"Algumas vezes fiquei assustado como o tom de certas passagens do artigo "Surto de impunidade". Se por um lado há uma clara denúncia do carater de classe da justiça, por outro há quase um uma aceitação e apoio aos mecanismos autoritários e de repressão como solução para um problema que é iminentemente social. Frases como "há uma crise de autoridade, decisão e de justiça" me parecem levar a uma análise falsa das reais causas dos problemas e podem dar justificativas para uma expansão do aparato repressivo. Este tipo de argumento está sendo muito usado hoje em dia na Alemanha. Vide artigo do Eliezer Rizzo."

"Achei que deveria enviar estes comentários de um "out-sider". Espero que possam servir para criar um clima de debate que acho essencial para o prosseguimento da atividade democrática e progressista. Esperando resposta dentro em breve mando um abração,"

José Sérgio Azevedo
Brookline (USA)

"Retrocesso no Vietnam": O Burchet é quem está certo?

" Prezados senhores:

Leitor assíduo da imprensa democrática brasileira e residente há vários anos em Paris, acompanhei com interesse a polêmica que acabou levando à formação de EM TEMPO. A maneira como era coberta a política internacional pelos demais orgãos de imprensa democrática sempre me parecera demasiado primária em termos jornalísticos (o que os levou, um após o outro, a importarem tecnologia estrangeira sob a forma de tradução de artigos de prestigioso jornal da classe média francesa) e extremamente chocante do ponto de vista político (especialmente sobre a Europa, o mundo árabe e a África as teses expostas na nossa imprensa democrática eram idênticas às da social democracia ***de direita*** *e às vezes às da direita pura e simples. Exemplos: Portugal, Angola, conflito Etiópia-Somália, guerra civil no Shaba, província do Congo dito Zaire pelo ditador Mobutu, etc, etc.)"*

EM TEMPO apareceu com uma perspectiva de um tratamento mais sério da política internacional. É cedo para avaliações globais, mas ***é tempo*** *de apontar distorções que, mantidas, afastarão deste novo jornal muitos que por ele se interessam.*

Foi assim que li estarrecido no nº 1 de EM TEMPO (o quadro em realidade, contando o zero e o dois experimentais) a nota "Retrocesso no Vietnan". Até então, só a direita havia ousado acusar o Vietnan, de se bater "por uma unificação da Indochina sob sua hegemonia; num quadro de aparente (sic) expansionismo". Que má surpresa ler a frase acima no nº 1 de vosso jornal! Fora o uso veneroso da palavra "aparente", e não há coragem para acusar abertamente o governo vietnamita, então se usa este termo que lança a insinuação mas deixa uma porta de saída pelos fundos.

É em geral a direita que, desde a intervenção norte-americana no Vietnan, tem tentado justificar o massacre do povo vietnamita pela máquina de guerra imperialista fazendo referência ao "apoio da

União Soviética". EM TEMPO veio reforçar este ponto de vista.

De onde EM TEMPO tirou a "informação" de que "na verdade o Vietnan se propõe influenciar a mudança dos atuais dirigentes do Kampuchea refratários às suas pretensões"? Do governo cambodgiano? Ou de alguma agência noticiosa americana? Admirável capacidade, em todo caso, de ler e pensamento dos dirigentes vietnamistas. E que profundo sentido materialista histórico este que consiste em "explicar" um conflito pelas intenções presumidas dos dirigentes de uma das partes beligerantes!"

Respeitar o leitor é também saber calar-se quando não há condições de informa-lo corretamente.

Wilfred Burchett, que dispensa apresentações, e que foi e é amigo fiel (das horas difíceis) do povo vietnamita e do povo cambodgiano escreveu em "Afrique-Asie" nº 153 um artigo sobre a questão que fazemos questão de enviar à redação de EM TEMPO. Ele prova que é possível com seriedade e espírito progressista, analisar o conflito entre Vietnan e Cambodge. Mostra que não é necessário, para isso, usar métodos de apreciação e critérios políticos oriundos dos inimigos de sempre dos povos que lutam pela liberdade ..."

João Moraes,
Paris

Um grave erro

"A leitura do artigo "Adaptando a máquina aos novos tempos" tem, na ausência de outros, o mérito de estimulara reflexão sobre questões importantes no que diz respeito à atuação e função do aparelho repressivo, às responsabilidades assumidas pela imprensa independente na denúncia deste aparelho e suas ações, e, mais do que isto, no que diz respeito aos caminhos que devem ser trilhados nas lutas contra a repressão. Nesse sentido, o artigo citado teria a maior atualidade. Entretanto, é preciso saber discernir entre as denúncias que contribuem para o avanço das lutas contra a repressão e as que nada fazem para isto.

Em primeiro lugar, o autor de "Adaptando..." busca caracterizar "um novo estilo de repressão", ressaltando o fato de terem sido respeitados certos requisitos legais, tais como a quebra da incomunicabilidade após dez dias e a comunicação à Justiça Militar, nas prisões ocorridas em maio e julho, em S.Paulo e no Rio, respectivamente. Proclama que "durante a gestão Dilermando, a atuação clandestina dos órgãos de segurança foi sensivelmente reduzida", e conclui pela existência de uma nova "tática" por parte do aparelho repressico, "mais eficiente e de mais longo alcance".

No entanto, os fatos vem se encarregando de colocar objeções à tese do "novo estilo repressivo". A prisão de geólogo Francisco Duarte (que passou 34 dias incomunicável em um local que supõe ser o DOI - CODI) em janeiro último e a volta a este mesmo órgão de segurança de três dos presos de julho, que depois de apresentados a seus familiares no DPPS, retornaram ao mesmo DOI, onde já haviam sido torturados por dez dias, colocam dúvidas se agora, os órgãos de segurança passarão a seguir, como norma, certas disposições legais. Por outro lado, parece mais correto supor que nos casos em que foram respeitadas certas determinações legais, isto não se deveu a uma "tática" baseada em critérios de eficiência e longo alcance, mas sim as lutas e denúncias contra as prisões e torturas que vem se generalizando. Assim sendo, o mais correto seria considerar o cumprimento de alguns dispositivos legais, como recuos parciais da repressão, muito mais do que a "novas táticas utilizadas".

Afora este ponto, o artigo apresenta outras falhas ao tentar denunciar "a profissionalização da repressão". Embora seja justo alertas contra todo novo "aperfeiçoamento" da repressão na sua tentativa de destruir as lutas populares, é preciso esclarecer, que se tais denúncias não são acompanhadas de fatos, que comprovem a possibilidade de se lutar contra a repressão, cairemos na situação embaraçosa de propagandear o medo e o terror. Devemos ter clareza, que só nos opondo às visões que pintam um quadro da repressão todo-poderosa, poderemos ir adiante e contribuir para a sua derrocada.

Por fim, parece que o autor do artigo não pesou bem a responsabilidade assumida ao afirmar categoricamente a existência de "infiltração notória" nos episódios relacionados com a prisão de acusados de pertencerem ao Movimento Pela Emancipação do Proletariado (MEP). Chegou afirmar que "uma policial era namorada de um dos acusados" e que constava "também que a polícia alugou e manteve estreita vigilância em dois apartamentos vizinhos ao local em que residia um dos suspeitos". Como o autor pode fazer esta afirmação, que até a leitura do artigo era desconhecida pelos acusados e seus advogados? Para quem possui tanta perpiscácia para detectar "novos métodos da repressão, surpreende que não saiba que a difusão de inverdades e calúnias só servem para obstaculizar o avanço do movimento. Principalmente quando alimentam a desconfiança de que nossas companheiras, ativas participantes das lutas contra a opressão, possam ser policiais. Tais informações talvez confirmem a tese de novas táticas repressivas", mas seguramente propagam o medo e a desconfiança. Não servem ao avanço do movimento. Muito antes, pelo contrário!"

Luiz Arnaldo Campos

Rio de Janeiro

D. Cida pede a palavra

"Prezados amigos do jornal EM TEMPO: Sendo eu moradora do Parque Cocaia e tendo acompanhado o jornal EM TEMPO, que foi trazido aqui em nosso bairro, achei que este seria realmente um jornal muito bacana, que era o jornal que faltava para nós, povo da periferia: operários, domésticas, etc. Um povo de pouco conhecimento, de pouca visão das coisas que se passam e vão acontecendo no momento.

Pensei que este jornal se voltaria, com prioridade, para os trabalhadores que estão se desenvolvendo nas periferias de São Paulo. Como custo de vida, terrenos clandestinos, etc. Mas vejo que o jornal não esta correspondendo com aquilo que parecia ele dizer no número zero. Apesar de suas reportagens serem muito boas, não são para o povo da periferia, que acha as reportagens muito complexas para a gente que não entende muito dos assuntos.

Ja li certos assuntos e não entendi nada, fiquei na mesma. Acho que teria muita coisa boa para vocês colocarem para que o povo simples entendesse e pudesse fazer discussões sobre o assunto.".

Maria Aparecida (CIDA)
Comunidade do Parque Cocaia

Brizolismo, reduzido a um quebra-cabeças.

"Companheiros de EM TEMPO:

O jornal EM TEMPO nº 1, página 3, publicou uma matéria com o título: "Quem ainda aposta no Brizolismo?" com a chamada de capa: "Brizola não é mais aquele". Nesse artigo se destaca o descompromisso e superficialidade com que é tratado o importante problema do trabalhismo em geral e do brizolismo em particular, como se não fossem assuntos da maior importância para a definição dos caminhos a serem percorridos pelo povo na luta contra o regime autoritário, pela democracia e pelo socialismo.

"Para demonstrar seu raciocínio, o autor se utiliza de várias declarações de personalidades do trabalhismo, junta com as de Brizola, mistura, faz de conta que todas são partes da mesma coisa e vai montando seu tabuleiro. Assim, somos levados a crer que toda essa luta política que se leva hoje em torno da reorganização partidária, se reduz a um jogo de quebra-cabeças, onde as peças já estão recortadas de antemão. Ora, isso mostra uma dificuldade de se levar um debate consequente contra a ideologia do populismo. Parte-se para fazer uma crítica de fora e descompromissada. Dessa maneira, quem não estiver de acordo com certos padrões que temos na cabeça, recebe o rótulo de velho populista. Agindo assim, mostramos apenas falta de condições de realizar uma crítica, dando respostas capazes de neutralizar a atração que a social-democracia européia está tendo sobre personalidades oposicionistas no exílio e dentro do País, inclusive confundindo setores da oposição popular.

"A idéia central do artigo é mostrar que Leonel Brizola pode voltar ao Brasil num prazo muito curto, sendo recebido "com as honrarias de um respeitado chefe político, pelos próprios governantes do país", ou seja, pelo regime atual. Para isso estaria adulando o regime e abandonando suas idéias anteriores. "Pelo indomável desejo de se aproximar do governo". Só uma profunda estreiteza política pode confundir a aproximação entre Brizola e a social-democracia, com alinhamento com a social-democracia de modo a não se isolar das massas trabalhadoras, mas, ao contrário, conquistando seu apoio para uma saída popular ao regime autoritário.

"Por isso mesmo o brizolismo não pode ser ignorado. A sua importância só mostra que é necessário aprofundar o nível de debate político e que não é suficiente, para superar os atrasos na consciência do povo, afirmações genéricas sobre os perigos do populismo e que a tentativa de jogar hoje todo o trabalhismo no campo do adesismo, é deixar de entrar no mérito das questões, é fugir da responsabilidade de respondê-las uma a uma".

Vereador
Antônio Carlos Carvalho
Rio de Janeiro

Cartas, críticas, sugestões, apartes, etc, para: rua Álvaro Annes, 43 – Pinheiros, São Paulo – CEP: 05421. A redação (por motivo de espaço) se reserva o direito de publicar apenas trechos dos textos recebidos. E solicita aos correspondentes que dêem seus nomes e endereços completos.

UM CASO DE POLICIA

"Eu jamais deixei de confiar na justiça..." (Sérgio Paranhos Fleury)

Como é possível que um modesto juiz de Guarulhos mande prender de repente (sob a acusação de ter assassinado três pessoas) o famoso e temido delegado Sérgio Fleury, diretor do Departamento de Investigações Criminais de São Paulo (DEIC), o segundo posto mais alto da polícia, "o melhor policial de São Paulo" no dizer do Cel. Erasmo Dias? Ou talvez seja mais correto perguntar: como é possível que um policial cujo nome já foi envolvido em dez processos criminais, acusado de 23 mortes violentas – absolvido em dois impronunciado em outros dois e ainda por responder os outros – tenha chegado a um posto desses, linha de frente do combate à criminalidade, antes de ter provado que também não é criminoso, e contando com todo o apoio e conivência de altas esferas da polícia e do governo?

O que surprendeu a todos – a julgar pela própria imprensa – foi a prisão de Fleury no último dia 21 e não o fato de continuar solto apesar da gravidade das acusações que pesam contra ele.

No entanto, sua prisão ter sido relaxada, cinco dias depois – contrariando a decisão do juiz Antonio Filardi (que foi transferido para São paulo um dia depois de ter mandado prender Fleury) e do subprocurador Antonio Mota Neto designado para este processo – pareceu para muitos a coisa mais natural e esperada do mundo.

"Infelizmente acho que o processo instaurado contra o Esquadrão da Morte não vai levar a nada porque o tipo de pressão que a polícia pode fazer – e que tem feito – é muito eficiente", já havia afirmado o procurador Hélio Bicudo à **Folha de São Paulo.** Tanto o juiz Antonio Filardi quanto o sub-procurador Mota Neto haviam considerado que o réu "não pode ser considerado portador de bons antecedentes pessoais", porque "responde ou respondeu a vários processos semelhantes". Por isso, ele teria que aguardar o processo na prisão, sem o direito de apelar em liberdade. Mas essa decisão durou pouco. Em poucos dias o juiz Péricles de Toledo Piza Júnior (que substituiu o primeiro) resolveu aplicar ao réu a "lei Fleury", concedendo-lhe o direito de aguardar o julgamento em liberdade por ser "primário, e de bons antecedentes".

Que a lei nº 9941 de 22/11/73, que mais uma vez libertou o Réu/delegado, seja conhecida justamente como lei Fleury – não é mera coincidência. Ela foi aprovada num prazo fulminante e excepcional em se tratando do Brasil (menos de um mês), justamente para garantir que o mesmo réu pudesse permanecer livre enquanto aguardava julgamento. O episódio recente, portanto, não passa de mais um, corriqueiro, na carreira daquele que é conhecido como um dos "intocáveis" do aparato de segurança.

Todos os crimes pelos quais o delegado Fleury é acusado, estão também relacionados com as atividades do Esquadrão da Morte em São Paulo. A morte do inspetor Davi Parré durante uma batida policial na favela do Buraco Quente, em novembro de 1968, foi o motivo, ou o pretexto para que um grupo de policiais partisse para a execução sumária e indiscriminada de dezenas de pessoas. "Dez marginais por cada polícia morto! "foi a proclamação do Esquadrão. O "valor" da vida humana, se é que se pode falar em valor num caso desses, se mede de acordo com a posição de cada um na hierarquia social. Mas não foi só a "sede de vingança" pelo colega morto que levou à formação do Esquadrão da Morte. "As atividades e os crimes do Esquadrão estão todos ligados à venda de proteção para os traficantes de drogas, ao tráfico propriamente dito ou à prostituição", acusa Hélio Bicudo.

"O Esquadrão da Morte? Isso é invenção!"

O promotor conta que uma das vítimas sobreviventes do Esquadrão, Mário dos Santos, também chamado Mário Ladrão, declarou no tribunal, na presença do próprio Fleury, que o delegado costumava ficar na viatura enquanto os investigadores iam às casas dos traficantes buscar as propinas pela cobertura que a polícia lhes garantia. As primeiras denúncias de testemunhas contra o Esquadrão da Morte só fizeram aumentar o clima de represárias e caçadas aos que se aventuravam a abrir a boca. O livro "O Esquadrão da Morte" de Adérito Lopes (publicado na Bélgica e em Portugal), e o Depoimento de Hélio Bicudo editado pela Comissão de Justiça e Paz contam alguns desses casos. Entre eles, o do desaparecimento de Odilón Macheroni, dedo-duro da própria polícia que percebendo que sua vida também estava ameaçada – ele havia sido testemunha de um crime, por descuido dos homens do EM – resolveu contar tudo o que sabia, num depoimento que chegou até à televisão. Pouco depois sumiu, evidentemente. O mais estranho no desaparecimento de Odilon é que ele havia sido preso mediante uma guia de recolha assinada pelo próprio Fleury, segundo Bicudo.

Nem tão estranho assim. Com pouco tempo de vida, o pessoal do Esquadrão já havia substituido a arriscada prática da caça aos marginais na rua por outra mais segura: escolher as vítimas entre os proprios presos do DEIC, levá-los para longe e executá-los, não se esquecendo de sempre avisar a imprensa onde deveria procurar o (s) corpo (s). A essas alturas, o Secretário da Segurança Pública de São Paulo, Hely Lopes Meirelles e o Governador Abreu Sodré limitavam-se a afirmar que o Esquadrão não passava de boato. "Isto é invenção, isto é promoção, isto é oposição à polícia que, muitas vezes, é sacrificada, injustiçada"; disse o ex-governador numa entrevista à TV Tupi em dezembro de 1970. "O polícia quando é chamado para cumprir o seu dever, pode matar para defender a sociedade". Nessa época, no auge da ilusão do milagre brasileiro, no auge da repressão política, dois argumentos pareciam irrefutáveis para calar qualquer denúncia mais pesada ao regime: não se podia "denegrir a imagem do país no exterior"; e qualquer contestação que envolvesse as instituições do sistema representava um sinal perigosíssimo de atuação de subversivos.

Os riscos e medos da justiça

Na década de 70, começaram a correr os processos contra o Esquadrão da Morte, muitos deles envolvendo o delegado Sérgio Fleury. Em um deles (o assassinato de Nego Sete, em 68) o delegado chegou a ser fotografado no local do crime pelo padre Geraldo Manzeroll da Igreja de Nossa Senhora de Fátima de Guarulhos. Além do padre e das suas fotos tiradas de dentro da igreja, o processo contou com o testemunho de vários vizinhos da vítima. Nessa época Fleury tinha um braço na tipóia, o que tornava ainda mais fácil a identificação da sua figura. Atualmente, duas dessas testemunhas desapareceram, conta Hélio Bicudo – sendo que nenhuma delas é "marginal". O crime contra Nego Sete é de 68; o processo terminou em 71, e não foi julgado até hoje. Fleury, evidentemente, aguarda em liberdade. É a "lei Fleury".

"Não considero que Fleury possa ser julgado com imparcialidade no regime político em que vivemos. Nem os jurados nem os juizes desfrutam de condições suficientes para fazer com que a lei seja cumprida", afirma Hélio Bicudo, lembrando que todos os policiais acusados de envolvimento com o EM permaneceram no cargo, sendo inclusive promovidos por merecimento. Por outro lado o próprio Bicudo, que se tornou conhecido por ter levado a fundo as investigações sobre o Esquadrão, foi afastado do seu cargo em 1971.

Não é preciso muita imaginação para perceber o dilema dos jurados que compõem o Tribunal de Juri que decide sobre a inocência ou culpa do novamente diretor do Deic. Basta se colocar na pele de alguns deles. É arriscado condenar Fleury - mesmo com a absoluta convicação de que ele é culpado pelo crime em julgamento – quando as maiores autoridades do País o tratam como herói; quando ele recebe manifestações de apreço e apoio por parte de empresários e quando a própria imprensa – salvo honrosas exceções – se apavora ao tratar dessa questão. Se por acaso o jurado não leva esses fatores em conta, basta um simples telefonema anônimo para ajudá-lo a "refrescar a memória". Ou um recado mandado através de algum conhecido: "Você tem família; lembre-se dos seus filhos", etc. No caso de Hélio Bicudo, além dessas ameaças tradicionais, surgiram represálias vindas mais do alto. Uma medida governamental obrigou-o a fechar a sociedade financeira que possuia, enquanto por "coincidência", uma firma de planejamento da qual o procurador era sócio não conseguiu qualquer apoio financeiro oficial e foi obrigada a entrar em liquidação judicial. "Meu telefone era censurado, acredito que ainda continua sendo; meu escritório foi invadido pela polícia, o mesmo acontecendo com a minha casa. Foi preciso muita teimosia para aguentar a parada", conta Bicudo.

É que não só os jurados têm medo. Também os juizes, sem as garantias de seu cargo – o AI-5 suprimiu a inamovibilidade, a vitaliciedade e a irredutibilidade dos vencimentos, abrindo um amplo espaço à corrupção do judiciário – sabem muito bem o que pode acontecer com suas carreiras se comprarem a briga do EM. "O juiz, quando as liberdades são respeitadas, não precisa necessariamente ser um homem corajoso", pondera. Hélio Bicudo. "Mas, no nosso regime, tomar certas atitudes envolve um ato de coragem.

Outras histórias desse gênero: quando Sérgio Fleury respondeu ao processo em Barueri, a polícia cercou o local com várias viaturas; havia mais de cem policiais no Forum, numa intimidação nada sutil aos jurados. E a essa altura, o réu já havia sido designado como diretor do DEIC. Nessa prisão de agora, alguns policiais e investigadores chegaram a sugerir uma paralisação na polícia civil – "Basta parar por um dia. Ninguém aparece no trabalho. Todos os distritos parados. Quero ver se eles voltam atrás ou não". **(O Estado de São Paulo).**

EM à serviço da repressão política

A impunidade do delegado é evidente. Seu prestígio entre os policiais também. Solidariedade? Companheirismo? É claro que por um lado, onde há corrupção, há cumplicidade – uma coisa sustenta a outra. Mas há um outro dado mais importante para explicar a posição privilegiada de Sérgio Paranhos Fleury, "a menina dos olhos do golpe de 64" de acordo com a expressão de um jurista famoso. Acontece que em São Paulo, o grupo do Esquadrão da Morte se diferenciou rapidamente de seus colegas do Rio e de outros Estados, explica Hélio Bicudo. O livro de Adérito Lopes conta como a "tecnologia" dos homens do EM foi deslocada, para os serviços da repressão política. Foi Fleury, por exemplo, quem armou o golpe que assassinou Carlos Marighella, em novembro de 69 (aliás, o autor dos tiros também foi ele). "Fleury foi, desse modo, promovido de matador de marginais a matador de revolucionários. De acusado, ele transformou-se em herói, aos olhos do governo (...) Fleury tornou-se, em suma, o símbolo da anti-guerrilha, com todas as honras e vantagens de que ele não cessou de tirar daí em diante o máximo proveito. Ele e o Esquadrão da Morte, evidentemente que passou a ser a vanguarda da terrível máquina repressiva posta em ação pelos militares no poder". (Adérito Lopes, "O Esquadrão da Morte", Lisboa). "Há comunistas interessados em explorar o assunto, dizia em defesa da libertação de Fleury o vice-líder arenista, deputado Cantídio Sampaio, no dia 28/2. Um comentário bem ilustrativo da situação que envolve o diretor do DEIC.

Fleury é também responsável pela morte de Joaquim Câmara Ferreira, o "Velho", sucessor de Marighella. Diz o livro de Adérito Lopes: "perante a sua recusa total de falar e a especulação, cada vez maior, na população, na imprensa e mesmo no estrangeiro sobre a captura do "Velho" em particular e as torturas em geral, o DEOPS decidiu liquidá-lo rapidamente. Teria sido Fleury o executante da decisão. (...) dizia-se então que a sua escolha para essa missão fora um "favor" feito ao Fleury na intenção de prestigiá-lo aos olhos da população, dadas as suas atividades "menos nobres" de matador de marginais..."

Assim, é óbvio que a polícia e muitas autoridades do regime não admitem que Fleury seja preso, sob o pretexto de que sua prisão "vai dar alento à subversão" ou de que "a população vai sofrer com a ausência de Fleury", como disse Erasmo Dias à **Folha de São Paulo,** dia 23/2. "Durante o tempo em que ele estiver preso, quero que a população me diga quantas vida e patrimônios vão ser perdidos..."

O réu (ainda) e delegado Sérgio Paranhos Fleury continua portanto em liberdade, e de volta à chefia do DEIC. Um braço forte, da repressão, ajudando a manter o regime de que se beneficiou para subir como policial e como figura pública. O mesmo regime que, pela não responsabilidade de seus dirigentes perante a massa, podia se dar ao luxo, até algum tempo atrás, de alimentar alguns de seus escalões através da corrupção e do crime, como é o caso dos Esquadrões da Morte – e de manter seus braços clandestinos sempre impunes. A prisão de Fleury veio despertar esperanças de que estivesse se tornando difícil para o regime sustentar indefinidamente certos escândalos. Agora ele está livre e ativo novamente. Até quando? *(Crisóstomo Abreu).*

João Carlos Fernandel

O CASO DE POLICIA

UM POLICIA

"... tenho os pés fincados no chão e minha cabeça na altura do mundo". (S.P.F.)

Um dos processos ainda não concluidos que pesa sobre o delegado Fleury baseia-se numa queixa de abuso de autoridade. Hélio Bicudo conta que o atual diretor do DEIC utilizou de seus poderes para apreender o carro de um cidadão que não quis deixar-lo encher o tanque na sua frente, num posto de gasolina. O dono do carro impetrou um mandato de segurança contra Fleury; o tribunal registrou a violência, mandou a polícia apurar, e ficou tudo por isso mesmo. O caso é corriqueiro – quantos policiais não teriam cometido "abusos de autoridade" desse e de outro tipo, durante esse regime militar? – mas exemplar. O Sr. Sérgio Fleury aparece aqui como um entre muitos homens que confundem poder com prestígio e privilégio; que se consideram isentos do cumprimento dos deveres normais de qualquer cidadão justamente por ocupar um cargo que lhe confere o direito de usar da força, se preciso, para garantir o cumprimento dessas normas. Um homem criado no seio da polícia, no Brasil pos-64 – e cuja função sempre foi, portanto, proteger e garantir uma situação de dominação em que o sacrifício político e social de uma imensa maioria da população aparece como muito natural, inevitável – desejável.

Além disso, como típico representante pequeno-burgues dos valores de uma outra classe social, um homem como este tende a tornar-se "mais realista que o rei". Sua necessidade de ascenção social o conduz a identificar-se profundamente com os padrões de uma classe acima da sua cujos mecanismos de dominação ele entretanto não domina.

Embora pense dominar: o delegado Fleury é um assalariado, mas um assalariado armado e, por ainda, impune. Nada mais convidativo a tal prática dos abusos de autoridade (que sempre se constituem em atos de violencia física ou moral), dos abusos da força: afirmação compulsiva de um poder que, de fato, não está em suas mãos mas lhe é conferido de cima. Daí a insegurança – disfarçada em arrogos de machismo e valentia – que tornam um caso desses comparavel ao comportamento de uma criança mimada. Impune, badalada de cá e de lá, temida pelos adultos – mas ainda assim, uma criança.

Os sintomas desse tipo de neurose social são muitos. O cinismo por exemplo, tipico de quem vive na pele a hipocrisia do sistema, pregando uma coisa e fazendo outra. "Nunca duvidei das decisões da Justiça", declarou o Sr. Fleury ao **Estado de São Paulo** ao ser libertado no dia 28 de fevereiro. "Eu jamais deixei de confiar na Justiça", publicou o **Jornal da Tarde.** Seu respeito pelas instituições da Justiça fica bem claro numa passagem do livro "O Esquadrão da Morte" de Adérito Lopes, onde ele narra o comportamento do reu Sergio Fleury num interrogatorio sobre o assassinato de Nego Sete.

"Juiz – "O senhor deu ordem para matar Neto Sete?"

Fleury – "Nego-me a responder".

Foi essa a unica frase pronunciada por Fleury perante o juiz de Guarulhos" (p. 114).

A covardia e outro sintoma. Todo mundo que abusa da força guarda lá o seu medo do "dia do caçador". Varios dos crimes de que o delegado Fleury é acusado são assassinatos de marginais que já estavam presos, teoricamente sob protecção judicial. "O Esquadrão da Morte ia tirar suas vitimas da cadeia para executá-las sem correr o risco de levar um tiro", acusa o promotor Helio Bicudo.

A insegurança se revela no desespero quase sistematico a todos aqueles que ousam questiona-lo. "O senhor conhecen os três homens de cuja morte é acusado?" perguntou-lhe um reporter em entrevista coletiva, no dia em que o delegado foi solto. "– Mas que pergunta boba, faça pergunta de homem! La vem voce fazer futrica. Isso e pergunta?" respondeu o entrevistado. No fim do ano passado, ficou famosa a resposta do Sr. Sergio Fleury a uma carta que lhe foi enviada por alguém da Anistia Internacional, acusando-o de desrespeito aos Direitos Humanos.

"O que o rala, Senhor D., não é a declaração dos Direitos Humanos, porque se assim o fosse, não me escreveria esta carta, mas viria de viva voz, "cara a cara", como **Homem,** fazer as afirmativas que "corajosamente", através de um papel, me fez", escreve Fleury num tom de desafio e autoafirmação digno de um adolescente numa briga de turminha. "Eu resolvi dar-lhe este prazer porque eu sempre fui um Homem de não fugir (sic) de briga ou de luta; tenho os pés fincados no chão e minha cabeça na altura do mundo e não nas nuvens" (sic).

O mais ironico na historia dessa carta é que o Sr. Sergio Fleury, para enfrentar seu interlocutor, apropria-se de trechos inteiros do livro "Escuta, Ze Ninguem!" de Wilhelm Reich. Um livro que, dificilmente o delegado terá lido na integra ou se leu, não entendeu – do contrario não tentaria se apropriar de suas palavras. Pois o Ze Ninguem a que se refere Reich é exatamente esse homem que, fruto de um regime de opressão, adere aos seus opressores. Um homem que, reprimido em seu potencial vital de amor, prazer e busca de transformação, não pode suportar a liberdade alheia e age constantemente a serviço da repressão, da "ordem", da "moralidade" e da imobilidade social. No caso, Reich estava desiludido principalmente com os Ze Ninguem que foram incapazes de construir um Estado livre e socialista na Alemanha – e assim a resposta de Fleury utilizou de maneira oportunista varios trechos do livro contra a pessoa que o criticou, supondo-o obviamente socialista, ja que falava em nome dos Direitos Humanos e da Anistia Internacional. O que Fleury não deve ter percebido, se é que leu "Escuta, Ze Ninguem", é que o seu comportamento ali está retratado em toda a sua extensão e profundidade.